

Assunto: 177º Concurso de Ingresso na Magistratura - Ata da Prova de Seleção, Provas e Gabaritos

177º CONCURSO DE INGRESSO NA MAGISTRATURA

ATA Nº 04

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, às 7:30 horas, reuniu-se a Comissão Examinadora composta pelos Exmos. Srs. Desembargadores GEORGE MENEZES GOMES, Presidente, ANTONIO CARLOS VIANA SANTOS, CARLOS PAULO TRAVAIN, SEBASTIÃO CARLOS GARCIA e ANTONIO LUIZ PIRES NETO e pelo Advogado Doutor MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA, em sala da UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU, situada na Rua Taquari, 546, local designado para a Prova de Seleção do 177º Concurso de Ingresso na Magistratura, com organização e aplicação sob a responsabilidade da VUNESP - Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista, com o objetivo de orientar os Juízes que fiscalizaram as salas destinadas aos candidatos. Às 7:30 horas foi determinada a abertura dos portões para ingresso dos concorrentes que foram distribuídos em 77 (setenta e sete) salas, sob a fiscalização de 103 (cento e três) Magistrados. Os Juízes foram auxiliados por pessoal contratado pela VUNESP para esse fim. Após a orientação, os Juízes receberam, em envelope lacrado, os cadernos de questões para as provas. Em cada sala, sem embargo de haver orientação na capa do caderno, os Juízes reiteraram aquelas instruções verbalmente. Às 8:36 horas, sob a supervisão do Presidente e demais membros da Comissão, foram fechados os portões. Às 9:00 horas iniciaram-se as provas, ali permanecendo a Comissão, até seu encerramento, dirimindo as dúvidas e orientando os Magistrados quando necessário. A Comissão recebeu a visita do Desembargador Luiz Elias Tâmbara, DD. Presidente do E. Tribunal de Justiça que percorreu as salas de prova, constatando a regularidade dos trabalhos, fazendo-se acompanhar da Comissão Examinadora. Às 13:00 horas encerraram-se as provas. A Comissão deliberou atender a solicitação da candidata Fernanda Nascimento Gomes, portadora de deficiência visual, concedendo-lhe 30 minutos adicionais. Separadamente dos respectivos canhotos, as provas foram encerradas nos respectivos envelopes para serem entregues à VUNESP, a fim de proceder a correção informatizada. Compareceram 4.720 (quatro mil setecentos e vinte) candidatos. Houve 388 (trezentas e oitenta e oito) abstenções correspondendo a 7,60%. Portanto, participaram da prova 92,40% dos habilitados. NADA MAIS. E, para constar, eu, (a) Ivani Labella Domingues, Escrevente-Chefe do DIMA-2.1, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

(aa)GEORGE MENEZES GOMES
ANTONIO CARLOS VIANA SANTOS
CARLOS PAULO TRAVAIN
SEBASTIÃO CARLOS GARCIA
ANTONIO LUIZ PIRES NETO
MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA

177º CONCURSO DE INGRESSO NA MAGISTRATURA

Prova de Seleção – Versão 1

DIREITO CIVIL

01. Relativamente à responsabilidade civil por atos jurisdicionais, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas no âmbito penal, poderá o juiz ser responsabilizado civilmente, caso tenha agido dolosa e fraudulentamente.
- (B) A responsabilização pessoal do juiz por danos causados às partes, no exercício de suas funções jurisdicionais, não é admissível em nenhuma hipótese, porque toda decisão judicial seria questionada pelo vencido, visando à responsabilização civil-indenizatória contra o juiz.
- (C) Não há responsabilidade civil estatal por atos judiciais em nenhuma hipótese, pois, sendo a responsabilidade civil do Estado de natureza objetiva, na qual não se discute culpa, a parte que perder a demanda poderia sempre pleitear reparação indenizatória por ineficiência da atividade judiciária, ou negligente desempenho ou má atuação pessoal ou funcional do juiz e dos serviços forenses.
- (D) O juiz responde civilmente pelos danos causados, no exercício de suas funções jurisdicionais, quando agir com dolo ou fraude; o Estado responde nas hipóteses de condenação por erro judiciário ou de prisão além do tempo fixado na sentença.

02. Relativamente à fraude contra credores, assinale a resposta correta.

- (A) A alienação de bem imóvel mediante compromisso de compra e venda não registrado, anteriormente à constituição da dívida pelo promissário vendedor, configura fraude contra credores, porque o compromisso não registrado não presume nem assegura conhecimento da alienação dos bens a terceiros, enquanto a constituição da dívida se deu na suposição de que ele tinha bens para garantir o débito.
- (B) Fiador em contrato de locação que vende seus bens logo após a assinatura do contrato, se vier a ser acionado para responder pelo pagamento de locativos devidos e não pagos pelo locatário, se sujeitará à anulação, por fraude contra credores, da venda de seus bens que o reduziu à insolvência, porque, ao tempo da transmissão, a fiança já havia sido constituída.
- (C) Fiador em contrato de locação que, logo após a assinatura do contrato, faz doação de seus bens aos filhos, não se sujeita à anulação do ato por fraude contra credores, ainda que seja reduzido à insolvência.
- (D) A alienação de bem em fraude contra credores que, sucessivamente, é transmitido pelo adquirente para terceiro e deste para quarto adquirente, rende ensejo à anulação, porque a fraude nesse caso se presume e não é tolerada pelo ordenamento jurídico pátrio.

03.Relativamente a negócio jurídico celebrado com erro do contratado e com dolo do contratante, tendo por objeto escuta telefônica de concorrente comercial, assinale a alternativa correta.

- (A) É anulável se o erro for substancial e o dolo essencial e a escuta telefônica não for de conhecimento da Polícia.
- (B) É negócio jurídico nulo de pleno direito.
- (C) Não é negócio jurídico nulo nem anulável se o dolo é acidental, isto é, com ou sem ele o contrato se realizaria, e se o erro não for substancial.
- (D) O negócio jurídico é válido, porque o dolo e o erro são recíprocos, caso em que um dos contratantes não pode alegar a má-fé do outro, e o objeto do contrato é o que há de mais corriqueiro e diz respeito à livre concorrência assegurada na Constituição.

04.Relativamente ao estado de necessidade, como excludente de ato ilícito, estabelece o art. 188, inciso II e parágrafo único, do Código Civil: *Não constituem atos ilícitos: II – a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente. Parágrafo único. No caso do inciso II, o ato será legítimo somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo.*

Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Se a pessoa lesada ou o dono da coisa não forem culpados do perigo, assitir-lhes-á direito à indenização do prejuízo que sofreram, a despeito de o causador ter agido em estado de necessidade e constituir este excludente do ato ilícito.
- (B) No caso de dano pessoal ou morte de pessoa, com absolvição criminal definitiva com fundamento no estado de necessidade, ainda que a vítima ou o lesado não sejam culpados pelo perigo, o causador da lesão ou da morte não responde civilmente porque, nesse caso, o fato não constitui ato ilícito.
- (C) No caso do estado de necessidade, porque o fato lesivo não constitui, por expressa disposição de lei, ato ilícito, não se pode cogitar, em nenhuma hipótese, de indenização em favor de quem quer que seja ou contra qualquer pessoa.
- (D) O estado de necessidade pode ser alegado em qualquer fase e em qualquer grau de jurisdição, mas sendo um direito personalíssimo daquele que atua no sentido da norma legal, isto é, destruição de coisa alheia ou lesão a pessoa a fim de remover perigo iminente, não se transmite a seus herdeiros no caso de falecimento.

05.Sobre compensação de dívidas, assinale a resposta correta.

- (A) São compensáveis, no caso de dívidas líquidas e vencidas, as oriundas de obrigações naturais e civis.

- (B) São compensáveis as dívidas recíprocas de alimentos, desde que líquidas e vencidas.
- (C) A diferença de causa nas dívidas impede a compensação, exceto se provierem ambas de título judicial definitivo.
- (D) Obrigando-se por terceiro uma pessoa, poderá compensar essa dívida com o que o credor dele lhe dever.

06. Sobre a constituição em mora do devedor, assinale a resposta correta.

- (A) Não havendo termo prefixo, nem se cuidando de obrigação positiva e líquida, a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial, decorrente do princípio da *mora ex re* e da aplicação da regra *dies interpellat pro homine*.
- (B) O inadimplemento de obrigação positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor, nos casos de *mora ex persona*.
- (C) Nas vendas a crédito com reserva de domínio, com cláusula resolutória expressa e termo prefixo de vencimento das parcelas correspondentes ao preço, o não pagamento de qualquer delas, na data e local estabelecidos no contrato, torna exigível a constituição em mora do devedor, através de interpelação judicial ou protesto, para ensejar procedimento judicial relativo ao *pactum reservati dominii*.
- (D) Não há, no ordenamento jurídico pátrio, válida constituição em mora do devedor, senão através de interpelação judicial ou da citação no âmbito do contencioso.

07. Relativamente a direitos reais, assinale a alternativa correta.

- (A) No caso do penhor agrícola e do penhor industrial, os bens empenhados terão a posse direta passada ao credor pignoratício, mas o penhor só se consolida uma vez levado ao Registro de Imóveis.
- (B) A posse de boa-fé constitui direito real, a fim de garantir a prescrição aquisitiva, isto é, o usucapião, após o decurso do tempo exigível na lei civil.
- (C) O usufruto pode recair sobre bens móveis e imóveis, mas em qualquer caso é necessário o Registro Imobiliário para a sua constituição e validade *erga omnes*.
- (D) Nas servidões de trânsito, havendo objeção do prédio serviente, é admissível a proteção possessória em prol do prédio dominante, ainda quando houver alienação ou divisão deste.

08. Assinale a alternativa correta a respeito de compromisso de compra e venda de imóvel, sem cláusula de arrependimento e com cláusula resolutória expressa de que o não pagamento de três prestações consecutivas do preço, nas datas e locais convencionados, acarretará a sua rescisão de pleno direito.

- (A) No caso de compromisso devidamente registrado, com cláusula resolutória expressa, considera-se rescindido de pleno direito o contrato após o decurso de 15 (quinze) dias do prazo do vencimento da última parcela, sem a purgação da mora pelo devedor.
- (B) A resolução do contrato, na hipótese descrita nesta questão, ocorre de pleno direito, independentemente de interpelação, notificação ou protesto, salvo apenas a exigência da citação na ação judicial de reintegração na posse do imóvel.
- (C) É indispensável, nos contratos com cláusula resolutiva expressa e não registrados, a interpelação prévia do promissário comprador, para fins de constituição em mora.
- (D) No caso de compromisso não registrado, mesmo com cláusula resolutória expressa, a constituição em mora do promissário comprador somente se configura validamente, com a sua citação regular para a ação de rescisão do contrato.

09. Sobre condomínio geral e edifício, assinale a resposta correta.

- (A) No condomínio edifício, os débitos contraídos por este, perante fornecedores e terceiros, consideram-se obrigação solidária, respondendo todos e cada qual dos condôminos pelo pagamento integral, ressalvado o direito regressivo, se a dívida foi ajuizada apenas em face de um ou alguns condôminos.
- (B) No condomínio indiviso pode o condômino, em nome próprio, mover ação judicial em defesa da propriedade comum, salvo contra outro condômino, hipótese em que será necessária a presença de todos os demais condôminos no pólo ativo, por si ou legalmente representados, em face da posição de igualdade entre todos os co-proprietários.
- (C) No condomínio edifício, cada condômino tem legitimidade concorrente para, em nome próprio, atuar em Juízo ou extrajudicialmente, contra terceiros, na defesa do condomínio.
- (D) No condomínio indiviso, é cabível a ação de usucapião extraordinário de um condômino em face dos demais, quando tem ele a posse integral do imóvel, sem oposição nem contestação, por tempo superior a 20 (vinte) anos.

10. Sobre a invalidade do casamento, assinale a resposta correta.

- (A) O prazo para propositura da ação de anulação do casamento, por erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge, é de decadência e opera-se em 02 (dois) anos.
- (B) A anulabilidade do casamento, por procuração, com mandato revogado ou invalidado pelo mandante, desconhecida pelo mandatário e pelo outro cônjuge, convalidar-se-á se houver coabitação ou se a ação não for movida em 180 (cento e oitenta) dias pelo mandante.

- (C) A sentença que decreta a nulidade do casamento retroage, para todos e quaisquer fins e efeitos, à data da sua celebração.
- (D) O cônjuge coacto ou que foi induzido em erro, uma vez ciente do vício, aquiescendo à coabitação, convalida o ato, não mais podendo alegar outra hipótese de erro essencial ignorado antes do casamento.

11. Sobre filiação, regime de bens no casamento e poder familiar, pode-se afirmar que

- (A) é imprescritível, mas também exclusiva do marido, a ação para contestar a paternidade dos filhos de sua mulher, na constância do casamento; no caso de impugná-la, seus herdeiros poderão prosseguir; mas se não o fizer em vida, subsistirá a presunção da paternidade sem que possa ser impugnada ou contestada por qualquer interessado de sua parte.
- (B) o casamento pelo regime da comunhão universal importa na comunicação de todos os bens e dívidas passivas dos cônjuges, havidos por qualquer deles e a qualquer título, antes e durante o casamento, exigindo-se, porém, o pacto antenupcial.
- (C) o pacto antenupcial é obrigatório nos regimes de separação total, da comunhão universal e no regime de ratificação final dos aqüestos, podendo ser levado a efeito por instrumento público ou particular, neste último caso, com sua transcrição no processo de habilitação de casamento, mas levado a registro, em ambas as hipóteses, obrigatoriamente, no Registro de Imóveis.
- (D) o poder familiar é exercido conjuntamente pelo pai e pela mãe, admitida a renúncia a ele por qualquer dos cônjuges em favor do outro consorte, quando a convivência entre os pais ou entre um destes e o filho se torne insuportável.

12. Sobre a sucessão em união estável, assinale a resposta correta.

- (A) Na união estável, nos termos do Código Civil, o companheiro supérstite não participa da sucessão do companheiro falecido, relativamente aos bens por este adquiridos a título gratuito ou próprios e exclusivos seus, quer deixando ou não deixando parentes sucessíveis.
- (B) O companheiro supérstite, que concorre na sucessão legítima do companheiro falecido, relativamente aos bens adquiridos pelo esforço comum durante a união estável, terá direito à metade da herança, além da sua própria meação, se os parentes sucessíveis deixados pelo falecido estiverem na linha colateral por consangüinidade e afinidade.
- (C) O companheiro supérstite que concorre com descendentes exclusivos do companheiro falecido, em qualquer hipótese e em quaisquer bens, terá direito a uma quota equivalente à que for atribuída àqueles.
- (D) Na sucessão testamentária, o companheiro falecido, deixando herdeiros colaterais, não poderá dispor além da metade dos seus bens exclusivos em favor do companheiro supérstite.

13. Sobre a sucessão legítima e a ordem da vocação hereditária, assinale a resposta correta.

- (A) Quando o cônjuge supérstite concorre à herança com ascendentes do falecido, cabe-lhe a metade da herança, mas se concorrer com um só ascendente ou estiver no segundo grau na linha ascendente de parentesco, cabem-lhe 2/3 (dois terços) da herança.
- (B) O cônjuge supérstite concorre à herança com os descendentes do *de cuius*, salvo se o casamento se deu pelo regime da separação total de bens; ou, se o foi pelo regime da comunhão parcial, o cônjuge falecido não houver deixado bens particulares seus.
- (C) O cônjuge supérstite, quando concorre à herança com descendentes do *de cuius*, terá direito a quinhão hereditário correspondente a 50% (cinquenta por cento) do quinhão dos descendentes que sucederem por cabeça; a 1/4 (um quarto) da herança, quando a sucessão dos descendentes se der por estirpe.
- (D) O cônjuge supérstite, qualquer que seja o regime do casamento, concorre à herança com os ascendentes do *de cuius*.

14. Sobre sucessão testamentária, assinale a resposta correta.

- (A) Em testamento, pode o testador dispor livremente de seus bens, dentro da quota do disponível e respeitada a legítima dos herdeiros necessários; mas, se a disposição testamentária extravasar, em valores ou bens, a quota do disponível, e alcançar a legítima dos herdeiros necessários, nulo será o testamento.
- (B) O legado de usufruto, sem fixação de tempo, entende-se vitalício para o legatário; mas, se ele falecer antes do testador, caducará o legado, sem que os herdeiros dele, legatário, possam sucedê-lo, recolhendo o legado por representação a qualquer título.
- (C) A pena cominada por sonegados, em que o herdeiro sonega bens da herança, não os descrevendo no inventário quando estejam em seu poder, ou omitindo-os à colação a que estiver obrigado a levá-los, é da perda, pelo herdeiro que assim proceder, da metade do seu quinhão hereditário, que lhe será aplicada, antes da partilha, nos próprios autos do inventário.
- (D) As doações em vida, como antecipação da legítima a algum herdeiro necessário, estão sujeitas à colação, a fim de igualar as legítimas dos herdeiros, só podendo ser dispensada em testamento e desde que expressamente assim disposto pelo testador.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

15. Sobre denunciação da lide, assinale a alternativa correta.

- (A) No processo de execução, a denunciação da lide só pode ser suscitada nos embargos do devedor se o processo de conhecimento correu à revelia do réu e não houve nomeação de curador à lide a seu favor.
- (B) Não é obrigatória para assegurar o direito regressivo no mesmo processo, porque o direito de regresso está assegurado na lei ou no contrato e as normas de direito material, bem como o negócio jurídico perfeito, não são alcançados por normas do processo civil, que são independentes daquela de natureza material.
- (C) É obrigatória para assegurar o direito regressivo no mesmo processo, em favor do perdedor da demanda, quando o direito de regresso estiver assegurado na lei ou no contrato.
- (D) É admissível, em face da União Federal, quando a ação de indenização decorre de acidente de trânsito provocado por veículo oficial licenciado pelo Departamento de Trânsito Estadual e o veículo esteja a serviço de Empresa Pública Federal localizada na capital do Estado.

16. Em relação ao chamamento ao processo, assinale a alternativa correta.

- (A) É admissível, no processo de execução, nos casos de solidariedade passiva e a dívida for exigida de um só dos devedores solidários.
- (B) No processo de execução, somente é admissível nos embargos do devedor quando este for executado na condição de fiador do devedor principal.
- (C) Só é admissível, no processo de execução, nos embargos do devedor e se a execução versar sobre cambial ou título executivo extrajudicial.
- (D) Não é admissível no processo de execução.

17. Na modificação da competência por conexão ou continência, pode-se afirmar que

- (A) a conexão e a continência serão sempre admitidas, com a reunião dos processos para decisões simultâneas pelo Juízo prevento, quando entre as ações ocorra tríplice identidade: partes, pedido e causa de pedir.
- (B) o reconhecimento da conexão pelo objeto ou pela causa de pedir, sendo de ordem pública, constitui imperativo legal, irrecusável e indeclinável; impõe-se, por isso, a reunião dos processos para julgamentos conjuntos pelo Juízo prevento, evitando-se assim decisões eventualmente conflitantes, sendo irrelevante a circunstância de uma das ações inserir-se na competência da Justiça Federal e a outra, na competência da Justiça Estadual, pois o princípio maior que a conexão visa resguardar é o da dignidade da Justiça, que seria desrespeitada no caso de decisões conflitantes.
- (C) a conexão entre duas ações, pelo objeto ou pela causa de pedir, conquanto se trate de matéria de ordem pública, não ensejará a reunião dos processos para julgamentos conjuntos pelo Juízo prevento, a fim de

evitar decisões conflitantes, no caso de uma delas ser de competência da Justiça Federal e a outra, da Justiça Estadual, porquanto a competência absoluta (material ou funcional ou em razão da pessoa) não pode ser modificada pela conexão.

- (D) a conexão pode ser alegada a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição, impondo-se a reunião dos processos mesmo que uma das ações já tenha sido julgada, pendendo recurso no segundo grau.

18.Relativamente ao litisconsórcio, assinale a alternativa correta.

- (A) No litisconsórcio em que os direitos ou as obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato ou de direito, a participação de todos os litisconsortes ativos, tal como a citação de todos os litisconsortes passivos, são indispensáveis, sob pena de ineficácia da sentença de mérito.
- (B) No litisconsórcio passivo necessário, a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo, salvo no litisconsórcio unitário, em que a presença de um dos litisconsortes dispensa a dos demais.
- (C) No litisconsórcio unitário, o recurso adesivo interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita.
- (D) No litisconsórcio decorrente de afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito, assim como naquele em que entre as causas houver conexão pelo objeto ou pela causa de pedir, a não inclusão de qualquer litisconsorte, no pólo passivo ou no pólo ativo, leva à extinção do processo, porque a lide haverá de ser decidida uniformemente em relação a todos.

19.Sobre alteração voluntária das partes, do pedido ou da causa de pedir, no curso do processo, assinale a alternativa correta.

- (A) Proposta a ação, não é admissível a alteração voluntária das partes, salvo no caso de alienação da coisa ou do direito sobre os quais incida o litígio, face ao princípio da estabilidade da relação processual e da garantia do devido processo legal em relação a todos os integrantes deste.
- (B) O pedido e a causa de pedir são inalteráveis, mesmo com o consentimento do réu, após o saneamento do processo.
- (C) A alteração no pólo ativo ou passivo não é admissível, salvo com a concordância de ambas as partes, no caso de alienação da coisa ou do direito sobre o qual incide o litígio, por instrumento público, devidamente registrado no Registro Imobiliário, em se tratando de imóvel; ou no Departamento de Trânsito, cuidando-se de veículo, sem que tenha sido tal alienação objeto de impugnação judicial ou extrajudicial.

(D) A alteração do pedido e o pleito de declaração incidente são sempre admissíveis em qualquer fase do processo de conhecimento, desde que feita nova citação do réu, não sendo esta necessária no caso de revelia.

20. No que se refere à extinção do processo, sem julgamento de mérito, com base no art. 267 e incisos do CPC, assinale a alternativa correta.

(A) Rejeitada preliminar de carência da ação (por ilegitimidade de parte, falta de interesse processual ou impossibilidade jurídica do pedido), sem interposição de recurso, poderá o juiz, na sentença, reapreciar a questão e acolher a carência da ação, porque nesse caso não se dá a preclusão *pró-judicata*.

(B) Rejeitada preliminar de carência da ação, por ausência de qualquer das condições da ação, é indispensável a interposição de recurso, sob pena de preclusão consumativa para as partes e para o órgão jurisdicional respectivo.

(C) A paralisação do processo de inventário por mais de 1 (um) ano, mesmo após regular intimação do inventariante, herdeiros e outros eventuais interessados, sem dar o devido andamento, acarreta a sua extinção, sem qualquer exame de mérito da sucessão propriamente, com a ressalva da instauração de outro, sob pena de perenização dos processos em Juízo, o que contraria, no caso de inventário, o disposto no art. 983 do CPC: *O inventário e a partilha devem ser requeridos dentro de 30 (trinta) dias a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 06 (seis) meses subseqüentes.*

(D) A parte que, por duas vezes, deu causa à extinção do processo por abandono e falta de andamento por mais de 30 (trinta) dias, não poderá mover outra ação, com base na mesma causa de pedir, pelo princípio da perempção.

21. Em relação à ação de alimentos com base na Lei n.º 5.478/68, assinale a alternativa correta na hipótese em que o autor-alimentando, devidamente intimado, não comparece à audiência de conciliação, instrução e julgamento.

(A) Acarreta a extinção do processo sem julgamento do mérito, com base no art. 267 do CPC, aplicável a todos os processos e procedimentos judiciais.

(B) Acarreta arquivamento do pedido sem a sua extinção.

(C) Prosseguir-se-á na audiência, com representação dos alimentandos menores de idade ou incapazes, pelo Ministério Público.

(D) Prosseguir-se-á na audiência, com aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato, em relação aos alimentandos maiores e capazes, se houver requerimento do alimentante de depoimento pessoal do alimentando.

22. Na ação de alimentos, com fundamento na Lei n.º 5.478/68, na hipótese de prévia fixação de alimentos provisórios, assinale a alternativa correta.

- (A) Julgada improcedente a ação de alimentos, os alimentos provisórios ficam suspensos, porque o recurso nesse caso será recebido em ambos os efeitos, suspensivo e devolutivo.
- (B) Julgada improcedente a ação, cessam de pleno direito os alimentos provisórios, com base no art. 808, inciso III, do CPC, *verbis*: *Cessa a eficácia da medida cautelar: se o juiz declarar extinto o processo principal, com ou sem julgamento do mérito.*
- (C) Julgada parcialmente procedente a ação, com fixação de alimentos definitivos em quantia inferior àquela fixada para os alimentos provisórios, o recurso interposto contra a sentença será recebido no efeito devolutivo, cuja execução provisória incidirá sobre a quantia correspondente aos alimentos definitivos, nos termos do art. 808, inciso III, do CPC.
- (D) Julgada improcedente a ação, os alimentos provisórios são devidos até que a decisão final se torne definitiva.

23. Relativamente à ação de nunciação de obra nova, assinale a resposta correta.

- (A) A ação de nunciação de obra nova, não cumulada com a ação demolitória, mesmo julgada procedente, não enseja a demolição da edificação, na parte irregular, mas tão-somente a indenização pecuniária.
- (B) O embargo judicial ou extrajudicial, na ação de nunciação de obra nova, insere-se num pressuposto processual, quer da ação de nunciação, quer da ação demolitória, somente podendo ser suprido se houver medida cautelar de produção antecipada de provas.
- (C) Nessa modalidade de ação, estando concluída a edificação da obra nova, não cabe o embargo judicial ou extrajudicial, pelo nunciante prejudicado, em face do nunciado proprietário, porquanto, juridicamente, não é o caso de nunciar.
- (D) A ação de nunciação de obra nova é imprescritível, mas a demolitória prescreve no prazo de 1 (um) ano, enquanto a de indenização, em 20 (vinte) anos.

24. Em relação à citação, assinale a alternativa correta.

- (A) Declarada a absoluta incompetência, daí decorre a nulidade *ex-radice* do processo, renovando-se os atos no Juízo competente, notadamente a citação.
- (B) Na execução por quantia certa, contra devedor solvente, citado o executado por carta precatória, o prazo de 10 (dez) dias para oferecimento de embargos à execução conta-se da juntada da carta precatória ao processo de execução.

(C) Na citação com hora certa, tornando-se concretamente evidenciado que o réu está se ocultando para não receber a citação, assim informado o oficial de justiça por morador da casa, de pronto o oficial intimará pessoa da família de que voltará no dia seguinte para proceder à citação, a qual se haverá por regular se o citando não se encontrar na hora designada pelo oficial, desde que o Escrivão lhe remeta, na seqüência, carta ou telegrama ou radiograma dando-lhe de tudo ciência.

(D) A citação pelo correio não é admitida no processo de execução.

25. Transitada em julgado a sentença condenatória e iniciado o processo de execução, ficará este suspenso em face da interposição de embargos do devedor, com alegação de inexigibilidade do título executivo judicial. Rejeitados ou julgados improcedentes os embargos, no entanto, o recurso será recebido no efeito apenas devolutivo, nos termos do art. 520, V, do CPC. Nesse caso, assinale a resposta correta, dentre as alternativas.

(A) A execução será provisória.

(B) A execução prosseguirá na forma definitiva.

(C) A execução ficará suspensa até o julgamento do recurso dos embargos.

(D) O prosseguimento da execução, na pendência do julgamento do recurso dos embargos, dependerá da prestação de caução real ou fidejussória, ou da concessão de tutela antecipada.

26. Relativamente à fraude de execução, assinale a resposta correta.

(A) A alienação de bem em fraude de execução não será declarada nula nem ineficaz, se o executado alienante demonstrar, em Juízo, que o produto da venda do bem foi integralmente utilizado no pagamento de débito alimentar.

(B) A alienação de bem em fraude de execução é nula de pleno direito, podendo ser declarada de ofício pelo juiz, porque o ato é viciado desde a origem e constitui atentado à dignidade da Justiça.

(C) A alienação de bem em fraude de execução não é nula nem anulável, subsistindo seus efeitos entre o alienante e o adquirente.

(D) A alienação de bem em fraude de execução, para ser reconhecida e declarada, requer procedimento judicial próprio e específico, a fim de assegurar as garantias constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal ao adquirente e ao alienante.

27. Em relação a embargos de terceiro, assinale a resposta correta dentre as alternativas.

(A) Aquele que figura como parte no processo, no seu pólo ativo ou passivo, não poderá em hipótese nenhuma opor embargos de terceiro, porque estes são destinados àquele que não figurar como parte no processo e vier de sofrer constrição judicial em bens de sua propriedade ou sua posse legítima.

(B) O cônjuge do devedor executado, uma vez intimado da penhora, torna-se devedor solidário e litisconsorte necessário do executado, cabendo nesse caso a via dos embargos à execução para a defesa de sua meação; ou, após o decurso do prazo para ajuizamento destes, optar pelo direito de remição após a arrematação.

- (C) Os embargos de terceiro podem ser opostos pelo proprietário, pelo possuidor, pelo credor com garantia real e pelo detentor quando este detém a coisa em nome de outrem, desde que o façam, no processo de conhecimento, até o trânsito em julgado da sentença, e, no processo de execução, até 05 (cinco) dias depois da arrematação.
- (D) O cônjuge do devedor executado, mesmo intimado regularmente da penhora, pode opor embargos de terceiro, visando defender sua meação, no processo de execução, até o momento anterior à assinatura da carta de arrematação.

28. Em relação a prazos no processo civil, assinale a resposta correta, dentre as alternativas.

- (A) O processo cível sobrestado por questão prejudicial de natureza criminal permanecerá sobrestado, em qualquer hipótese, até a decisão definitiva na esfera criminal, face à autonomia entre a jurisdição civil e a criminal.
- (B) O prazo para exercício da ação penal, após o sobrestamento do processo cível por questão prejudicial de natureza criminal, é de 6 (seis) meses, prorrogável por mais 6 meses, findos os quais, sem que a ação penal seja exercida, cessará o sobrestamento, decidindo o juiz cível a questão prejudicial.
- (C) O prazo para exercício da ação penal, após o sobrestamento do processo cível por questão prejudicial de natureza criminal, é de 30 (trinta) dias, contados da decisão de sobrestamento, findos os quais, sem que a ação penal seja exercida, cessará o efeito de sobrestamento, decidindo o juiz cível a questão prejudicial.
- (D) Questão de natureza criminal não constitui prejudicial externa no campo do contencioso cível, porque ambas as jurisdições – civil e criminal – são autônomas e independentes uma da outra, não cabendo ao Juízo cível ficar jungido ao criminal.

DIREITO PENAL

29. Assinale a alternativa correta.

- (A) A pena de multa aplicada não pode ser convertida em privativa de liberdade.
- (B) A pena de multa pode ser convertida em privativa de liberdade caso não seja paga depois de transitada em julgado a sentença que a tenha aplicado.
- (C) A pena de multa aplicada pode ser convertida em privativa de liberdade se, no curso da execução, sobrevier nova condenação ao sentenciado.
- (D) A pena de multa aplicada pode ser convertida em privativa de liberdade caso não seja paga no curso da execução e o condenado seja solvente.

- 30.** Ao tipificar o crime de “lesão corporal seguida de morte”, o art. 129, § 3.º, do Código Penal (*Se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo*) contempla:
- (A) uma hipótese exclusiva de crime culposo.
 - (B) uma forma exclusiva de dolo direto.
 - (C) uma forma exclusiva de dolo eventual.
 - (D) uma forma autenticamente preterdolosa.
- 31.** Político de expressão nacional, mas de índole controvertida, em visita a grande cidade do interior paulista, desfila por vias públicas urbanas em carro aberto. Em determinado local, durante esse desfile, Pedro e Paulo, cada um desconhecendo a conduta do outro, efetuam disparos de arma de fogo na direção do político, coincidentemente ao mesmo tempo, com a intenção de matá-lo, e o evento morte realmente é alcançado. Apura-se, no curso das investigações, com forte e convincente apoio em prova pericial regularmente produzida, que o evento letal foi provocado pelo disparo efetuado por Pedro, ao passo que o disparo efetuado por Paulo só atingiu a vítima superficialmente, em um dos membros superiores. Nesse caso, como se define a responsabilidade criminal de cada um desses agentes?
- (A) Paulo não responde por crime algum, porque sua conduta, nessa hipótese, foi atípica, uma vez que o resultado morte, embora querido, não foi provocado por ele, com relação a quem houve crime impossível.
 - (B) Pedro e Paulo respondem por homicídio, porque agiram em co-autoria dolosa, visando ao mesmo resultado que foi alcançado.
 - (C) Pedro responde por homicídio e Paulo responde por tentativa de homicídio, por se tratar de autoria colateral.
 - (D) Pedro e Paulo respondem por homicídio, como autor e partícipe, respectivamente, por terem agido com dolo, visando ao mesmo resultado que foi alcançado.
- 32.** Em se tratando de furto de coisa comum (art. 156 do Código Penal), é correto afirmar-se que a ação penal
- (A) é pública incondicionada.
 - (B) é pública condicionada à representação da vítima ou de quem tenha qualidade para representá-la.
 - (C) é exclusivamente de iniciativa privada.
 - (D) pode ser intentada indiferentemente pelo Ministério Público ou pela vítima.
- 33.** Indivíduo com 19 (dezenove) anos de idade, na data do fato ocorrido em 05.01.1999, foi denunciado como incurso no art. 168, *caput*, do Código Penal (apropriação indébita), a denúncia foi recebida em 06.01.2001 e o processo correu seus termos regulares, sem alguma suspensão, estando hoje na fase do art. 500 do Código de Processo Penal. Considerando-se que as penas cominadas em abstrato para esse crime são de um a quatro

anos de reclusão e multa, pergunta-se: Já ocorreu a prescrição ou não? Em caso afirmativo, em que data?

- (A) Não. A prescrição ainda não ocorreu.
- (B) Sim. A prescrição ocorreu em 05.01.2001.
- (C) Sim. A prescrição ocorreu em 06.01.2005.
- (D) Sim. A prescrição ocorreu em 06.01.2003.

34. Paulo foi agente de agressão violenta e dolosa contra Pedro, que em seguida veio a falecer. Mas, esse resultado letal foi decorrente de caso fortuito. Nesse caso, é correto afirmar-se que Paulo praticou crime de

- (A) lesão corporal seguida de morte.
- (B) homicídio doloso.
- (C) homicídio culposo.
- (D) lesão corporal.

35. Empregada doméstica, durante o trabalho em casa alheia, dali tomou para si certo objeto que, todavia, supunha ser seu. Esse fato configura

- (A) erro de proibição.
- (B) erro de tipo.
- (C) causa de exclusão da ilicitude.
- (D) crime impossível.

36. Indique o dispositivo do Código Penal em que está prevista a autoria mediata.

- (A) Art. 22 – Coação irresistível e obediência hierárquica.
- (B) Art. 23 – Exclusão de ilicitude.
- (C) Art. 29 – Do concurso de pessoas.
- (D) Art. 30 – Circunstâncias comunicáveis.

37. Tício, agindo com *animus necandi*, desfecha tiros contra seu desafeto, Mélvio, dando causa a sua morte. Mas, um dos projéteis, por erro na execução, também atinge Caio, que, igualmente, vem a falecer. Aplica-se, nesse caso, a regra do

- (A) crime continuado.
- (B) concurso material.
- (C) concurso formal.
- (D) crime único.

- 38.** Assinale a alternativa que corresponde a um caso de ação privada personalíssima, considerando o Código Penal na sua redação atual.
- (A) Art. 235, *caput*: *Contrair alguém, sendo casado, novo casamento.*
 - (B) Art. 236, *caput*: *Contrair casamento, induzindo em erro essencial o outro contraente, ou ocultando-lhe impedimento que não seja casamento anterior.*
 - (C) Art. 140, *caput*: *Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro.*
 - (D) Art. 237: *Contrair casamento, conhecendo a existência de impedimento que lhe cause a nulidade absoluta.*
- 39.** Tendo em vista os crimes definidos na nova Lei de Falências (Lei n.º 11.101/2005), assinale a alternativa correta.
- (A) A inabilitação para o exercício de atividade empresarial é efeito automático da condenação pela prática dos crimes definidos nessa Lei.
 - (B) A prescrição, independentemente da quantidade das penas cominadas ou aplicadas, ocorre sempre em 2 anos, mas são cabíveis as causas de interrupção previstas no Código Penal.
 - (C) A decretação da falência do devedor não interrompe a prescrição cuja contagem tenha iniciado com a concessão da recuperação judicial ou com a homologação do plano de recuperação extrajudicial.
 - (D) Na falência, na recuperação judicial e na recuperação extrajudicial de sociedades, seus administradores de fato equiparam-se ao devedor ou falido para os efeitos penais, na medida de sua culpabilidade.
- 40.** Ao sair do trabalho, durante a noite, jovem adolescente dirigiu-se a um ponto de ônibus em via pública urbana, onde determinado indivíduo dela se aproximou e, agindo de inopino, sem que ela pudesse esquivar-se, beijou-a na boca de forma lasciva. Esse fato constitui infração penal? Em caso positivo, qual?
- (A) Constitui a contravenção penal do art. 61: *Importunação ofensiva ao pudor.*
 - (B) Constitui a infração do art. 214 do Código Penal: *Atentado violento ao pudor.*
 - (C) Não constitui infração penal.
 - (D) Constitui a contravenção penal do art. 65: *Perturbação da tranqüilidade.*
- 41.** Dentre as alternativas, assinale aquela que, corretamente, relaciona apenas crimes que não admitem a tentativa.
- (A) Crimes omissivos próprios, crimes de perigo, crimes progressivos.
 - (B) Crimes preterdolosos, crimes plurissubsistentes, crimes omissivos próprios.
 - (C) Crimes plurissubsistentes, crimes omissivos próprios, crimes culposos.

(D) Crimes preterdolosos, crimes unissubsistentes, crimes omissivos próprios.

42. Mediante encenação, um curandeiro convence mulher de dezenove anos de idade, acometida de certa moléstia, a permitir que ele a submetta a determinado tratamento, em ambiente isolado, com promessa de cura. Ao ver-se sozinho na companhia da jovem, ele lhe explica que esse tratamento deve ser feito por meio de relações sexuais que, todavia, segundo ele, são orientadas por entidade sobrenatural que toma o corpo do curandeiro, servindo este como simples instrumento, sem participação volitiva. Agindo dessa forma, o varão consegue manter conjunção carnal completa com a jovem, com o consentimento dela. Qual foi o crime por ele cometido?

(A) Estupro – art. 213, CP.

(B) Curandeirismo – art. 284, CP.

(C) Posse sexual mediante fraude – art. 215, CP.

(D) Corrupção de menores – art. 218, CP.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

43. Denegada a apelação no Juízo *a quo*, qual é o recurso cabível a ser interposto pelo apelante frustrado?

(A) Recurso em sentido estrito.

(B) Carta testemunhável.

(C) Correição parcial.

(D) Agravo de instrumento.

44. Assinale a alternativa que não corresponde, necessariamente, a uma hipótese de continência.

(A) Concurso formal.

(B) Concurso material.

(C) *Aberratio ictus* com duplo resultado.

(D) Concurso de agentes praticantes do mesmo fato delituoso.

45. Praticado crime doloso contra a vida, não sendo conhecido o lugar da infração, como será definida, preferencialmente, a competência jurisdicional?

(A) Regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.

(B) Regular-se-á pela prevenção.

(C) Regular-se-á pelo domicílio ou residência da vítima.

(D) Decorrerá de livre escolha do titular da ação penal.

46. Em ocorrendo concurso formal entre um delito de ação penal pública incondicionada e outro de ação penal de iniciativa exclusivamente privada, como deve ser instaurada a ação penal?

(A) Por denúncia única do Ministério Público.

(B) Por denúncia do Ministério Público, no primeiro caso; e por queixa-crime do particular, no segundo.

(C) Por única queixa-crime do particular.

(D) Por denúncia única do Ministério Público, mas desde que haja representação do ofendido quanto ao segundo delito.

47. Dentre as alternativas relacionadas, assinale aquela que é incorreta, no que se refere ao procedimento penal adotado pela nova Lei de Falências (Lei n.º 11.101/2005) para os crimes nela definidos.

(A) Intimado da sentença que decreta a falência, o representante do Ministério Público, verificando a ocorrência de algum desses crimes, poderá oferecer a denúncia ou requisitar a abertura de inquérito policial.

(B) Esses crimes são de ação penal pública incondicionada, mas admite-se a ação penal privada subsidiária da pública se a denúncia não for oferecida no prazo legal.

(C) Esses crimes são de ação penal pública incondicionada e não se admite a ação penal privada subsidiária da pública, mesmo que a denúncia não seja oferecida no prazo legal.

(D) Compete ao juiz criminal da jurisdição onde tenha sido decretada a falência, concedida a recuperação judicial ou homologado o plano de recuperação extrajudicial, conhecer da ação penal nesses casos.

48. Réu denunciado por homicídio foi pronunciado para ser julgado pelo Tribunal do Júri. Procurado para ser intimado pessoalmente da decisão de pronúncia, não foi encontrado nos endereços que havia nos autos. Nesse caso, qual é o procedimento correto a ser adotado pelo Juiz?

(A) Se se tratar de defensor constituído, determinar a sua intimação para que apresente o réu a fim de ser intimado da decisão de pronúncia.

(B) Determinar a expedição de edital para proceder-se à intimação que não pôde ser feita pessoalmente.

(C) Determinar a intimação do defensor para possibilitar-lhe a interposição do recurso cabível.

(D) Suspender o andamento do feito até a intimação pessoal do réu.

- 49.** Em ação penal de iniciativa privada, respondendo o querelado por crime contra a honra em que as penas cominadas são de detenção e multa, terminada a inquirição de todas as testemunhas arroladas, o juiz deve
- (A) determinar que as partes ofereçam alegações finais.
 - (B) designar audiência de instrução e julgamento.
 - (C) sentenciar o feito.
 - (D) determinar o cumprimento do art. 499 do Código de Processo Penal.
- 50.** Qual é o prazo para apelação da sentença prolatada nos feitos sujeitos ao rito procedimental da Lei n.º 9.099/95 (Infrações Penais de Menor Potencial Ofensivo)?
- (A) 15 (quinze) dias.
 - (B) 05 (cinco) dias.
 - (C) 10 (dez) dias.
 - (D) 03 (três) dias.
- 51.** Assinale a alternativa correta.
- (A) A prisão temporária só pode ser decretada em se tratando de investigação policial referente à prática de crime hediondo.
 - (B) A prisão temporária não pode ser decretada de ofício pelo juiz, uma vez que não há previsão legal para tanto.
 - (C) A prisão temporária pode ser decretada pela autoridade policial em regime de urgência e em situações de comprovada necessidade, com ratificação judicial no prazo de 24 horas.
 - (D) A prisão temporária de réu denunciado por crime hediondo pode ser decretada pelo juiz em qualquer fase da ação penal.
- 52.** Assinale a alternativa que corresponde somente aos recursos privativos da defesa em matéria penal.
- (A) Protesto por novo júri e embargos infringentes e de nulidade.
 - (B) Desaforamento e protesto por novo júri.
 - (C) Agravo e embargos infringentes e de nulidade.
 - (D) Correição parcial e desaforamento.
- 53.** Processado por infração do art. 16 da Lei n.º 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), sob acusação de manter sob sua guarda arma de fogo de uso proibido sem autorização legal ou regulamentar, certo trabalhador rural foi, ao final, absolvido por falta de provas e, com o trânsito em julgado da sentença, requereu a restituição da arma apreendida, alegando que já não mais interessava ao processo. Qual deve ser, nessa hipótese, a decisão judicial?

- (A) Deferimento do pedido de restituição por haver sido decretada a absolvição.
- (B) Indeferimento da pretendida restituição da arma, por se tratar de instrumento de uso proibido aos particulares.
- (C) Deferimento do pedido, mas condicionada a restituição à regularização do registro da arma apreendida, perante a autoridade competente.
- (D) Indeferimento da pretendida restituição da arma porque a absolvição foi decretada por falta de provas.

54. Tício foi denunciado como incurso no art. 180, § 3.º, do Código Penal (receptação culposa), a denúncia foi regularmente recebida e o feito correu normalmente até que, nas alegações finais, o titular da ação penal, entendendo procedente a denúncia, sustentou, todavia, tratar-se de receptação dolosa, pelo que pediu a condenação do réu por infração do art. 180, *caput*, do mesmo Código. Recebendo os autos para sentença, e entendendo, em tese, viável essa pretensão em consequência de prova existente nos autos, como deverá proceder o juiz?

- (A) Sentenciará desde logo o feito, impondo condenação por receptação dolosa, com apoio no art. 383, do Código de Processo Penal.
- (B) Determinará a abertura de vista à defesa para manifestação e eventual produção de prova testemunhal, nos termos do art. 384, *caput*, do Código de Processo Penal.
- (C) Baixará o processo para que o Ministério Público adite a denúncia, com subsequente abertura de vista à defesa, na forma do art. 384, parágrafo único, do Código de Processo Penal.
- (D) Sentenciará desde logo o feito, decretando a absolvição por falta de prova da acusação descrita na denúncia (art. 386, inciso VI, do Código de Processo Penal).

55. Assinale a alternativa correta.

- (A) O seqüestro de bens imóveis adquiridos com os proventos da infração só pode ser ordenado pelo juiz a pedido da vítima.
- (B) O seqüestro de bens imóveis adquiridos com os proventos da infração só pode ser ordenado pelo juiz depois de instaurada a ação penal e atendendo a requerimento do Ministério Público.
- (C) O seqüestro de bens imóveis adquiridos com os proventos da infração não pode ser ordenado pelo juiz atendendo à representação da autoridade policial no curso do inquérito.
- (D) O seqüestro de bens imóveis adquiridos com os proventos da infração pode ser ordenado de ofício pelo juiz em qualquer fase da ação penal e até mesmo antes de oferecida a denúncia.

56. É correto afirmar que a sentença de pronúncia é decisão interlocutória

- (A) mista não terminativa.

- (B) mista terminativa.
- (C) simples não terminativa.
- (D) simples terminativa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

57.O princípio da inviolabilidade da casa, segundo o qual ninguém nela pode penetrar sem o consentimento do morador, é excetuado na seguinte hipótese:

- (A) para prestar socorro ou, durante o dia, por determinação judicial.
- (B) em caso de flagrante delito ou, em qualquer período horário, por determinação judicial.
- (C) em caso de desastre ou, em qualquer período horário, por determinação judicial.
- (D) na vigência do estado de defesa, em qualquer ponto do território nacional.

58.A liberdade de reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, e desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local,

- (A) está condicionada à autorização prévia da autoridade competente, caso programada para município com mais de um milhão de habitantes.
- (B) independe de autorização, mas exige prévio aviso à autoridade competente.
- (C) na vigência do estado de defesa, não poderá sofrer restrições caso não exercida no seio de associação profissional.
- (D) na vigência do estado de sítio, poderá ser suspensa por decisão do Conselho da República e do Senado Federal.

59.O sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas e telefônicas

- (A) não poderá sofrer restrições durante a vigência do estado de sítio, mas poderá sofrê-las na vigência do estado de defesa, mediante prévia autorização do Conselho da República.
- (B) é inviolável, quanto à correspondência, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- (C) não poderá sofrer restrições durante a vigência do estado de defesa, mas poderá sofrê-las durante a vigência do estado de sítio.
- (D) é inviolável, quanto às comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal.

60.As medidas provisórias

- (A) terão a sua votação iniciada no Senado Federal.
- (B) podem versar sobre partidos políticos, direito eleitoral e a organização do Ministério Público.
- (C) não podem versar sobre nacionalidade, direitos políticos, direito penal, direito processual penal e direito processual civil.
- (D) visando à carreira do Ministério Público, e atendidos os pressupostos da urgência e relevância, poderão ser adotadas pelo Presidente da República.

61.A intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal

- (A) exigirá decreto de intervenção que será submetido ao Congresso Nacional, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- (B) quando fundada em descumprimento de ordem ou decisão judiciais, dependerá de requisição do Conselho Nacional de Justiça.
- (C) poderá ocorrer para repelir invasão estrangeira ou para garantir o livre exercício do Poder Judiciário Estadual.
- (D) poderá ocorrer para pôr termo a qualquer comprometimento da ordem pública ou para reorganizar as finanças da unidade da Federação que, salvo motivo de força maior, suspenda o pagamento da dívida fundada por mais de 03 (três) anos consecutivos.

62.O Conselho Nacional de Justiça

- (A) é composto por 15 (quinze) membros com mais de 30 (trinta) e menos de 66 (sessenta e seis) anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- (B) será presidido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, que votará em caso de empate.
- (C) terá competência, caso a isso provocado, para rever os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de 02 (dois) anos.
- (D) será composto, dentre outros, por 02 (dois) membros do Ministério Público Estadual, escolhidos pelo Procurador-Geral da República entre aqueles indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual.

63.Relativamente à exploração da atividade econômica pelo Estado,

- (A) ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

- (B) as empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado, desde que previstos em lei.
- (C) quanto aos direitos e obrigações trabalhistas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista sujeitar-se-ão ao regime jurídico próprio das empresas privadas de pequeno porte.
- (D) a lei estabelecerá o estatuto jurídico das sociedades de economia mista, dele todavia excluída a disciplina da responsabilidade dos administradores.

64. No âmbito da União, a iniciativa das leis complementares também compete

- (A) ao Ministro de Estado da Defesa.
- (B) ao Conselho Nacional de Justiça.
- (C) ao Conselho da República.
- (D) aos Tribunais Superiores.

65. Quanto aos ministros do Superior Tribunal de Justiça,

- (A) um terço deles, em partes iguais, será composto por advogados e membros do Ministério Público, alternadamente.
- (B) um quinto deles, em partes iguais, será composto por advogados e membros do Ministério Público, alternadamente, com mais de 15 (quinze) anos de efetiva atividade profissional ou de carreira.
- (C) um terço deles será composto por desembargadores dos Tribunais de Justiça indicados em lista tríplice elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça.
- (D) um terço deles será composto por juízes dos Tribunais Regionais Federais indicados em lista sêxtupla elaborada pelo Conselho da Justiça Federal.

66. Compete

- (A) ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, o mandado de segurança decidido, em única instância, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, quando concessiva a decisão.
- (B) aos Tribunais de Justiça, nos crimes comuns e de responsabilidade, processar e julgar os membros dos Tribunais de Conta de seus respectivos Estados.
- (C) ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o *habeas corpus* impetrado quando o coator for Ministro de Estado, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
- (D) aos tribunais, privativamente, propor a criação de novas varas judiciárias.

DIREITO ADMINISTRATIVO

67. O princípio que autoriza a Administração a anular o ato ilegal e revogar o ato inconveniente ou inoportuno (Súmula 473 do STF) é o da

- (A) Razoabilidade.
- (B) Autotutela.

- (C) Legalidade.
- (D) Segurança jurídica.
- 68.**A ocupação ilícita de um imóvel particular pelo Poder Público, que nele dá início à construção de uma praça pública, enseja ao proprietário, que pretende a reparação de seu direito lesado, o uso da ação de
- (A) Reintegração de Posse.
- (B) Retrocessão.
- (C) Desapropriação.
- (D) Desapropriação indireta.
- 69.**A modalidade de licitação necessária para a alienação de bens imóveis é
- (A) a Tomada de Preço.
- (B) o Convite.
- (C) a Concorrência Pública.
- (D) o Leilão.
- 70.**A ação civil pública por improbidade administrativa contra Prefeito Municipal, visando ao ressarcimento de dano causado ao Erário,
- (A) é imprescritível.
- (B) prescreve em 10 (dez) anos, a partir do ato.
- (C) prescreve em 5 (cinco) anos, a partir do ato.
- (D) prescreve em 5 (cinco) anos, a partir do fim do mandato.
- 71.**Assinale a alternativa correta.
- (A) A prescrição administrativa inibe a apreciação judicial apenas em relação aos efeitos criminais.
- (B) A prescrição administrativa inibe a apreciação judicial apenas em relação aos efeitos civis.
- (C) A prescrição administrativa não inibe a apreciação judicial.
- (D) A prescrição administrativa inibe a apreciação judicial, seja para efeitos civis ou criminais.
- 72.**Na esfera federal, a extinção de cargos públicos, quando vagos, dá-se por meio de
- (A) Lei de iniciativa do Presidente da República.
- (B) Decreto do Presidente da República.
- (C) Lei de iniciativa parlamentar.
- (D) Resolução do Senado Federal.

73. Pessoa jurídica de direito público, com autonomia, com patrimônio e receita próprios, criada por lei para executar atividades típicas da Administração Pública, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada, constitui conceito de

- (A) Sociedade de economia mista.
- (B) Empresa Pública.
- (C) Fundação governamental.
- (D) Autarquia.

74. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Os bens públicos que integram o patrimônio de um Município só podem ser afetados ou desafetados pelo próprio Município e não pela União ou Estado.
- (B) Os bens públicos, qualquer que seja sua espécie ou natureza, não podem ser usucapidos.
- (C) Os bens públicos adquiridos para um fim específico (implantação de uma praça) ditado por uma lei, integram os chamados *bens afetados*.
- (D) Os bens públicos somente serão objeto de penhora, em execução contra a Fazenda Pública, quando houver autorização por meio de decreto do Executivo.

75. Um veículo oficial que fica à disposição do Presidente da Câmara Municipal causa dano a terceiro. Em ação de indenização (reparação de danos) movida por este, quem deverá figurar no pólo passivo é

- (A) a Câmara Municipal e seu Presidente.
- (B) a Câmara Municipal.
- (C) o Município respectivo.
- (D) a Câmara Municipal e o Prefeito.

76. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) É nula a dispensa de servidor público estável, sem o regular processo administrativo.
- (B) É nula a simples dispensa de servidor titular de cargo de provimento em comissão, de livre nomeação, sem o regular processo administrativo.
- (C) É nula a dispensa de servidor público em estágio probatório, sem o regular processo administrativo.
- (D) É nula a dispensa de servidor público estável pelo único fato de sua eleição e posse para exercer mandato eletivo.

DIREITO TRIBUTÁRIO

77. O tributo cujo fato gerador é sempre ligado a uma atividade estatal, e que deve ser instituído e cobrado pela entidade estatal competente para o desempenho da respectiva atividade, é

- (A) a Taxa.
- (B) a Contribuição de melhoria.

- (C) o Imposto.
- (D) nenhuma das alternativas acima.

78.A Constituição Federal autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a instituírem contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio do regime previdenciário respectivo. Pode-se afirmar que tais contribuições

- (A) sujeitando-se, porém, ao princípio da anterioridade, têm por função suprir, de recursos financeiros, os órgãos ou entidades do Poder Público respectivo com atribuições especificamente previdenciárias.
- (B) não se sujeitam ao princípio da anterioridade e têm por função simplesmente aumentar a receita geral do Poder Público respectivo, sem se vincular a qualquer órgão ou entidade.
- (C) sujeitando-se, porém, ao princípio da anterioridade, têm por função simplesmente aumentar a receita geral do Poder Público respectivo, sem se vincular a qualquer órgão ou entidade do regime previdenciário.
- (D) não se sujeitam ao princípio da anterioridade, e têm por função suprir, de recursos financeiros, os órgãos ou entidades do Poder Público respectivo com atribuições especificamente previdenciárias.

79.Nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, o contribuinte faz o pagamento respectivo com base em apuração feita

- (A) por ele próprio.
- (B) por ele próprio, após confirmada pelo fisco.
- (C) pelo fisco.
- (D) pelo fisco, e aprovada pelo sujeito passivo.

80.A alienação de bens pelo sujeito passivo considera-se (presume-se) fraudulenta se ocorrida depois de inscrito

- (A) o débito como dívida ativa, proposta a ação de execução e citado o sujeito passivo executado.
- (B) o débito como dívida ativa e já proposta a ação de execução.
- (C) o débito tributário como dívida ativa.
- (D) o débito tributário, e mesmo que o devedor haja reservado bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida.

81.Extinta a pessoa jurídica de direito privado, um dos sócios deu continuidade à mesma atividade, no mesmo local, por meio de outra razão social. Nesse caso, pode-se afirmar que

- (A) inexistente responsabilidade da nova sociedade, pois a atividade é continuada pelo sócio sob outra razão social.
- (B) a nova sociedade criada pelo sócio remanescente apenas responde por metade dos tributos devidos pela sociedade extinta.

(C) a sociedade constituída pelo sócio remanescente é responsável pelos tributos devidos pela sociedade extinta, independentemente de sua razão social.

(D) a nova sociedade é responsável pela totalidade dos tributos devidos pela extinta, desde que já tenham sido lançados.

82. Quando a lei autoriza a autoridade administrativa a conceder, por decisão fundamentada, a dispensa do crédito tributário, beneficiando o sujeito passivo, diz-se que ocorreu

(A) remissão.

(B) anistia.

(C) compensação.

(D) transação.

83. O princípio da não-cumulatividade é um atributo do

(A) imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativo a títulos ou valores mobiliários.

(B) imposto sobre produto industrializado e imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços.

(C) imposto sobre veículos automotores e do imposto sobre serviços de qualquer natureza.

(D) imposto sobre propriedade territorial rural e do imposto sobre propriedade territorial urbana.

84. O princípio da imunidade recíproca não beneficia, em regra,

(A) as autarquias e fundações mantidas pelo Poder Público.

(B) a União, Estados e Distrito Federal.

(C) os Municípios.

(D) os concessionários de serviços públicos, nem as empresas públicas e sociedades de economia mista.

85. São espécies do gênero tributo, previstas na Constituição Federal:

(A) impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições sociais.

(B) impostos, taxas e contribuições de melhoria.

(C) impostos, taxas e empréstimos compulsórios.

(D) impostos, taxas e contribuições sociais.

- 86.** Base de cálculo do IPTU – Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – é o valor
- (A) venal do imóvel.
 - (B) de mercado do bem.
 - (C) histórico.
 - (D) histórico corrigido monetariamente.

DIREITO COMERCIAL

- 87.** Quanto ao cheque, é correto afirmar que
- (A) nele lançadas, em algarismos e por extenso, indicações distintas de quantias para pagamento, prevalecerá a primeira.
 - (B) indicada a quantia mais de uma vez, quer por extenso, quer por algarismos, prevalecerá, no caso de divergência, a indicação da menor quantia.
 - (C) prescreve em 12 meses, contados da expiração do prazo de apresentação, a execução do cheque pelo portador contra o emitente e seu avalista.
 - (D) aquele pagável a pessoa nomeada é transmissível por via de endosso apenas quando contiver cláusula expressa *à ordem*.
- 88.** A Lei Federal n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005,
- (A) inovou ao ditar que a decretação da falência das concessionárias de serviços públicos não implica a extinção da concessão, na forma da lei.
 - (B) quanto à existência de pedido de concordata anterior à sua vigência, obsta o pedido de recuperação judicial pelo devedor que não houver descumprido obrigação no âmbito da concordata.
 - (C) não se aplica a instituição financeira pública, consórcio, cooperativa de crédito e sociedade de economia mista.
 - (D) aplica-se a sociedade operadora de plano de assistência à saúde.
- 89.** Quanto à recuperação judicial prevista na Lei Federal n.º 11.101, de 2005,
- (A) ocorrendo objeção de menos de um terço deles ao plano de recuperação judicial, o juiz não convocará a assembléia geral de credores.
 - (B) a respectiva petição inicial será obrigatoriamente instruída com a relação dos bens particulares de todos os sócios.
 - (C) deferindo-lhe o processamento, no mesmo ato o juiz determinará ao devedor que apresente contas demonstrativas trimestrais, até a apresentação do plano de recuperação judicial.

(D) constituem-se em seus meios, dentre outros, a redução salarial mediante acordo ou convenção coletiva e o trespasse de estabelecimento.

90.No Código de Proteção e Defesa do Consumidor, quanto à responsabilidade pelo fato do produto e do serviço,

(A) o fabricante, o produtor, o construtor, o importador e os profissionais liberais responderão, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores pelos defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, ou de acondicionamento de seus produtos, ou por defeitos na prestação de serviços.

(B) o comerciante é responsável, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores, por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção ou acondicionamento dos produtos que comercializa, quando o fabricante, o produtor, o construtor ou o importador não puderem ser identificados.

(C) ocorrendo defeito no serviço prestado, o fornecedor dos serviços será responsabilizado, mesmo se provar a culpa exclusiva de terceiro.

(D) independentemente da existência de culpa, o fornecedor de serviços responde pela apresentação de informações insuficientes ou inadequadas, mesmo inexistindo danos aos consumidores.

91.Na sociedade limitada,

(A) todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social.

(B) mesmo sem previsão no contrato social, aplicam-se supletivamente as normas referentes às sociedades anônimas.

(C) a administração deverá ser exercida por sócio, designado no contrato social ou em ato separado.

(D) sempre que o número de sócios for igual ou superior a oito, as deliberações sociais deverão ser obrigatoriamente tomadas em assembléia convocada pelos administradores.

92.Quanto à patenteabilidade, é correto afirmar que

(A) são patenteáveis as técnicas e os métodos operatórios ou cirúrgicos, bem como métodos terapêuticos ou de diagnóstico para aplicação no corpo humano ou animal.

(B) são patenteáveis como invenção, mas não como modelo de utilidade, as descobertas relevantes, as teorias científicas, os métodos matemáticos e as concepções concretas.

(C) como modelo de utilidade, é patenteável o objeto de uso prático, ou parte dele, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação.

- (D) são patenteáveis os materiais biológicos encontrados na natureza, ainda que dela isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural.
- 93.**No mútuo de dinheiro, quando não expressamente convencionado, o seu prazo será:
- (A) aquele que for fixado em decreto legislativo previamente submetido ao Banco Central.
 - (B) aquele que o mutuante declarar.
 - (C) aquele que for livremente fixado, em resolução, pelo Conselho Monetário Nacional.
 - (D) de trinta dias, pelo menos.
- 94.**É requisito essencial da nota promissória, a ser lançado por extenso, no contexto,
- (A) a data de emissão, não se presumindo, na sua falta, ter o portador mandato para inseri-la.
 - (B) a denominação de *nota promissória*, ou termo correspondente na língua em que for emitida.
 - (C) o lugar da emissão, não se presumindo, na sua falta, ter o portador mandato para inseri-lo.
 - (D) a menção ao lugar de pagamento.
- 95.**A abertura de cadastro, ficha, com registro e com dados pessoais e de consumo
- (A) admite vedar ao consumidor cadastrado o acesso às fontes de informação, quando estas forem órgãos públicos.
 - (B) não deverá ser comunicada ao consumidor, mesmo quando não solicitada por ele, quando promovida pelo Banco Central ou por banco de dados da Administração Direta.
 - (C) não poderá conter informações negativas referentes a período superior a dez anos.
 - (D) deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.
- 96.**Segundo a Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, no fornecimento de serviços é nula a cláusula contratual que
- (A) proíba ao fornecedor, se pessoa natural, a opção de não concluir o contrato, embora não obrigando o consumidor.
 - (B) possibilite a renúncia ao direito de indenização por benfeitorias úteis.
 - (C) determine a utilização compulsória da arbitragem.
 - (D) proíba ao fornecedor, se pessoa jurídica, modificar a qualidade do contrato, após a sua celebração.

LÍNGUA PORTUGUESA

97. Assinale a alternativa que completa corretamente a oração.

Viajamos _____ horas e ainda estamos _____ quilômetros de distância.

- (A) a ... a
- (B) há ... a
- (C) a ... há
- (D) à ... a

98. Analise as sentenças.

I. O crime porque foi o réu condenado é hediondo.

II. Vimos, agora, nesta oportunidade, manifestar nosso apoio ao autor.

III. Condenou o acusado a dois anos ao invés de três.

IV. Proibido entrada com armas de fogo a tiracolo.

Pode-se afirmar que apenas

- (A) II e IV são corretas.
- (B) I é correta.
- (C) I e IV são corretas.
- (D) II e III são corretas.

CONHECIMENTOS GERAIS

99. *Jus est realis ac personalis proportio homine ad hominem quae servata servat societate corrupta corrumpit* (O Direito é uma proporção real e pessoal de homem para homem que, conservada, conserva a sociedade que corrompida a corrompe.) Trata-se de uma definição de Direito de autoria de

- (A) Suetônio.
- (B) Pitigrilli.
- (C) São Tomás de Aquino.
- (D) Dante Alighieri.

100. Para efeito de cidadania, quem nasce na República da Índia é

- (A) indiano e hindu.
- (B) indiano ou hindu.
- (C) indiano.
- (D) hindu.

GABARITO - VERSÃO 1

1 - D	2 - C	3 - B	4 - A	5 - B	6 - C	7 - D	8 - C	9 - D	10 - B
11 - A	12 - A	13 - D	14 - B	15 - C	16 - D	17 - C	18 - C	19 - B	20 - A
21 - B	22 - D	23 - C	24 - D	25 - B	26 - C	27 - D	28 - C	29 - A	30 - D
31 - C	32 - B	33 - C	34 - D	35 - B	36 - A	37 - C	38 - B	39 - D	40 - A
41 - D	42 - C	43 - A	44 - B	45 - A	46 - B	47 - C	48 - D	49 - D	50 - C
51 - B	52 - A	53 - B	54 - C	55 - D	56 - A	57 - A	58 - B	59 - D	60 - C

61 - C	62 - B	63 - A	64 - D	65 - A	66 - D	67 - B	68 - D	69 - C	70 - A
71 - C	72 - B	73 - D	74 - D	75 - C	76 - B	77 - A	78 - D	79 - A	80 - C
81 - C	82 - A	83 - B	84 - D	85 - A	86 - A	87 - B	88 - C	89 - D	90 - B
91 - A	92 - C	93 - D	94 - B	95 - D	96 - C	97 - B	98 - A	99 - D	100 - C

Prova de Seleção – Versão 2

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 01.** O princípio que autoriza a Administração a anular o ato ilegal e revogar o ato inconveniente ou inoportuno (Súmula 473 do STF) é o da
- (A) Razoabilidade.
 - (B) Autotutela.
 - (C) Legalidade.
 - (D) Segurança jurídica.
- 02.** A ocupação ilícita de um imóvel particular pelo Poder Público, que nele dá início à construção de uma praça pública, enseja ao proprietário, que pretende a reparação de seu direito lesado, o uso da ação de
- (A) Reintegração de Posse.
 - (B) Retrocessão.
 - (C) Desapropriação.
 - (D) Desapropriação indireta.
- 03.** A modalidade de licitação necessária para a alienação de bens imóveis é
- (A) a Tomada de Preço.
 - (B) o Convite.
 - (C) a Concorrência Pública.
 - (D) o Leilão.
- 04.** A ação civil pública por improbidade administrativa contra Prefeito Municipal, visando ao ressarcimento de dano causado ao Erário,
- (A) é imprescritível.
 - (B) prescreve em 10 (dez) anos, a partir do ato.
 - (C) prescreve em 5 (cinco) anos, a partir do ato.
 - (D) prescreve em 5 (cinco) anos, a partir do fim do mandato.

05. Assinale a alternativa correta.

- (A) A prescrição administrativa inibe a apreciação judicial apenas em relação aos efeitos criminais.
- (B) A prescrição administrativa inibe a apreciação judicial apenas em relação aos efeitos civis.
- (C) A prescrição administrativa não inibe a apreciação judicial.
- (D) A prescrição administrativa inibe a apreciação judicial, seja para efeitos civis ou criminais.

06. Na esfera federal, a extinção de cargos públicos, quando vagos, dá-se por meio de

- (A) Lei de iniciativa do Presidente da República.
- (B) Decreto do Presidente da República.
- (C) Lei de iniciativa parlamentar.
- (D) Resolução do Senado Federal.

07. Pessoa jurídica de direito público, com autonomia, com patrimônio e receita próprios, criada por lei para executar atividades típicas da Administração Pública, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada, constitui conceito de

- (A) Sociedade de economia mista.
- (B) Empresa Pública.
- (C) Fundação governamental.
- (D) Autarquia.

08. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Os bens públicos que integram o patrimônio de um Município só podem ser afetados ou desafetados pelo próprio Município e não pela União ou Estado.
- (B) Os bens públicos, qualquer que seja sua espécie ou natureza, não podem ser usucapidos.
- (C) Os bens públicos adquiridos para um fim específico (implantação de uma praça) ditado por uma lei, integram os chamados *bens afetados*.
- (D) Os bens públicos somente serão objeto de penhora, em execução contra a Fazenda Pública, quando houver autorização por meio de decreto do Executivo.

09. Um veículo oficial que fica à disposição do Presidente da Câmara Municipal causa dano a terceiro. Em ação de indenização (reparação de danos) movida por este, quem deverá figurar no pólo passivo é

- (A) a Câmara Municipal e seu Presidente.
- (B) a Câmara Municipal.
- (C) o Município respectivo.
- (D) a Câmara Municipal e o Prefeito.

10. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) É nula a dispensa de servidor público estável, sem o regular processo administrativo.
- (B) É nula a simples dispensa de servidor titular de cargo de provimento em comissão, de livre nomeação, sem o regular processo administrativo.
- (C) É nula a dispensa de servidor público em estágio probatório, sem o regular processo administrativo.
- (D) É nula a dispensa de servidor público estável pelo único fato de sua eleição e posse para exercer mandato eletivo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

11 O princípio da inviolabilidade da casa, segundo o qual ninguém nela pode penetrar sem o consentimento do morador, é excetado na seguinte hipótese:

- (A) para prestar socorro ou, durante o dia, por determinação judicial.
- (B) em caso de flagrante delito ou, em qualquer período horário, por determinação judicial.
- (C) em caso de desastre ou, em qualquer período horário, por determinação judicial.
- (D) na vigência do estado de defesa, em qualquer ponto do território nacional.

12. A liberdade de reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, e desde que não frustrate outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local,

- (A) está condicionada à autorização prévia da autoridade competente, caso programada para município com mais de um milhão de habitantes.
- (B) independe de autorização, mas exige prévio aviso à autoridade competente.
- (C) na vigência do estado de defesa, não poderá sofrer restrições caso não exercida no seio de associação profissional.
- (D) na vigência do estado de sítio, poderá ser suspensa por decisão do Conselho da República e do Senado Federal.

13. O sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas e telefônicas

- (A) não poderá sofrer restrições durante a vigência do estado de sítio, mas poderá sofrê-las na vigência do estado de defesa, mediante prévia autorização do Conselho da República.
- (B) é inviolável, quanto à correspondência, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

- (C) não poderá sofrer restrições durante a vigência do estado de defesa, mas poderá sofrê-las durante a vigência do estado de sítio.
- (D) é inviolável, quanto às comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal.

14.As medidas provisórias

- (A) terão a sua votação iniciada no Senado Federal.
- (B) podem versar sobre partidos políticos, direito eleitoral e a organização do Ministério Público.
- (C) não podem versar sobre nacionalidade, direitos políticos, direito penal, direito processual penal e direito processual civil.
- (D) visando à carreira do Ministério Público, e atendidos os pressupostos da urgência e relevância, poderão ser adotadas pelo Presidente da República.

15.A intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal

- (A) exigirá decreto de intervenção que será submetido ao Congresso Nacional, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- (B) quando fundada em descumprimento de ordem ou decisão judiciais, dependerá de requisição do Conselho Nacional de Justiça.
- (C) poderá ocorrer para repelir invasão estrangeira ou para garantir o livre exercício do Poder Judiciário Estadual.
- (D) poderá ocorrer para pôr termo a qualquer comprometimento da ordem pública ou para reorganizar as finanças da unidade da Federação que, salvo motivo de força maior, suspenda o pagamento da dívida fundada por mais de 03 (três) anos consecutivos.

16.O Conselho Nacional de Justiça

- (A) é composto por 15 (quinze) membros com mais de 30 (trinta) e menos de 66 (sessenta e seis) anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- (B) será presidido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, que votará em caso de empate.
- (C) terá competência, caso a isso provocado, para rever os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de 02 (dois) anos.
- (D) será composto, dentre outros, por 02 (dois) membros do Ministério Público Estadual, escolhidos pelo Procurador-Geral da República entre aqueles indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual.

- 17.**Relativamente à exploração da atividade econômica pelo Estado,
- (A) ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
 - (B) as empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado, desde que previstos em lei.
 - (C) quanto aos direitos e obrigações trabalhistas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista sujeitar-se-ão ao regime jurídico próprio das empresas privadas de pequeno porte.
 - (D) a lei estabelecerá o estatuto jurídico das sociedades de economia mista, dele todavia excluída a disciplina da responsabilidade dos administradores.
- 18.**No âmbito da União, a iniciativa das leis complementares também compete
- (A) ao Ministro de Estado da Defesa.
 - (B) ao Conselho Nacional de Justiça.
 - (C) ao Conselho da República.
 - (D) aos Tribunais Superiores.
- 19.**Quanto aos ministros do Superior Tribunal de Justiça,
- (A) um terço deles, em partes iguais, será composto por advogados e membros do Ministério Público, alternadamente.
 - (B) um quinto deles, em partes iguais, será composto por advogados e membros do Ministério Público, alternadamente, com mais de 15 (quinze) anos de efetiva atividade profissional ou de carreira.
 - (C) um terço deles será composto por desembargadores dos Tribunais de Justiça indicados em lista tríplice elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça.
 - (D) um terço deles será composto por juízes dos Tribunais Regionais Federais indicados em lista sêxtupla elaborada pelo Conselho da Justiça Federal.
- 20.**Compete
- (A) ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, o mandado de segurança decidido, em única instância, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, quando concessiva a decisão.
 - (B) aos Tribunais de Justiça, nos crimes comuns e de responsabilidade, processar e julgar os membros dos Tribunais de Conta de seus respectivos Estados.
 - (C) ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o *habeas corpus* impetrado quando o coator for Ministro de Estado, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
 - (D) aos tribunais, privativamente, propor a criação de novas varas judiciárias.

21. *Jus est realis ac personalis proportio homine ad hominem quae servata servat societate corrupta corrumpit* (O Direito é uma proporção real e pessoal de homem para homem que, conservada, conserva a sociedade que corrompida a corrompe.) Trata-se de uma definição de Direito de autoria de

- (A) Suetônio.
- (B) Pitigrilli.
- (C) São Tomás de Aquino.
- (D) Dante Alighieri.

22. Para efeito de cidadania, quem nasce na República da Índia é

- (A) indiano e hindu.
- (B) indiano ou hindu.
- (C) indiano.
- (D) hindu.

LÍNGUA PORTUGUESA

23. Assinale a alternativa que completa corretamente a oração.

Viajamos _____ horas e ainda estamos _____ quilômetros de distância.

- (A) a ... a
- (B) há ... a
- (C) a ... há
- (D) à ... a

24. Analise as sentenças.

- I. O crime porque foi o réu condenado é hediondo.
- II. Vimos, agora, nesta oportunidade, manifestar nosso apoio ao autor.
- III. Condenou o acusado a dois anos ao invés de três.
- IV. Proibido entrada com armas de fogo a tiracolo.

Pode-se afirmar que apenas

- (A) II e IV são corretas.
- (B) I é correta.
- (C) I e IV são corretas.
- (D) II e III são corretas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

- 25.**O tributo cujo fato gerador é sempre ligado a uma atividade estatal, e que deve ser instituído e cobrado pela entidade estatal competente para o desempenho da respectiva atividade, é
- (A) a Taxa.
 - (B) a Contribuição de melhoria.
 - (C) o Imposto.
 - (D) nenhuma das alternativas acima.
- 26.**A Constituição Federal autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a instituírem contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio do regime previdenciário respectivo. Pode-se afirmar que tais contribuições
- (A) sujeitando-se, porém, ao princípio da anterioridade, têm por função suprir, de recursos financeiros, os órgãos ou entidades do Poder Público respectivo com atribuições especificamente previdenciárias.
 - (B) não se sujeitam ao princípio da anterioridade e têm por função simplesmente aumentar a receita geral do Poder Público respectivo, sem se vincular a qualquer órgão ou entidade.
 - (C) sujeitando-se, porém, ao princípio da anterioridade, têm por função simplesmente aumentar a receita geral do Poder Público respectivo, sem se vincular a qualquer órgão ou entidade do regime previdenciário.
 - (D) não se sujeitam ao princípio da anterioridade, e têm por função suprir, de recursos financeiros, os órgãos ou entidades do Poder Público respectivo com atribuições especificamente previdenciárias.
- 27.**Nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, o contribuinte faz o pagamento respectivo com base em apuração feita
- (A) por ele próprio.
 - (B) por ele próprio, após confirmada pelo fisco.
 - (C) pelo fisco.
 - (D) pelo fisco, e aprovada pelo sujeito passivo.
- 28.**A alienação de bens pelo sujeito passivo considera-se (presume-se) fraudulenta se ocorrida depois de inscrito
- (A) o débito como dívida ativa, proposta a ação de execução e citado o sujeito passivo executado.
 - (B) o débito como dívida ativa e já proposta a ação de execução.
 - (C) o débito tributário como dívida ativa.
 - (D) o débito tributário, e mesmo que o devedor haja reservado bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida.
- 29.**Extinta a pessoa jurídica de direito privado, um dos sócios deu continuidade à mesma atividade, no mesmo local, por meio de outra razão social. Nesse caso, pode-se afirmar que

- (A) inexistente responsabilidade da nova sociedade, pois a atividade é continuada pelo sócio sob outra razão social.
- (B) a nova sociedade criada pelo sócio remanescente apenas responde por metade dos tributos devidos pela sociedade extinta.
- (C) a sociedade constituída pelo sócio remanescente é responsável pelos tributos devidos pela sociedade extinta, independentemente de sua razão social.
- (D) a nova sociedade é responsável pela totalidade dos tributos devidos pela extinta, desde que já tenham sido lançados.

30. Quando a lei autoriza a autoridade administrativa a conceder, por decisão fundamentada, a dispensa do crédito tributário, beneficiando o sujeito passivo, diz-se que ocorreu

- (A) remissão.
- (B) anistia.
- (C) compensação.
- (D) transação.

31. O princípio da não-cumulatividade é um atributo do

- (A) imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativo a títulos ou valores mobiliários.
- (B) imposto sobre produto industrializado e imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços.
- (C) imposto sobre veículos automotores e do imposto sobre serviços de qualquer natureza.
- (D) imposto sobre propriedade territorial rural e do imposto sobre propriedade territorial urbana.

32. O princípio da imunidade recíproca não beneficia, em regra,

- (A) as autarquias e fundações mantidas pelo Poder Público.
- (B) a União, Estados e Distrito Federal.
- (C) os Municípios.
- (D) os concessionários de serviços públicos, nem as empresas públicas e sociedades de economia mista.

33. São espécies do gênero tributo, previstas na Constituição Federal:

- (A) impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições sociais.
- (B) impostos, taxas e contribuições de melhoria.

- (C) impostos, taxas e empréstimos compulsórios.
- (D) impostos, taxas e contribuições sociais.

34. Base de cálculo do IPTU – Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – é o valor

- (A) venal do imóvel.
- (B) de mercado do bem.
- (C) histórico.
- (D) histórico corrigido monetariamente.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

35. Denegada a apelação no Juízo *a quo*, qual é o recurso cabível a ser interposto pelo apelante frustrado?

- (A) Recurso em sentido estrito.
- (B) Carta testemunhável.
- (C) Correição parcial.
- (D) Agravo de instrumento.

36. Assinale a alternativa que não corresponde, necessariamente, a uma hipótese de continência.

- (A) Concurso formal.
- (B) Concurso material.
- (C) *Aberratio ictus* com duplo resultado.
- (D) Concurso de agentes praticantes do mesmo fato delituoso.

37. Praticado crime doloso contra a vida, não sendo conhecido o lugar da infração, como será definida, preferencialmente, a competência jurisdicional?

- (A) Regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.
- (B) Regular-se-á pela prevenção.
- (C) Regular-se-á pelo domicílio ou residência da vítima.
- (D) Decorrerá de livre escolha do titular da ação penal.

38. Em ocorrendo concurso formal entre um delito de ação penal pública incondicionada e outro de ação penal de iniciativa exclusivamente privada, como deve ser instaurada a ação penal?

- (A) Por denúncia única do Ministério Público.
- (B) Por denúncia do Ministério Público, no primeiro caso; e por queixa-crime do particular, no segundo.
- (C) Por única queixa-crime do particular.
- (D) Por denúncia única do Ministério Público, mas desde que haja representação do ofendido quanto ao segundo delito.

39. Dentre as alternativas relacionadas, assinale aquela que é incorreta, no que se refere ao procedimento penal adotado pela nova Lei de Falências (Lei n.º 11.101/2005) para os crimes nela definidos.

- (A) Intimado da sentença que decreta a falência, o representante do Ministério Público, verificando a ocorrência de algum desses crimes, poderá oferecer a denúncia ou requisitar a abertura de inquérito policial.
- (B) Esses crimes são de ação penal pública incondicionada, mas admite-se a ação penal privada subsidiária da pública se a denúncia não for oferecida no prazo legal.
- (C) Esses crimes são de ação penal pública incondicionada e não se admite a ação penal privada subsidiária da pública, mesmo que a denúncia não seja oferecida no prazo legal.
- (D) Compete ao juiz criminal da jurisdição onde tenha sido decretada a falência, concedida a recuperação judicial ou homologado o plano de recuperação extrajudicial, conhecer da ação penal nesses casos.

40. Réu denunciado por homicídio foi pronunciado para ser julgado pelo Tribunal do Júri. Procurado para ser intimado pessoalmente da decisão de pronúncia, não foi encontrado nos endereços que havia nos autos. Nesse caso, qual é o procedimento correto a ser adotado pelo Juiz?

- (A) Se se tratar de defensor constituído, determinar a sua intimação para que apresente o réu a fim de ser intimado da decisão de pronúncia.
- (B) Determinar a expedição de edital para proceder-se à intimação que não pôde ser feita pessoalmente.
- (C) Determinar a intimação do defensor para possibilitar-lhe a interposição do recurso cabível.
- (D) Suspender o andamento do feito até a intimação pessoal do réu.

41. Em ação penal de iniciativa privada, respondendo o querelado por crime contra a honra em que as penas cominadas são de detenção e multa, terminada a inquirição de todas as testemunhas arroladas, o juiz deve

- (A) determinar que as partes ofereçam alegações finais.
- (B) designar audiência de instrução e julgamento.
- (C) sentenciar o feito.

(D) determinar o cumprimento do art. 499 do Código de Processo Penal.

42. Qual é o prazo para apelação da sentença prolatada nos feitos sujeitos ao rito procedimental da Lei n.º 9.099/95 (Infrações Penais de Menor Potencial Ofensivo)?

(A) 15 (quinze) dias.

(B) 05 (cinco) dias.

(C) 10 (dez) dias.

(D) 03 (três) dias.

43. Assinale a alternativa correta.

(A) A prisão temporária só pode ser decretada em se tratando de investigação policial referente à prática de crime hediondo.

(B) A prisão temporária não pode ser decretada de ofício pelo juiz, uma vez que não há previsão legal para tanto.

(C) A prisão temporária pode ser decretada pela autoridade policial em regime de urgência e em situações de comprovada necessidade, com ratificação judicial no prazo de 24 horas.

(D) A prisão temporária de réu denunciado por crime hediondo pode ser decretada pelo juiz em qualquer fase da ação penal.

44. Assinale a alternativa que corresponde somente aos recursos privativos da defesa em matéria penal.

(A) Protesto por novo júri e embargos infringentes e de nulidade.

(B) Desaforamento e protesto por novo júri.

(C) Agravo e embargos infringentes e de nulidade.

(D) Correição parcial e desaforamento.

45. Processado por infração do art. 16 da Lei n.º 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), sob acusação de manter sob sua guarda arma de fogo de uso proibido sem autorização legal ou regulamentar, certo trabalhador rural foi, ao final, absolvido por falta de provas e, com o trânsito em julgado da sentença, requereu a restituição da arma apreendida, alegando que já não mais interessava ao processo. Qual deve ser, nessa hipótese, a decisão judicial?

(A) Deferimento do pedido de restituição por haver sido decretada a absolvição.

(B) Indeferimento da pretendida restituição da arma, por se tratar de instrumento de uso proibido aos particulares.

- (C) Deferimento do pedido, mas condicionada a restituição à regularização do registro da arma apreendida, perante a autoridade competente.
- (D) Indeferimento da pretendida restituição da arma porque a absolvição foi decretada por falta de provas.

46. Tício foi denunciado como incurso no art. 180, § 3.º, do Código Penal (receptação culposa), a denúncia foi regularmente recebida e o feito correu normalmente até que, nas alegações finais, o titular da ação penal, entendendo procedente a denúncia, sustentou, todavia, tratar-se de receptação dolosa, pelo que pediu a condenação do réu por infração do art. 180, *caput*, do mesmo Código. Recebendo os autos para sentença, e entendendo, em tese, viável essa pretensão em consequência de prova existente nos autos, como deverá proceder o juiz?

- (A) Sentenciará desde logo o feito, impondo condenação por receptação dolosa, com apoio no art. 383, do Código de Processo Penal.
- (B) Determinará a abertura de vista à defesa para manifestação e eventual produção de prova testemunhal, nos termos do art. 384, *caput*, do Código de Processo Penal.
- (C) Baixará o processo para que o Ministério Público adite a denúncia, com subsequente abertura de vista à defesa, na forma do art. 384, parágrafo único, do Código de Processo Penal.
- (D) Sentenciará desde logo o feito, decretando a absolvição por falta de prova da acusação descrita na denúncia (art. 386, inciso VI, do Código de Processo Penal).

47. Assinale a alternativa correta.

- (A) O seqüestro de bens imóveis adquiridos com os proventos da infração só pode ser ordenado pelo juiz a pedido da vítima.
- (B) O seqüestro de bens imóveis adquiridos com os proventos da infração só pode ser ordenado pelo juiz depois de instaurada a ação penal e atendendo a requerimento do Ministério Público.
- (C) O seqüestro de bens imóveis adquiridos com os proventos da infração não pode ser ordenado pelo juiz atendendo à representação da autoridade policial no curso do inquérito.
- (D) O seqüestro de bens imóveis adquiridos com os proventos da infração pode ser ordenado de ofício pelo juiz em qualquer fase da ação penal e até mesmo antes de oferecida a denúncia.

48. É correto afirmar que a sentença de pronúncia é decisão interlocutória

- (A) mista não terminativa.
- (B) mista terminativa.
- (C) simples não terminativa.
- (D) simples terminativa.

DIREITO PENAL

49. Assinale a alternativa correta.

- (A) A pena de multa aplicada não pode ser convertida em privativa de liberdade.
- (B) A pena de multa pode ser convertida em privativa de liberdade caso não seja paga depois de transitada em julgado a sentença que a tenha aplicado.
- (C) A pena de multa aplicada pode ser convertida em privativa de liberdade se, no curso da execução, sobrevier nova condenação ao sentenciado.
- (D) A pena de multa aplicada pode ser convertida em privativa de liberdade caso não seja paga no curso da execução e o condenado seja solvente.

50. Ao tipificar o crime de “lesão corporal seguida de morte”, o art. 129, § 3.º, do Código Penal (*Se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo*) contempla:

- (A) uma hipótese exclusiva de crime culposos.
- (B) uma forma exclusiva de dolo direto.
- (C) uma forma exclusiva de dolo eventual.
- (D) uma forma autenticamente preterdolosa.

51. Político de expressão nacional, mas de índole controvertida, em visita a grande cidade do interior paulista, desfila por vias públicas urbanas em carro aberto. Em determinado local, durante esse desfile, Pedro e Paulo, cada um desconhecendo a conduta do outro, efetuam disparos de arma de fogo na direção do político, coincidentemente ao mesmo tempo, com a intenção de matá-lo, e o evento morte realmente é alcançado. Apura-se, no curso das investigações, com forte e convincente apoio em prova pericial regularmente produzida, que o evento letal foi provocado pelo disparo efetuado por Pedro, ao passo que o disparo efetuado por Paulo só atingiu a vítima superficialmente, em um dos membros superiores. Nesse caso, como se define a responsabilidade criminal de cada um desses agentes?

- (A) Paulo não responde por crime algum, porque sua conduta, nessa hipótese, foi atípica, uma vez que o resultado morte, embora querido, não foi provocado por ele, com relação a quem houve crime impossível.
- (B) Pedro e Paulo respondem por homicídio, porque agiram em co-autoria dolosa, visando ao mesmo resultado que foi alcançado.
- (C) Pedro responde por homicídio e Paulo responde por tentativa de homicídio, por se tratar de autoria colateral.
- (D) Pedro e Paulo respondem por homicídio, como autor e partícipe, respectivamente, por terem agido com dolo, visando ao mesmo resultado que foi alcançado.

52. Em se tratando de furto de coisa comum (art. 156 do Código Penal), é correto afirmar-se que a ação penal

- (A) é pública incondicionada.

- (B) é pública condicionada à representação da vítima ou de quem tenha qualidade para representá-la.
- (C) é exclusivamente de iniciativa privada.
- (D) pode ser intentada indiferentemente pelo Ministério Público ou pela vítima.
- 53.**Indivíduo com 19 (dezenove) anos de idade, na data do fato ocorrido em 05.01.1999, foi denunciado como incurso no art. 168, *caput*, do Código Penal (apropriação indébita), a denúncia foi recebida em 06.01.2001 e o processo correu seus termos regulares, sem alguma suspensão, estando hoje na fase do art. 500 do Código de Processo Penal. Considerando-se que as penas cominadas em abstrato para esse crime são de um a quatro anos de reclusão e multa, pergunta-se: Já ocorreu a prescrição ou não? Em caso afirmativo, em que data?
- (A) Não. A prescrição ainda não ocorreu.
- (B) Sim. A prescrição ocorreu em 05.01.2001.
- (C) Sim. A prescrição ocorreu em 06.01.2005.
- (D) Sim. A prescrição ocorreu em 06.01.2003.
- 54.**Paulo foi agente de agressão violenta e dolosa contra Pedro, que em seguida veio a falecer. Mas, esse resultado letal foi decorrente de caso fortuito. Nesse caso, é correto afirmar-se que Paulo praticou crime de
- (A) lesão corporal seguida de morte.
- (B) homicídio doloso.
- (C) homicídio culposo.
- (D) lesão corporal.
- 55.**Empregada doméstica, durante o trabalho em casa alheia, dali tomou para si certo objeto que, todavia, supunha ser seu. Esse fato configura
- (A) erro de proibição.
- (B) erro de tipo.
- (C) causa de exclusão da ilicitude.
- (D) crime impossível.
- 56.**Indique o dispositivo do Código Penal em que está prevista a autoria mediata.
- (A) Art. 22 – Coação irresistível e obediência hierárquica.
- (B) Art. 23 – Exclusão de ilicitude.
- (C) Art. 29 – Do concurso de pessoas.
- (D) Art. 30 – Circunstâncias incomunicáveis.
- 57.**Tício, agindo com *animus necandi*, desfecha tiros contra seu desafeto, Mélvio, dando causa a sua morte. Mas, um dos projéteis, por erro na

execução, também atinge Caio, que, igualmente, vem a falecer. Aplica-se, nesse caso, a regra do

- (A) crime continuado.
- (B) concurso material.
- (C) concurso formal.
- (D) crime único.

58. Assinale a alternativa que corresponde a um caso de ação privada personalíssima, considerando o Código Penal na sua redação atual.

- (A) Art. 235, *caput*: *Contrair alguém, sendo casado, novo casamento.*
- (B) Art. 236, *caput*: *Contrair casamento, induzindo em erro essencial o outro contraente, ou ocultando-lhe impedimento que não seja casamento anterior.*
- (C) Art. 140, *caput*: *Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro.*
- (D) Art. 237: *Contrair casamento, conhecendo a existência de impedimento que lhe cause a nulidade absoluta.*

59. Tendo em vista os crimes definidos na nova Lei de Falências (Lei n.º 11.101/2005), assinale a alternativa correta.

- (A) A inabilitação para o exercício de atividade empresarial é efeito automático da condenação pela prática dos crimes definidos nessa Lei.
- (B) A prescrição, independentemente da quantidade das penas cominadas ou aplicadas, ocorre sempre em 2 anos, mas são cabíveis as causas de interrupção previstas no Código Penal.
- (C) A decretação da falência do devedor não interrompe a prescrição cuja contagem tenha iniciado com a concessão da recuperação judicial ou com a homologação do plano de recuperação extrajudicial.
- (D) Na falência, na recuperação judicial e na recuperação extrajudicial de sociedades, seus administradores de fato equiparam-se ao devedor ou falido para os efeitos penais, na medida de sua culpabilidade.

60. Ao sair do trabalho, durante a noite, jovem adolescente dirigiu-se a um ponto de ônibus em via pública urbana, onde determinado indivíduo dela se aproximou e, agindo de inopino, sem que ela pudesse esquivar-se, beijou-a na boca de forma lasciva. Esse fato constitui infração penal? Em caso positivo, qual?

- (A) Constitui a contravenção penal do art. 61: *Importunação ofensiva ao pudor.*
- (B) Constitui a infração do art. 214 do Código Penal: *Atentado violento ao pudor.*
- (C) Não constitui infração penal.

(D) Constitui a contravenção penal do art. 65: *Perturbação da tranqüilidade*.

61. Dentre as alternativas, assinale aquela que, corretamente, relaciona apenas crimes que não admitem a tentativa.

(A) Crimes omissivos próprios, crimes de perigo, crimes progressivos.

(B) Crimes preterdolosos, crimes plurissubsistentes, crimes omissivos próprios.

(C) Crimes plurissubsistentes, crimes omissivos próprios, crimes culposos.

(D) Crimes preterdolosos, crimes unissubsistentes, crimes omissivos próprios.

62. Mediante encenação, um curandeiro convence mulher de dezenove anos de idade, acometida de certa moléstia, a permitir que ele a submeta a determinado tratamento, em ambiente isolado, com promessa de cura. Ao ver-se sozinho na companhia da jovem, ele lhe explica que esse tratamento deve ser feito por meio de relações sexuais que, todavia, segundo ele, são orientadas por entidade sobrenatural que toma o corpo do curandeiro, servindo este como simples instrumento, sem participação volitiva. Agindo dessa forma, o varão consegue manter conjunção carnal completa com a jovem, com o consentimento dela. Qual foi o crime por ele cometido?

(A) Estupro – art. 213, CP.

(B) Curandeirismo – art. 284, CP.

(C) Posse sexual mediante fraude – art. 215, CP.

(D) Corrupção de menores – art. 218, CP.

DIREITO COMERCIAL

63. Quanto ao cheque, é correto afirmar que

(A) nele lançadas, em algarismos e por extenso, indicações distintas de quantias para pagamento, prevalecerá a primeira.

(B) indicada a quantia mais de uma vez, quer por extenso, quer por algarismos, prevalecerá, no caso de divergência, a indicação da menor quantia.

(C) prescreve em 12 meses, contados da expiração do prazo de apresentação, a execução do cheque pelo portador contra o emitente e seu avalista.

(D) aquele pagável a pessoa nomeada é transmissível por via de endosso apenas quando contiver cláusula expressa à *ordem*.

64. A Lei Federal n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005,

- (A) inovou ao ditar que a decretação da falência das concessionárias de serviços públicos não implica a extinção da concessão, na forma da lei.
- (B) quanto à existência de pedido de concordata anterior à sua vigência, obsta o pedido de recuperação judicial pelo devedor que não houver descumprido obrigação no âmbito da concordata.
- (C) não se aplica a instituição financeira pública, consórcio, cooperativa de crédito e sociedade de economia mista.
- (D) aplica-se a sociedade operadora de plano de assistência à saúde.

65. Quanto à recuperação judicial prevista na Lei Federal n.º 11.101, de 2005,

- (A) ocorrendo objeção de menos de um terço deles ao plano de recuperação judicial, o juiz não convocará a assembléia geral de credores.
- (B) a respectiva petição inicial será obrigatoriamente instruída com a relação dos bens particulares de todos os sócios.
- (C) deferindo-lhe o processamento, no mesmo ato o juiz determinará ao devedor que apresente contas demonstrativas trimestrais, até a apresentação do plano de recuperação judicial.
- (D) constituem-se em seus meios, dentre outros, a redução salarial mediante acordo ou convenção coletiva e o trespasse de estabelecimento.

66. No Código de Proteção e Defesa do Consumidor, quanto à responsabilidade pelo fato do produto e do serviço,

- (A) o fabricante, o produtor, o construtor, o importador e os profissionais liberais responderão, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores pelos defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, ou de acondicionamento de seus produtos, ou por defeitos na prestação de serviços.
- (B) o comerciante é responsável, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores, por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção ou acondicionamento dos produtos que comercializa, quando o fabricante, o produtor, o construtor ou o importador não puderem ser identificados.
- (C) ocorrendo defeito no serviço prestado, o fornecedor dos serviços será responsabilizado, mesmo se provar a culpa exclusiva de terceiro.
- (D) independentemente da existência de culpa, o fornecedor de serviços responde pela apresentação de informações insuficientes ou inadequadas, mesmo inexistindo danos aos consumidores.

67. Na sociedade limitada,

- (A) todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social.

- (B) mesmo sem previsão no contrato social, aplicam-se supletivamente as normas referentes às sociedades anônimas.
- (C) a administração deverá ser exercida por sócio, designado no contrato social ou em ato separado.
- (D) sempre que o número de sócios for igual ou superior a oito, as deliberações sociais deverão ser obrigatoriamente tomadas em assembléia convocada pelos administradores.

68. Quanto à patenteabilidade, é correto afirmar que

- (A) são patenteáveis as técnicas e os métodos operatórios ou cirúrgicos, bem como métodos terapêuticos ou de diagnóstico para aplicação no corpo humano ou animal.
- (B) são patenteáveis como invenção, mas não como modelo de utilidade, as descobertas relevantes, as teorias científicas, os métodos matemáticos e as concepções concretas.
- (C) como modelo de utilidade, é patenteável o objeto de uso prático, ou parte dele, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação.
- (D) são patenteáveis os materiais biológicos encontrados na natureza, ainda que dela isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural.

69. No mútuo de dinheiro, quando não expressamente convencionado, o seu prazo será:

- (A) aquele que for fixado em decreto legislativo previamente submetido ao Banco Central.
- (B) aquele que o mutuante declarar.
- (C) aquele que for livremente fixado, em resolução, pelo Conselho Monetário Nacional.
- (D) de trinta dias, pelo menos.

70. É requisito essencial da nota promissória, a ser lançado por extenso, no contexto,

- (A) a data de emissão, não se presumindo, na sua falta, ter o portador mandato para inseri-la.
- (B) a denominação de *nota promissória*, ou termo correspondente na língua em que for emitida.
- (C) o lugar da emissão, não se presumindo, na sua falta, ter o portador mandato para inseri-lo.

(D) a menção ao lugar de pagamento.

71.A abertura de cadastro, ficha, com registro e com dados pessoais e de consumo

(A) admite vedar ao consumidor cadastrado o acesso às fontes de informação, quando estas forem órgãos públicos.

(B) não deverá ser comunicada ao consumidor, mesmo quando não solicitada por ele, quando promovida pelo Banco Central ou por banco de dados da Administração Direta.

(C) não poderá conter informações negativas referentes a período superior a dez anos.

(D) deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.

72.Segundo a Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, no fornecimento de serviços é nula a cláusula contratual que

(A) proíba ao fornecedor, se pessoa natural, a opção de não concluir o contrato, embora não obrigando o consumidor.

(B) possibilite a renúncia ao direito de indenização por benfeitorias úteis.

(C) determine a utilização compulsória da arbitragem.

(D) proíba ao fornecedor, se pessoa jurídica, modificar a qualidade do contrato, após a sua celebração.

DIREITO CIVIL

73.Relativamente à responsabilidade civil por atos jurisdicionais, assinale a alternativa correta.

(A) Apenas no âmbito penal, poderá o juiz ser responsabilizado civilmente, caso tenha agido dolosa e fraudulentamente.

(B) A responsabilização pessoal do juiz por danos causados às partes, no exercício de suas funções jurisdicionais, não é admissível em nenhuma hipótese, porque toda decisão judicial seria questionada pelo vencido, visando à responsabilização civil-indenizatória contra o juiz.

(C) Não há responsabilidade civil estatal por atos judiciais em nenhuma hipótese, pois, sendo a responsabilidade civil do Estado de natureza objetiva, na qual não se discute culpa, a parte que perder a demanda poderia sempre pleitear reparação indenizatória por ineficiência da atividade judiciária, ou negligente desempenho ou má atuação pessoal ou funcional do juiz e dos serviços forenses.

(D) O juiz responde civilmente pelos danos causados, no exercício de suas funções jurisdicionais, quando agir com dolo ou fraude; o Estado responde nas hipóteses de condenação por erro judiciário ou de prisão além do tempo fixado na sentença.

74.Relativamente à fraude contra credores, assinale a resposta correta.

- (A) A alienação de bem imóvel mediante compromisso de compra e venda não registrado, anteriormente à constituição da dívida pelo promissário vendedor, configura fraude contra credores, porque o compromisso não registrado não presume nem assegura conhecimento da alienação dos bens a terceiros, enquanto a constituição da dívida se deu na suposição de que ele tinha bens para garantir o débito.
- (B) Fiador em contrato de locação que vende seus bens logo após a assinatura do contrato, se vier a ser acionado para responder pelo pagamento de locativos devidos e não pagos pelo locatário, se sujeitará à anulação, por fraude contra credores, da venda de seus bens que o reduziu à insolvência, porque, ao tempo da transmissão, a fiança já havia sido constituída.
- (C) Fiador em contrato de locação que, logo após a assinatura do contrato, faz doação de seus bens aos filhos, não se sujeita à anulação do ato por fraude contra credores, ainda que seja reduzido à insolvência.
- (D) A alienação de bem em fraude contra credores que, sucessivamente, é transmitido pelo adquirente para terceiro e deste para quarto adquirente, rende ensejo à anulação, porque a fraude nesse caso se presume e não é tolerada pelo ordenamento jurídico pátrio.

75.Relativamente a negócio jurídico celebrado com erro do contratado e com dolo do contratante, tendo por objeto escuta telefônica de concorrente comercial, assinale a alternativa correta.

- (A) É anulável se o erro for substancial e o dolo essencial e a escuta telefônica não for de conhecimento da Polícia.
- (B) É negócio jurídico nulo de pleno direito.
- (C) Não é negócio jurídico nulo nem anulável se o dolo é acidental, isto é, com ou sem ele o contrato se realizaria, e se o erro não for substancial.
- (D) O negócio jurídico é válido, porque o dolo e o erro são recíprocos, caso em que um dos contratantes não pode alegar a má-fé do outro, e o objeto do contrato é o que há de mais corriqueiro e diz respeito à livre concorrência assegurada na Constituição.

76.Relativamente ao estado de necessidade, como excludente de ato ilícito, estabelece o art. 188, inciso II e parágrafo único, do Código Civil: *Não constituem atos ilícitos: II – a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente. Parágrafo único. No caso do inciso II, o ato será legítimo somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo.*

Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Se a pessoa lesada ou o dono da coisa não forem culpados do perigo, assiste-lhes-á direito à indenização do prejuízo que sofreram, a despeito de o causador ter agido em estado de necessidade e constituir este excludente do ato ilícito.
- (B) No caso de dano pessoal ou morte de pessoa, com absolvição criminal definitiva com fundamento no estado de necessidade, ainda que a vítima ou o lesado não sejam culpados pelo perigo, o causador da lesão ou da morte não responde civilmente porque, nesse caso, o fato não constitui ato ilícito.
- (C) No caso do estado de necessidade, porque o fato lesivo não constitui, por expressa disposição de lei, ato ilícito, não se pode cogitar, em nenhuma hipótese, de indenização em favor de quem quer que seja ou contra qualquer pessoa.
- (D) O estado de necessidade pode ser alegado em qualquer fase e em qualquer grau de jurisdição, mas sendo um direito personalíssimo daquele que atua no sentido da norma legal, isto é, destruição de coisa alheia ou lesão a pessoa a fim de remover perigo iminente, não se transmite a seus herdeiros no caso de falecimento.

77. Sobre compensação de dívidas, assinale a resposta correta.

- (A) São compensáveis, no caso de dívidas líquidas e vencidas, as oriundas de obrigações naturais e civis.
- (B) São compensáveis as dívidas recíprocas de alimentos, desde que líquidas e vencidas.
- (C) A diferença de causa nas dívidas impede a compensação, exceto se provierem ambas de título judicial definitivo.
- (D) Obrigando-se por terceiro uma pessoa, poderá compensar essa dívida com o que o credor dele lhe dever.

78. Sobre a constituição em mora do devedor, assinale a resposta correta.

- (A) Não havendo termo prefixo, nem se cuidando de obrigação positiva e líquida, a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial, decorrente do princípio da *mora ex re* e da aplicação da regra *dies interpellat pro homine*.
- (B) O inadimplemento de obrigação positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor, nos casos de *mora ex persona*.
- (C) Nas vendas a crédito com reserva de domínio, com cláusula resolutória expressa e termo prefixo de vencimento das parcelas correspondentes ao preço, o não pagamento de qualquer delas, na data e local estabelecidos no contrato, torna exigível a constituição em mora do devedor, através de interpelação judicial ou protesto, para ensejar procedimento judicial relativo ao *pactum reservati dominii*.

(D) Não há, no ordenamento jurídico pátrio, válida constituição em mora do devedor, senão através de interpelação judicial ou da citação no âmbito do contencioso.

79.Relativamente a direitos reais, assinale a alternativa correta.

(A) No caso do penhor agrícola e do penhor industrial, os bens empenhados terão a posse direta passada ao credor pignoratício, mas o penhor só se consolida uma vez levado ao Registro de Imóveis.

(B) A posse de boa-fé constitui direito real, a fim de garantir a prescrição aquisitiva, isto é, o usucapião, após o decurso do tempo exigível na lei civil.

(C) O usufruto pode recair sobre bens móveis e imóveis, mas em qualquer caso é necessário o Registro Imobiliário para a sua constituição e validade *erga omnes*.

(D) Nas servidões de trânsito, havendo objeção do prédio serviente, é admissível a proteção possessória em prol do prédio dominante, ainda quando houver alienação ou divisão deste.

80.Assinale a alternativa correta a respeito de compromisso de compra e venda de imóvel, sem cláusula de arrependimento e com cláusula resolutória expressa de que o não pagamento de três prestações consecutivas do preço, nas datas e locais convencionados, acarretará a sua rescisão de pleno direito.

(A) No caso de compromisso devidamente registrado, com cláusula resolutória expressa, considera-se rescindido de pleno direito o contrato após o decurso de 15 (quinze) dias do prazo do vencimento da última parcela, sem a purgação da mora pelo devedor.

(B) A resolução do contrato, na hipótese descrita nesta questão, ocorre de pleno direito, independentemente de interpelação, notificação ou protesto, salvo apenas a exigência da citação na ação judicial de reintegração na posse do imóvel.

(C) É indispensável, nos contratos com cláusula resolutiva expressa e não registrados, a interpelação prévia do promissário comprador, para fins de constituição em mora.

(D) No caso de compromisso não registrado, mesmo com cláusula resolutória expressa, a constituição em mora do promissário comprador somente se configura validamente, com a sua citação regular para a ação de rescisão do contrato.

81.Sobre condomínio geral e edifício, assinale a resposta correta.

(A) No condomínio edifício, os débitos contraídos por este, perante fornecedores e terceiros, consideram-se obrigação solidária,

respondendo todos e cada qual dos condôminos pelo pagamento integral, ressalvado o direito regressivo, se a dívida foi ajuizada apenas em face de um ou alguns condôminos.

- (B) No condomínio indiviso pode o condômino, em nome próprio, mover ação judicial em defesa da propriedade comum, salvo contra outro condômino, hipótese em que será necessária a presença de todos os demais condôminos no pólo ativo, por si ou legalmente representados, em face da posição de igualdade entre todos os co-proprietários.
- (C) No condomínio edilício, cada condômino tem legitimidade concorrente para, em nome próprio, atuar em Juízo ou extrajudicialmente, contra terceiros, na defesa do condomínio.
- (D) No condomínio indiviso, é cabível a ação de usucapião extraordinário de um condômino em face dos demais, quando tem ele a posse integral do imóvel, sem oposição nem contestação, por tempo superior a 20 (vinte) anos.

82. Sobre a invalidade do casamento, assinale a resposta correta.

- (A) O prazo para propositura da ação de anulação do casamento, por erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge, é de decadência e opera-se em 02 (dois) anos.
- (B) A anulabilidade do casamento, por procuração, com mandato revogado ou invalidado pelo mandante, desconhecida pelo mandatário e pelo outro cônjuge, convalidar-se-á se houver coabitação ou se a ação não for movida em 180 (cento e oitenta) dias pelo mandante.
- (C) A sentença que decreta a nulidade do casamento retroage, para todos e quaisquer fins e efeitos, à data da sua celebração.
- (D) O cônjuge coacto ou que foi induzido em erro, uma vez ciente do vício, aquiessendo à coabitação, convalida o ato, não mais podendo alegar outra hipótese de erro essencial ignorado antes do casamento.

83. Sobre filiação, regime de bens no casamento e poder familiar, pode-se afirmar que

- (A) é imprescritível, mas também exclusiva do marido, a ação para contestar a paternidade dos filhos de sua mulher, na constância do casamento; no caso de impugná-la, seus herdeiros poderão prosseguir; mas se não o fizer em vida, subsistirá a presunção da paternidade sem que possa ser impugnada ou contestada por qualquer interessado de sua parte.
- (B) o casamento pelo regime da comunhão universal importa na comunicação de todos os bens e dívidas passivas dos cônjuges, havidos por qualquer deles e a qualquer título, antes e durante o casamento, exigindo-se, porém, o pacto antenupcial.
- (C) o pacto antenupcial é obrigatório nos regimes de separação total, da comunhão universal e no regime de ratificação final dos aqüestos,

podendo ser levado a efeito por instrumento público ou particular, neste último caso, com sua transcrição no processo de habilitação de casamento, mas levado a registro, em ambas as hipóteses, obrigatoriamente, no Registro de Imóveis.

- (D) o poder familiar é exercido conjuntamente pelo pai e pela mãe, admitida a renúncia a ele por qualquer dos cônjuges em favor do outro consorte, quando a convivência entre os pais ou entre um destes e o filho se torne insuportável.

84. Sobre a sucessão em união estável, assinale a resposta correta.

- (A) Na união estável, nos termos do Código Civil, o companheiro supérstite não participa da sucessão do companheiro falecido, relativamente aos bens por este adquiridos a título gratuito ou próprios e exclusivos seus, quer deixando ou não deixando parentes sucessíveis.
- (B) O companheiro supérstite, que concorre na sucessão legítima do companheiro falecido, relativamente aos bens adquiridos pelo esforço comum durante a união estável, terá direito à metade da herança, além da sua própria meação, se os parentes sucessíveis deixados pelo falecido estiverem na linha colateral por consangüinidade e afinidade.
- (C) O companheiro supérstite que concorre com descendentes exclusivos do companheiro falecido, em qualquer hipótese e em quaisquer bens, terá direito a uma quota equivalente à que for atribuída àqueles.
- (D) Na sucessão testamentária, o companheiro falecido, deixando herdeiros colaterais, não poderá dispor além da metade dos seus bens exclusivos em favor do companheiro supérstite.

85. Sobre a sucessão legítima e a ordem da vocação hereditária, assinale a resposta correta.

- (A) Quando o cônjuge supérstite concorre à herança com ascendentes do falecido, cabe-lhe a metade da herança, mas se concorrer com um só ascendente ou estiver no segundo grau na linha ascendente de parentesco, cabem-lhe 2/3 (dois terços) da herança.
- (B) O cônjuge supérstite concorre à herança com os descendentes do *de cuius*, salvo se o casamento se deu pelo regime da separação total de bens; ou, se o foi pelo regime da comunhão parcial, o cônjuge falecido não houver deixado bens particulares seus.
- (C) O cônjuge supérstite, quando concorre à herança com descendentes do *de cuius*, terá direito a quinhão hereditário correspondente a 50% (cinquenta por cento) do quinhão dos descendentes que sucederem por cabeça; a 1/4 (um quarto) da herança, quando a sucessão dos descendentes se der por stirpe.
- (D) O cônjuge supérstite, qualquer que seja o regime do casamento, concorre à herança com os ascendentes do *de cuius*.

86. Sobre sucessão testamentária, assinale a resposta correta.

- (A) Em testamento, pode o testador dispor livremente de seus bens, dentro da quota do disponível e respeitada a legítima dos herdeiros necessários; mas, se a disposição testamentária extravasar, em valores ou bens, a quota do disponível, e alcançar a legítima dos herdeiros necessários, nulo será o testamento.
- (B) O legado de usufruto, sem fixação de tempo, entende-se vitalício para o legatário; mas, se ele falecer antes do testador, caducará o legado, sem que os herdeiros dele, legatário, possam sucedê-lo, recolhendo o legado por representação a qualquer título.
- (C) A pena cominada por sonegados, em que o herdeiro sonega bens da herança, não os descrevendo no inventário quando estejam em seu poder, ou omitindo-os à colação a que estiver obrigado a levá-los, é da perda, pelo herdeiro que assim proceder, da metade do seu quinhão hereditário, que lhe será aplicada, antes da partilha, nos próprios autos do inventário.
- (D) As doações em vida, como antecipação da legítima a algum herdeiro necessário, estão sujeitas à colação, a fim de igualar as legítimas dos herdeiros, só podendo ser dispensada em testamento e desde que expressamente assim disposto pelo testador.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

87. Sobre denunciação da lide, assinale a alternativa correta.

- (A) No processo de execução, a denunciação da lide só pode ser suscitada nos embargos do devedor se o processo de conhecimento correu à revelia do réu e não houve nomeação de curador à lide a seu favor.
- (B) Não é obrigatória para assegurar o direito regressivo no mesmo processo, porque o direito de regresso está assegurado na lei ou no contrato e as normas de direito material, bem como o negócio jurídico perfeito, não são alcançados por normas do processo civil, que são independentes daquela de natureza material.
- (C) É obrigatória para assegurar o direito regressivo no mesmo processo, em favor do perdedor da demanda, quando o direito de regresso estiver assegurado na lei ou no contrato.
- (D) É admissível, em face da União Federal, quando a ação de indenização decorre de acidente de trânsito provocado por veículo oficial licenciado pelo Departamento de Trânsito Estadual e o veículo esteja a serviço de Empresa Pública Federal localizada na capital do Estado.

88. Em relação ao chamamento ao processo, assinale a alternativa correta.

- (A) É admissível, no processo de execução, nos casos de solidariedade passiva e a dívida for exigida de um só dos devedores solidários.

- (B) No processo de execução, somente é admissível nos embargos do devedor quando este for executado na condição de fiador do devedor principal.
- (C) Só é admissível, no processo de execução, nos embargos do devedor e se a execução versar sobre cambial ou título executivo extrajudicial.
- (D) Não é admissível no processo de execução.

89. Na modificação da competência por conexão ou continência, pode-se afirmar que

- (A) a conexão e a continência serão sempre admitidas, com a reunião dos processos para decisões simultâneas pelo Juízo prevento, quando entre as ações ocorra tríplex identidade: partes, pedido e causa de pedir.
- (B) o reconhecimento da conexão pelo objeto ou pela causa de pedir, sendo de ordem pública, constitui imperativo legal, irrecusável e indeclinável; impõe-se, por isso, a reunião dos processos para julgamentos conjuntos pelo Juízo prevento, evitando-se assim decisões eventualmente conflitantes, sendo irrelevante a circunstância de uma das ações inserir-se na competência da Justiça Federal e a outra, na competência da Justiça Estadual, pois o princípio maior que a conexão visa resguardar é o da dignidade da Justiça, que seria desrespeitada no caso de decisões conflitantes.
- (C) a conexão entre duas ações, pelo objeto ou pela causa de pedir, conquanto se trate de matéria de ordem pública, não ensejará a reunião dos processos para julgamentos conjuntos pelo Juízo prevento, a fim de evitar decisões conflitantes, no caso de uma delas ser de competência da Justiça Federal e a outra, da Justiça Estadual, porquanto a competência absoluta (material ou funcional ou em razão da pessoa) não pode ser modificada pela conexão.
- (D) a conexão pode ser alegada a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição, impondo-se a reunião dos processos mesmo que uma das ações já tenha sido julgada, pendendo recurso no segundo grau.

90. Relativamente ao litisconsórcio, assinale a alternativa correta.

- (A) No litisconsórcio em que os direitos ou as obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato ou de direito, a participação de todos os litisconsortes ativos, tal como a citação de todos os litisconsortes passivos, são indispensáveis, sob pena de ineficácia da sentença de mérito.
- (B) No litisconsórcio passivo necessário, a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo, salvo no litisconsórcio unitário, em que a presença de um dos litisconsortes dispensa a dos demais.
- (C) No litisconsórcio unitário, o recurso adesivo interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita.

(D) No litisconsórcio decorrente de afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito, assim como naquele em que entre as causas houver conexão pelo objeto ou pela causa de pedir, a não inclusão de qualquer litisconsorte, no pólo passivo ou no pólo ativo, leva à extinção do processo, porque a lide haverá de ser decidida uniformemente em relação a todos.

91. Sobre alteração voluntária das partes, do pedido ou da causa de pedir, no curso do processo, assinale a alternativa correta.

(A) Proposta a ação, não é admissível a alteração voluntária das partes, salvo no caso de alienação da coisa ou do direito sobre os quais incida o litígio, face ao princípio da estabilidade da relação processual e da garantia do devido processo legal em relação a todos os integrantes deste.

(B) O pedido e a causa de pedir são inalteráveis, mesmo com o consentimento do réu, após o saneamento do processo.

(C) A alteração no pólo ativo ou passivo não é admissível, salvo com a concordância de ambas as partes, no caso de alienação da coisa ou do direito sobre o qual incide o litígio, por instrumento público, devidamente registrado no Registro Imobiliário, em se tratando de imóvel; ou no Departamento de Trânsito, cuidando-se de veículo, sem que tenha sido tal alienação objeto de impugnação judicial ou extrajudicial.

(D) A alteração do pedido e o pleito de declaração incidente são sempre admissíveis em qualquer fase do processo de conhecimento, desde que feita nova citação do réu, não sendo esta necessária no caso de revelia.

92. No que se refere à extinção do processo, sem julgamento de mérito, com base no art. 267 e incisos do CPC, assinale a alternativa correta.

(A) Rejeitada preliminar de carência da ação (por ilegitimidade de parte, falta de interesse processual ou impossibilidade jurídica do pedido), sem interposição de recurso, poderá o juiz, na sentença, reapreciar a questão e acolher a carência da ação, porque nesse caso não se dá a preclusão *pró-judicata*.

(B) Rejeitada preliminar de carência da ação, por ausência de qualquer das condições da ação, é indispensável a interposição de recurso, sob pena de preclusão consumativa para as partes e para o órgão jurisdicional respectivo.

(C) A paralisação do processo de inventário por mais de 1 (um) ano, mesmo após regular intimação do inventariante, herdeiros e outros eventuais interessados, sem dar o devido andamento, acarreta a sua extinção, sem qualquer exame de mérito da sucessão propriamente, com a ressalva da instauração de outro, sob pena de perenização dos processos em Juízo, o que contraria, no caso de inventário, o disposto no art. 983 do CPC: *O inventário e a partilha devem ser requeridos*

dentro de 30 (trinta) dias a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 06 (seis) meses subseqüentes.

(D) A parte que, por duas vezes, deu causa à extinção do processo por abandono e falta de andamento por mais de 30 (trinta) dias, não poderá mover outra ação, com base na mesma causa de pedir, pelo princípio da perempção.

93. Em relação à ação de alimentos com base na Lei n.º 5.478/68, assinale a alternativa correta na hipótese em que o autor-alimentando, devidamente intimado, não comparece à audiência de conciliação, instrução e julgamento.

(A) Acarreta a extinção do processo sem julgamento do mérito, com base no art. 267 do CPC, aplicável a todos os processos e procedimentos judiciais.

(B) Acarreta arquivamento do pedido sem a sua extinção.

(C) Prosseguir-se-á na audiência, com representação dos alimentandos menores de idade ou incapazes, pelo Ministério Público.

(D) Prosseguir-se-á na audiência, com aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato, em relação aos alimentandos maiores e capazes, se houver requerimento do alimentante de depoimento pessoal do alimentando.

94. Na ação de alimentos, com fundamento na Lei n.º 5.478/68, na hipótese de prévia fixação de alimentos provisórios, assinale a alternativa correta.

(A) Julgada improcedente a ação de alimentos, os alimentos provisórios ficam suspensos, porque o recurso nesse caso será recebido em ambos os efeitos, suspensivo e devolutivo.

(B) Julgada improcedente a ação, cessam de pleno direito os alimentos provisórios, com base no art. 808, inciso III, do CPC, *verbis*: *Cessa a eficácia da medida cautelar: se o juiz declarar extinto o processo principal, com ou sem julgamento do mérito.*

(C) Julgada parcialmente procedente a ação, com fixação de alimentos definitivos em quantia inferior àquela fixada para os alimentos provisórios, o recurso interposto contra a sentença será recebido no efeito devolutivo, cuja execução provisória incidirá sobre a quantia correspondente aos alimentos definitivos, nos termos do art. 808, inciso III, do CPC.

(D) Julgada improcedente a ação, os alimentos provisórios são devidos até que a decisão final se torne definitiva.

95. Relativamente à ação de nunciação de obra nova, assinale a resposta correta.

- (A) A ação de nunciação de obra nova, não cumulada com a ação demolitória, mesmo julgada procedente, não enseja a demolição da edificação, na parte irregular, mas tão-somente a indenização pecuniária.
- (B) O embargo judicial ou extrajudicial, na ação de nunciação de obra nova, insere-se num pressuposto processual, quer da ação de nunciação, quer da ação demolitória, somente podendo ser suprido se houver medida cautelar de produção antecipada de provas.
- (C) Nessa modalidade de ação, estando concluída a edificação da obra nova, não cabe o embargo judicial ou extrajudicial, pelo nunciante prejudicado, em face do nunciado proprietário, porquanto, juridicamente, não é o caso de nunciar.
- (D) A ação de nunciação de obra nova é imprescritível, mas a demolitória prescreve no prazo de 1 (um) ano, enquanto a de indenização, em 20 (vinte) anos.

96. Em relação à citação, assinale a alternativa correta.

- (A) Declarada a absoluta incompetência, daí decorre a nulidade *ex-radice* do processo, renovando-se os atos no Juízo competente, notadamente a citação.
- (B) Na execução por quantia certa, contra devedor solvente, citado o executado por carta precatória, o prazo de 10 (dez) dias para oferecimento de embargos à execução conta-se da juntada da carta precatória ao processo de execução.
- (C) Na citação com hora certa, tornando-se concretamente evidenciado que o réu está se ocultando para não receber a citação, assim informado o oficial de justiça por morador da casa, de pronto o oficial intimará pessoa da família de que voltará no dia seguinte para proceder à citação, a qual se haverá por regular se o citando não se encontrar na hora designada pelo oficial, desde que o Escrivão lhe remeta, na seqüência, carta ou telegrama ou radiograma dando-lhe de tudo ciência.
- (D) A citação pelo correio não é admitida no processo de execução.

97. Transitada em julgado a sentença condenatória e iniciado o processo de execução, ficará este suspenso em face da interposição de embargos do devedor, com alegação de inexigibilidade do título executivo judicial. Rejeitados ou julgados improcedentes os embargos, no entanto, o recurso será recebido no efeito apenas devolutivo, nos termos do art. 520, V, do CPC. Nesse caso, assinale a resposta correta, dentre as alternativas.

- (A) A execução será provisória.
- (B) A execução prosseguirá na forma definitiva.
- (C) A execução ficará suspensa até o julgamento do recurso dos embargos.

- (D) O prosseguimento da execução, na pendência do julgamento do recurso dos embargos, dependerá da prestação de caução real ou fidejussória, ou da concessão de tutela antecipada.

98. Relativamente à fraude de execução, assinale a resposta correta.

- (A) A alienação de bem em fraude de execução não será declarada nula nem ineficaz, se o executado alienante demonstrar, em Juízo, que o produto da venda do bem foi integralmente utilizado no pagamento de débito alimentar.
- (B) A alienação de bem em fraude de execução é nula de pleno direito, podendo ser declarada de ofício pelo juiz, porque o ato é viciado desde a origem e constitui atentado à dignidade da Justiça.
- (C) A alienação de bem em fraude de execução não é nula nem anulável, subsistindo seus efeitos entre o alienante e o adquirente.
- (D) A alienação de bem em fraude de execução, para ser reconhecida e declarada, requer procedimento judicial próprio e específico, a fim de assegurar as garantias constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal ao adquirente e ao alienante.

99. Em relação a embargos de terceiro, assinale a resposta correta dentre as alternativas.

- (A) Aquele que figura como parte no processo, no seu pólo ativo ou passivo, não poderá em hipótese nenhuma opor embargos de terceiro, porque estes são destinados àquele que não figurar como parte no processo e vier de sofrer constrição judicial em bens de sua propriedade ou sua posse legítima.
- (B) O cônjuge do devedor executado, uma vez intimado da penhora, torna-se devedor solidário e litisconsorte necessário do executado, cabendo nesse caso a via dos embargos à execução para a defesa de sua meação; ou, após o decurso do prazo para ajuizamento destes, optar pelo direito de remição após a arrematação.
- (C) Os embargos de terceiro podem ser opostos pelo proprietário, pelo possuidor, pelo credor com garantia real e pelo detentor quando este detém a coisa em nome de outrem, desde que o façam, no processo de conhecimento, até o trânsito em julgado da sentença, e, no processo de execução, até 05 (cinco) dias depois da arrematação.
- (D) O cônjuge do devedor executado, mesmo intimado regularmente da penhora, pode opor embargos de terceiro, visando defender sua meação, no processo de execução, até o momento anterior à assinatura da carta de arrematação.

100. Em relação a prazos no processo civil, assinale a resposta correta, dentre as alternativas.

- (A) O processo cível sobrestado por questão prejudicial de natureza criminal permanecerá sobrestado, em qualquer hipótese, até a decisão definitiva na esfera criminal, face à autonomia entre a jurisdição civil e a criminal.
- (B) O prazo para exercício da ação penal, após o sobrestamento do processo cível por questão prejudicial de natureza criminal, é de 6 (seis) meses, prorrogável por mais 6 meses, findos os quais, sem que a ação penal seja exercida, cessará o sobrestamento, decidindo o juiz cível a questão prejudicial.
- (C) O prazo para exercício da ação penal, após o sobrestamento do processo cível por questão prejudicial de natureza criminal, é de 30 (trinta) dias, contados da decisão de sobrestamento, findos os quais, sem que a ação penal seja exercida, cessará o efeito de sobrestamento, decidindo o juiz cível a questão prejudicial.
- (D) Questão de natureza criminal não constitui prejudicial externa no campo do contencioso cível, porque ambas as jurisdições – civil e criminal – são autônomas e independentes uma da outra, não cabendo ao Juízo cível ficar jungido ao criminal.

GABARITO - VERSÃO 2

1 - B	2 - D	3 - C	4 - A	5 - C	6 - B	7 - D	8 - D	9 - C	10 - B
11 - A	12 - B	13 - D	14 - C	15 - C	16 - B	17 - A	18 - D	19 - A	20 - D
21 - D	22 - C	23 - B	24 - A	25 - A	26 - D	27 - A	28 - C	29 - C	30 - A
31 - B	32 - D	33 - A	34 - A	35 - A	36 - B	37 - A	38 - B	39 - C	40 - D
41 - D	42 - C	43 - B	44 - A	45 - B	46 - C	47 - D	48 - A	49 - A	50 - D
51 - C	52 - B	53 - C	54 - D	55 - B	56 - A	57 - C	58 - B	59 - D	60 - A
61 - D	62 - C	63 - B	64 - C	65 - D	66 - B	67 - A	68 - C	69 - D	70 - B
71 - D	72 - C	73 - D	74 - C	75 - B	76 - A	77 - B	78 - C	79 - D	80 - C
81 - D	82 - B	83 - A	84 - A	85 - D	86 - B	87 - C	88 - D	89 - C	90 - C
91 - B	92 - A	93 - B	94 - D	95 - C	96 - D	97 - B	98 - C	99 - D	100 - C

Prova de Seleção – Versão 3

CONHECIMENTOS GERAIS

01. *Jus est realis ac personalis proportio homine ad hominem quae servata servat societate corrupta corruptit* (O Direito é uma proporção real e pessoal de homem para homem que, conservada, conserva a sociedade que corrompida a corrompe.) Trata-se de uma definição de Direito de autoria de

- (A) Suetônio.
- (B) Pitigrilli.

(C) São Tomás de Aquino.

(D) Dante Alighieri.

02. Para efeito de cidadania, quem nasce na República da Índia é

(A) indiano e hindu.

(B) indiano ou hindu.

(C) indiano.

(D) hindu.

LÍNGUA PORTUGUESA

03. Assinale a alternativa que completa corretamente a oração.

Viajamos _____ horas e ainda estamos _____ quilômetros de distância.

(A) a ... a

(B) há ... a

(C) a ... há

(D) à ... a

04. Analise as sentenças.

I. O crime porque foi o réu condenado é hediondo.

II. Vimos, agora, nesta oportunidade, manifestar nosso apoio ao autor.

III. Condenou o acusado a dois anos ao invés de três.

IV. Proibido entrada com armas de fogo a tiracolo.

Pode-se afirmar que apenas

(A) II e IV são corretas.

(B) I é correta.

(C) I e IV são corretas.

(D) II e III são corretas.

DIREITO COMERCIAL

05. Quanto ao cheque, é correto afirmar que

(A) nele lançadas, em algarismos e por extenso, indicações distintas de quantias para pagamento, prevalecerá a primeira.

(B) indicada a quantia mais de uma vez, quer por extenso, quer por algarismos, prevalecerá, no caso de divergência, a indicação da menor quantia.

- (C) prescreve em 12 meses, contados da expiração do prazo de apresentação, a execução do cheque pelo portador contra o emitente e seu avalista.
- (D) aquele pagável a pessoa nomeada é transmissível por via de endosso apenas quando contiver cláusula expressa à *ordem*.

06.A Lei Federal n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005,

- (A) inovou ao ditar que a decretação da falência das concessionárias de serviços públicos não implica a extinção da concessão, na forma da lei.
- (B) quanto à existência de pedido de concordata anterior à sua vigência, obsta o pedido de recuperação judicial pelo devedor que não houver descumprido obrigação no âmbito da concordata.
- (C) não se aplica a instituição financeira pública, consórcio, cooperativa de crédito e sociedade de economia mista.
- (D) aplica-se a sociedade operadora de plano de assistência à saúde.

07. Quanto à recuperação judicial prevista na Lei Federal n.º 11.101, de 2005,

- (A) ocorrendo objeção de menos de um terço deles ao plano de recuperação judicial, o juiz não convocará a assembléia geral de credores.
- (B) a respectiva petição inicial será obrigatoriamente instruída com a relação dos bens particulares de todos os sócios.
- (C) deferindo-lhe o processamento, no mesmo ato o juiz determinará ao devedor que apresente contas demonstrativas trimestrais, até a apresentação do plano de recuperação judicial.
- (D) constituem-se em seus meios, dentre outros, a redução salarial mediante acordo ou convenção coletiva e o trespasse de estabelecimento.

08. No Código de Proteção e Defesa do Consumidor, quanto à responsabilidade pelo fato do produto e do serviço,

- (A) o fabricante, o produtor, o construtor, o importador e os profissionais liberais responderão, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores pelos defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, ou de acondicionamento de seus produtos, ou por defeitos na prestação de serviços.
- (B) o comerciante é responsável, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores, por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção ou acondicionamento dos produtos que comercializa, quando o fabricante, o produtor, o construtor ou o importador não puderem ser identificados.

- (C) ocorrendo defeito no serviço prestado, o fornecedor dos serviços será responsabilizado, mesmo se provar a culpa exclusiva de terceiro.
- (D) independentemente da existência de culpa, o fornecedor de serviços responde pela apresentação de informações insuficientes ou inadequadas, mesmo inexistindo danos aos consumidores.

09. Na sociedade limitada,

- (A) todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- (B) mesmo sem previsão no contrato social, aplicam-se supletivamente as normas referentes às sociedades anônimas.
- (C) a administração deverá ser exercida por sócio, designado no contrato social ou em ato separado.
- (D) sempre que o número de sócios for igual ou superior a oito, as deliberações sociais deverão ser obrigatoriamente tomadas em assembléia convocada pelos administradores.

10. Quanto à patenteabilidade, é correto afirmar que

- (A) são patenteáveis as técnicas e os métodos operatórios ou cirúrgicos, bem como métodos terapêuticos ou de diagnóstico para aplicação no corpo humano ou animal.
- (B) são patenteáveis como invenção, mas não como modelo de utilidade, as descobertas relevantes, as teorias científicas, os métodos matemáticos e as concepções concretas.
- (C) como modelo de utilidade, é patenteável o objeto de uso prático, ou parte dele, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação.
- (D) são patenteáveis os materiais biológicos encontrados na natureza, ainda que dela isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural.

11. No mútuo de dinheiro, quando não expressamente convencionado, o seu prazo será:

- (A) aquele que for fixado em decreto legislativo previamente submetido ao Banco Central.
- (B) aquele que o mutuante declarar.
- (C) aquele que for livremente fixado, em resolução, pelo Conselho Monetário Nacional.
- (D) de trinta dias, pelo menos.

12. É requisito essencial da nota promissória, a ser lançado por extenso, no contexto,

- (A) a data de emissão, não se presumindo, na sua falta, ter o portador mandato para inseri-la.
 - (B) a denominação de *nota promissória*, ou termo correspondente na língua em que for emitida.
 - (C) o lugar da emissão, não se presumindo, na sua falta, ter o portador mandato para inseri-lo.
 - (D) a menção ao lugar de pagamento.
- 13.**A abertura de cadastro, ficha, com registro e com dados pessoais e de consumo
- (A) admite vedar ao consumidor cadastrado o acesso às fontes de informação, quando estas forem órgãos públicos.
 - (B) não deverá ser comunicada ao consumidor, mesmo quando não solicitada por ele, quando promovida pelo Banco Central ou por banco de dados da Administração Direta.
 - (C) não poderá conter informações negativas referentes a período superior a dez anos.
 - (D) deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.
- 14.**Segundo a Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, no fornecimento de serviços é nula a cláusula contratual que
- (A) proíba ao fornecedor, se pessoa natural, a opção de não concluir o contrato, embora não obrigando o consumidor.
 - (B) possibilite a renúncia ao direito de indenização por benfeitorias úteis.
 - (C) determine a utilização compulsória da arbitragem.
 - (D) proíba ao fornecedor, se pessoa jurídica, modificar a qualidade do contrato, após a sua celebração.

DIREITO TRIBUTÁRIO

- 15.**O tributo cujo fato gerador é sempre ligado a uma atividade estatal, e que deve ser instituído e cobrado pela entidade estatal competente para o desempenho da respectiva atividade, é
- (A) a Taxa.
 - (B) a Contribuição de melhoria.
 - (C) o Imposto.
 - (D) nenhuma das alternativas acima.
- 16.**A Constituição Federal autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a instituírem contribuição, cobrada de seus servidores, para o

custeio do regime previdenciário respectivo. Pode-se afirmar que tais contribuições

- (A) sujeitando-se, porém, ao princípio da anterioridade, têm por função suprir, de recursos financeiros, os órgãos ou entidades do Poder Público respectivo com atribuições especificamente previdenciárias.
- (B) não se sujeitam ao princípio da anterioridade e têm por função simplesmente aumentar a receita geral do Poder Público respectivo, sem se vincular a qualquer órgão ou entidade.
- (C) sujeitando-se, porém, ao princípio da anterioridade, têm por função simplesmente aumentar a receita geral do Poder Público respectivo, sem se vincular a qualquer órgão ou entidade do regime previdenciário.
- (D) não se sujeitam ao princípio da anterioridade, e têm por função suprir, de recursos financeiros, os órgãos ou entidades do Poder Público respectivo com atribuições especificamente previdenciárias.

17. Nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, o contribuinte faz o pagamento respectivo com base em apuração feita

- (A) por ele próprio.
- (B) por ele próprio, após confirmada pelo fisco.
- (C) pelo fisco.
- (D) pelo fisco, e aprovada pelo sujeito passivo.

18. A alienação de bens pelo sujeito passivo considera-se (presume-se) fraudulenta se ocorrida depois de inscrito

- (A) o débito como dívida ativa, proposta a ação de execução e citado o sujeito passivo executado.
- (B) o débito como dívida ativa e já proposta a ação de execução.
- (C) o débito tributário como dívida ativa.
- (D) o débito tributário, e mesmo que o devedor haja reservado bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida.

19. Extinta a pessoa jurídica de direito privado, um dos sócios deu continuidade à mesma atividade, no mesmo local, por meio de outra razão social. Nesse caso, pode-se afirmar que

- (A) inexistente responsabilidade da nova sociedade, pois a atividade é continuada pelo sócio sob outra razão social.
- (B) a nova sociedade criada pelo sócio remanescente apenas responde por metade dos tributos devidos pela sociedade extinta.
- (C) a sociedade constituída pelo sócio remanescente é responsável pelos tributos devidos pela sociedade extinta, independentemente de sua razão social.
- (D) a nova sociedade é responsável pela totalidade dos tributos devidos pela extinta, desde que já tenham sido lançados.

20. Quando a lei autoriza a autoridade administrativa a conceder, por decisão fundamentada, a dispensa do crédito tributário, beneficiando o sujeito passivo, diz-se que ocorreu

- (A) remissão.
- (B) anistia.
- (C) compensação.
- (D) transação.

21. O princípio da não-cumulatividade é um atributo do

- (A) imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativo a títulos ou valores mobiliários.
- (B) imposto sobre produto industrializado e imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços.
- (C) imposto sobre veículos automotores e do imposto sobre serviços de qualquer natureza.
- (D) imposto sobre propriedade territorial rural e do imposto sobre propriedade territorial urbana.

22. O princípio da imunidade recíproca não beneficia, em regra,

- (A) as autarquias e fundações mantidas pelo Poder Público.
- (B) a União, Estados e Distrito Federal.
- (C) os Municípios.
- (D) os concessionários de serviços públicos, nem as empresas públicas e sociedades de economia mista.

23. São espécies do gênero tributo, previstas na Constituição Federal:

- (A) impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições sociais.
- (B) impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- (C) impostos, taxas e empréstimos compulsórios.
- (D) impostos, taxas e contribuições sociais.

24. Base de cálculo do IPTU – Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – é o valor

- (A) venal do imóvel.
- (B) de mercado do bem.
- (C) histórico.

(D) histórico corrigido monetariamente.

DIREITO ADMINISTRATIVO

25. O princípio que autoriza a Administração a anular o ato ilegal e revogar o ato inconveniente ou inoportuno (Súmula 473 do STF) é o da

- (A) Razoabilidade.
- (B) Autotutela.
- (C) Legalidade.
- (D) Segurança jurídica.

26. A ocupação ilícita de um imóvel particular pelo Poder Público, que nele dá início à construção de uma praça pública, enseja ao proprietário, que pretende a reparação de seu direito lesado, o uso da ação de

- (A) Reintegração de Posse.
- (B) Retrocessão.
- (C) Desapropriação.
- (D) Desapropriação indireta.

27. A modalidade de licitação necessária para a alienação de bens imóveis é

- (A) a Tomada de Preço.
- (B) o Convite.
- (C) a Concorrência Pública.
- (D) o Leilão.

28. A ação civil pública por improbidade administrativa contra Prefeito Municipal, visando ao ressarcimento de dano causado ao Erário,

- (A) é imprescritível.
- (B) prescreve em 10 (dez) anos, a partir do ato.
- (C) prescreve em 5 (cinco) anos, a partir do ato.
- (D) prescreve em 5 (cinco) anos, a partir do fim do mandato.

29. Assinale a alternativa correta.

- (A) A prescrição administrativa inibe a apreciação judicial apenas em relação aos efeitos criminais.
- (B) A prescrição administrativa inibe a apreciação judicial apenas em relação aos efeitos civis.

- (C) A prescrição administrativa não inibe a apreciação judicial.
- (D) A prescrição administrativa inibe a apreciação judicial, seja para efeitos civis ou criminais.

30. Na esfera federal, a extinção de cargos públicos, quando vagos, dá-se por meio de

- (A) Lei de iniciativa do Presidente da República.
- (B) Decreto do Presidente da República.
- (C) Lei de iniciativa parlamentar.
- (D) Resolução do Senado Federal.

31. Pessoa jurídica de direito público, com autonomia, com patrimônio e receita próprios, criada por lei para executar atividades típicas da Administração Pública, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada, constitui conceito de

- (A) Sociedade de economia mista.
- (B) Empresa Pública.
- (C) Fundação governamental.
- (D) Autarquia.

32. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Os bens públicos que integram o patrimônio de um Município só podem ser afetados ou desafetados pelo próprio Município e não pela União ou Estado.
- (B) Os bens públicos, qualquer que seja sua espécie ou natureza, não podem ser usucapidos.
- (C) Os bens públicos adquiridos para um fim específico (implantação de uma praça) ditado por uma lei, integram os chamados *bens afetados*.
- (D) Os bens públicos somente serão objeto de penhora, em execução contra a Fazenda Pública, quando houver autorização por meio de decreto do Executivo.

33. Um veículo oficial que fica à disposição do Presidente da Câmara Municipal causa dano a terceiro. Em ação de indenização (reparação de danos) movida por este, quem deverá figurar no pólo passivo é

- (A) a Câmara Municipal e seu Presidente.
- (B) a Câmara Municipal.
- (C) o Município respectivo.
- (D) a Câmara Municipal e o Prefeito.

34. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) É nula a dispensa de servidor público estável, sem o regular processo administrativo.
- (B) É nula a simples dispensa de servidor titular de cargo de provimento em comissão, de livre nomeação, sem o regular processo administrativo.
- (C) É nula a dispensa de servidor público em estágio probatório, sem o regular processo administrativo.
- (D) É nula a dispensa de servidor público estável pelo único fato de sua eleição e posse para exercer mandato eletivo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

35. O princípio da inviolabilidade da casa, segundo o qual ninguém nela pode penetrar sem o consentimento do morador, é excetuado na seguinte hipótese:

- (A) para prestar socorro ou, durante o dia, por determinação judicial.
- (B) em caso de flagrante delito ou, em qualquer período horário, por determinação judicial.
- (C) em caso de desastre ou, em qualquer período horário, por determinação judicial.
- (D) na vigência do estado de defesa, em qualquer ponto do território nacional.

36. A liberdade de reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, e desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local,

- (A) está condicionada à autorização prévia da autoridade competente, caso programada para município com mais de um milhão de habitantes.
- (B) independe de autorização, mas exige prévio aviso à autoridade competente.
- (C) na vigência do estado de defesa, não poderá sofrer restrições caso não exercida no seio de associação profissional.
- (D) na vigência do estado de sítio, poderá ser suspensa por decisão do Conselho da República e do Senado Federal.

37. O sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas e telefônicas

- (A) não poderá sofrer restrições durante a vigência do estado de sítio, mas poderá sofrê-las na vigência do estado de defesa, mediante prévia autorização do Conselho da República.
- (B) é inviolável, quanto à correspondência, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

- (C) não poderá sofrer restrições durante a vigência do estado de defesa, mas poderá sofrê-las durante a vigência do estado de sítio.
- (D) é inviolável, quanto às comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal.

38.As medidas provisórias

- (A) terão a sua votação iniciada no Senado Federal.
- (B) podem versar sobre partidos políticos, direito eleitoral e a organização do Ministério Público.
- (C) não podem versar sobre nacionalidade, direitos políticos, direito penal, direito processual penal e direito processual civil.
- (D) visando à carreira do Ministério Público, e atendidos os pressupostos da urgência e relevância, poderão ser adotadas pelo Presidente da República.

39.A intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal

- (A) exigirá decreto de intervenção que será submetido ao Congresso Nacional, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- (B) quando fundada em descumprimento de ordem ou decisão judiciais, dependerá de requisição do Conselho Nacional de Justiça.
- (C) poderá ocorrer para repelir invasão estrangeira ou para garantir o livre exercício do Poder Judiciário Estadual.
- (D) poderá ocorrer para pôr termo a qualquer comprometimento da ordem pública ou para reorganizar as finanças da unidade da Federação que, salvo motivo de força maior, suspenda o pagamento da dívida fundada por mais de 03 (três) anos consecutivos.

40.O Conselho Nacional de Justiça

- (A) é composto por 15 (quinze) membros com mais de 30 (trinta) e menos de 66 (sessenta e seis) anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- (B) será presidido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, que votará em caso de empate.
- (C) terá competência, caso a isso provocado, para rever os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de 02 (dois) anos.
- (D) será composto, dentre outros, por 02 (dois) membros do Ministério Público Estadual, escolhidos pelo Procurador-Geral da República entre aqueles indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual.

41.Relativamente à exploração da atividade econômica pelo Estado,

- (A) ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- (B) as empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado, desde que previstos em lei.
- (C) quanto aos direitos e obrigações trabalhistas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista sujeitar-se-ão ao regime jurídico próprio das empresas privadas de pequeno porte.
- (D) a lei estabelecerá o estatuto jurídico das sociedades de economia mista, dele todavia excluída a disciplina da responsabilidade dos administradores.

42.No âmbito da União, a iniciativa das leis complementares também compete

- (A) ao Ministro de Estado da Defesa.
- (B) ao Conselho Nacional de Justiça.
- (C) ao Conselho da República.
- (D) aos Tribunais Superiores.

43.Quanto aos ministros do Superior Tribunal de Justiça,

- (A) um terço deles, em partes iguais, será composto por advogados e membros do Ministério Público, alternadamente.
- (B) um quinto deles, em partes iguais, será composto por advogados e membros do Ministério Público, alternadamente, com mais de 15 (quinze) anos de efetiva atividade profissional ou de carreira.
- (C) um terço deles será composto por desembargadores dos Tribunais de Justiça indicados em lista tríplice elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça.
- (D) um terço deles será composto por juízes dos Tribunais Regionais Federais indicados em lista sêxtupla elaborada pelo Conselho da Justiça Federal.

44.Compete

- (A) ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, o mandado de segurança decidido, em única instância, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, quando concessiva a decisão.
- (B) aos Tribunais de Justiça, nos crimes comuns e de responsabilidade, processar e julgar os membros dos Tribunais de Conta de seus respectivos Estados.

- (C) ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o *habeas corpus* impetrado quando o coator for Ministro de Estado, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
- (D) aos tribunais, privativamente, propor a criação de novas varas judiciárias.

DIREITO PENAL

45. Assinale a alternativa correta.

- (A) A pena de multa aplicada não pode ser convertida em privativa de liberdade.
- (B) A pena de multa pode ser convertida em privativa de liberdade caso não seja paga depois de transitada em julgado a sentença que a tenha aplicado.
- (C) A pena de multa aplicada pode ser convertida em privativa de liberdade se, no curso da execução, sobrevier nova condenação ao sentenciado.
- (D) A pena de multa aplicada pode ser convertida em privativa de liberdade caso não seja paga no curso da execução e o condenado seja solvente.

46. Ao tipificar o crime de “lesão corporal seguida de morte”, o art. 129, § 3.º, do Código Penal (*Se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo*) contempla:

- (A) uma hipótese exclusiva de crime culposos.
- (B) uma forma exclusiva de dolo direto.
- (C) uma forma exclusiva de dolo eventual.
- (D) uma forma autenticamente preterdolosa.

47. Político de expressão nacional, mas de índole controvertida, em visita a grande cidade do interior paulista, desfila por vias públicas urbanas em carro aberto. Em determinado local, durante esse desfile, Pedro e Paulo, cada um desconhecendo a conduta do outro, efetuam disparos de arma de fogo na direção do político, coincidentemente ao mesmo tempo, com a intenção de matá-lo, e o evento morte realmente é alcançado. Apura-se, no curso das investigações, com forte e convincente apoio em prova pericial regularmente produzida, que o evento letal foi provocado pelo disparo efetuado por Pedro, ao passo que o disparo efetuado por Paulo só atingiu a vítima superficialmente, em um dos membros superiores. Nesse caso, como se define a responsabilidade criminal de cada um desses agentes?

- (A) Paulo não responde por crime algum, porque sua conduta, nessa hipótese, foi atípica, uma vez que o resultado morte, embora querido, não foi provocado por ele, com relação a quem houve crime impossível.
- (B) Pedro e Paulo respondem por homicídio, porque agiram em co-autoria dolosa, visando ao mesmo resultado que foi alcançado.
- (C) Pedro responde por homicídio e Paulo responde por tentativa de homicídio, por se tratar de autoria colateral.

(D) Pedro e Paulo respondem por homicídio, como autor e partícipe, respectivamente, por terem agido com dolo, visando ao mesmo resultado que foi alcançado.

48. Em se tratando de furto de coisa comum (art. 156 do Código Penal), é correto afirmar-se que a ação penal

(A) é pública incondicionada.

(B) é pública condicionada à representação da vítima ou de quem tenha qualidade para representá-la.

(C) é exclusivamente de iniciativa privada.

(D) pode ser intentada indiferentemente pelo Ministério Público ou pela vítima.

49. Indivíduo com 19 (dezenove) anos de idade, na data do fato ocorrido em 05.01.1999, foi denunciado como incurso no art. 168, *caput*, do Código Penal (apropriação indébita), a denúncia foi recebida em 06.01.2001 e o processo correu seus termos regulares, sem alguma suspensão, estando hoje na fase do art. 500 do Código de Processo Penal. Considerando-se que as penas cominadas em abstrato para esse crime são de um a quatro anos de reclusão e multa, pergunta-se: Já ocorreu a prescrição ou não? Em caso afirmativo, em que data?

(A) Não. A prescrição ainda não ocorreu.

(B) Sim. A prescrição ocorreu em 05.01.2001.

(C) Sim. A prescrição ocorreu em 06.01.2005.

(D) Sim. A prescrição ocorreu em 06.01.2003.

50. Paulo foi agente de agressão violenta e dolosa contra Pedro, que em seguida veio a falecer. Mas, esse resultado letal foi decorrente de caso fortuito. Nesse caso, é correto afirmar-se que Paulo praticou crime de

(A) lesão corporal seguida de morte.

(B) homicídio doloso.

(C) homicídio culposo.

(D) lesão corporal.

51. Empregada doméstica, durante o trabalho em casa alheia, dali tomou para si certo objeto que, todavia, supunha ser seu. Esse fato configura

(A) erro de proibição.

(B) erro de tipo.

(C) causa de exclusão da ilicitude.

(D) crime impossível.

52. Indique o dispositivo do Código Penal em que está prevista a autoria mediata.

(A) Art. 22 – Coação irresistível e obediência hierárquica.

(B) Art. 23 – Exclusão de ilicitude.

(C) Art. 29 – Do concurso de pessoas.

(D) Art. 30 – Circunstâncias comunicáveis.

53. Tício, agindo com *animus necandi*, desfecha tiros contra seu desafeto, Mélvio, dando causa a sua morte. Mas, um dos projéteis, por erro na execução, também atinge Caio, que, igualmente, vem a falecer. Aplica-se, nesse caso, a regra do

(A) crime continuado.

(B) concurso material.

(C) concurso formal.

(D) crime único.

54. Assinale a alternativa que corresponde a um caso de ação privada personalíssima, considerando o Código Penal na sua redação atual.

(A) Art. 235, *caput*: *Contrair alguém, sendo casado, novo casamento.*

(B) Art. 236, *caput*: *Contrair casamento, induzindo em erro essencial o outro contraente, ou ocultando-lhe impedimento que não seja casamento anterior.*

(C) Art. 140, *caput*: *Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro.*

(D) Art. 237: *Contrair casamento, conhecendo a existência de impedimento que lhe cause a nulidade absoluta.*

55. Tendo em vista os crimes definidos na nova Lei de Falências (Lei n.º 11.101/2005), assinale a alternativa correta.

(A) A inabilitação para o exercício de atividade empresarial é efeito automático da condenação pela prática dos crimes definidos nessa Lei.

(B) A prescrição, independentemente da quantidade das penas cominadas ou aplicadas, ocorre sempre em 2 anos, mas são cabíveis as causas de interrupção previstas no Código Penal.

(C) A decretação da falência do devedor não interrompe a prescrição cuja contagem tenha iniciado com a concessão da recuperação judicial ou com a homologação do plano de recuperação extrajudicial.

(D) Na falência, na recuperação judicial e na recuperação extrajudicial de sociedades, seus administradores de fato equiparam-se ao devedor ou falido para os efeitos penais, na medida de sua culpabilidade.

56. Ao sair do trabalho, durante a noite, jovem adolescente dirigiu-se a um ponto de ônibus em via pública urbana, onde determinado indivíduo dela se aproximou e, agindo de inopino, sem que ela pudesse esquivar-se, beijou-a na boca de forma lasciva. Esse fato constitui infração penal? Em caso positivo, qual?

- (A) Constitui a contravenção penal do art. 61: *Importunação ofensiva ao pudor.*
- (B) Constitui a infração do art. 214 do Código Penal: *Atentado violento ao pudor.*
- (C) Não constitui infração penal.
- (D) Constitui a contravenção penal do art. 65: *Perturbação da tranqüilidade.*

57. Dentre as alternativas, assinale aquela que, corretamente, relaciona apenas crimes que não admitem a tentativa.

- (A) Crimes omissivos próprios, crimes de perigo, crimes progressivos.
- (B) Crimes preterdolosos, crimes plurissubsistentes, crimes omissivos próprios.
- (C) Crimes plurissubsistentes, crimes omissivos próprios, crimes culposos.
- (D) Crimes preterdolosos, crimes unissubsistentes, crimes omissivos próprios.

58. Mediante encenação, um curandeiro convence mulher de dezenove anos de idade, acometida de certa moléstia, a permitir que ele a submetta a determinado tratamento, em ambiente isolado, com promessa de cura. Ao ver-se sozinho na companhia da jovem, ele lhe explica que esse tratamento deve ser feito por meio de relações sexuais que, todavia, segundo ele, são orientadas por entidade sobrenatural que toma o corpo do curandeiro, servindo este como simples instrumento, sem participação volitiva. Agindo dessa forma, o varão consegue manter conjunção carnal completa com a jovem, com o consentimento dela. Qual foi o crime por ele cometido?

- (A) Estupro – art. 213, CP.
- (B) Curandeirismo – art. 284, CP.
- (C) Posse sexual mediante fraude – art. 215, CP.
- (D) Corrupção de menores – art. 218, CP.

DIREITO CIVIL

59. Relativamente à responsabilidade civil por atos jurisdicionais, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas no âmbito penal, poderá o juiz ser responsabilizado civilmente, caso tenha agido dolosa e fraudulentamente.

- (B) A responsabilização pessoal do juiz por danos causados às partes, no exercício de suas funções jurisdicionais, não é admissível em nenhuma hipótese, porque toda decisão judicial seria questionada pelo vencido, visando à responsabilização civil-indenizatória contra o juiz.
- (C) Não há responsabilidade civil estatal por atos judiciais em nenhuma hipótese, pois, sendo a responsabilidade civil do Estado de natureza objetiva, na qual não se discute culpa, a parte que perder a demanda poderia sempre pleitear reparação indenizatória por ineficiência da atividade judiciária, ou negligente desempenho ou má atuação pessoal ou funcional do juiz e dos serviços forenses.
- (D) O juiz responde civilmente pelos danos causados, no exercício de suas funções jurisdicionais, quando agir com dolo ou fraude; o Estado responde nas hipóteses de condenação por erro judiciário ou de prisão além do tempo fixado na sentença.

60.Relativamente à fraude contra credores, assinale a resposta correta.

- (A) A alienação de bem imóvel mediante compromisso de compra e venda não registrado, anteriormente à constituição da dívida pelo promissário vendedor, configura fraude contra credores, porque o compromisso não registrado não presume nem assegura conhecimento da alienação dos bens a terceiros, enquanto a constituição da dívida se deu na suposição de que ele tinha bens para garantir o débito.
- (B) Fiador em contrato de locação que vende seus bens logo após a assinatura do contrato, se vier a ser acionado para responder pelo pagamento de locativos devidos e não pagos pelo locatário, se sujeitará à anulação, por fraude contra credores, da venda de seus bens que o reduziu à insolvência, porque, ao tempo da transmissão, a fiança já havia sido constituída.
- (C) Fiador em contrato de locação que, logo após a assinatura do contrato, faz doação de seus bens aos filhos, não se sujeita à anulação do ato por fraude contra credores, ainda que seja reduzido à insolvência.
- (D) A alienação de bem em fraude contra credores que, sucessivamente, é transmitido pelo adquirente para terceiro e deste para quarto adquirente, rende ensejo à anulação, porque a fraude nesse caso se presume e não é tolerada pelo ordenamento jurídico pátrio.

61.Relativamente a negócio jurídico celebrado com erro do contratado e com dolo do contratante, tendo por objeto escuta telefônica de concorrente comercial, assinale a alternativa correta.

- (A) É anulável se o erro for substancial e o dolo essencial e a escuta telefônica não for de conhecimento da Polícia.
- (B) É negócio jurídico nulo de pleno direito.
- (C) Não é negócio jurídico nulo nem anulável se o dolo é acidental, isto é, com ou sem ele o contrato se realizaria, e se o erro não for substancial.

- (D) O negócio jurídico é válido, porque o dolo e o erro são recíprocos, caso em que um dos contratantes não pode alegar a má-fé do outro, e o objeto do contrato é o que há de mais corriqueiro e diz respeito à livre concorrência assegurada na Constituição.

62. Relativamente ao estado de necessidade, como excludente de ato ilícito, estabelece o art. 188, inciso II e parágrafo único, do Código Civil: *Não constituem atos ilícitos: II – a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente. Parágrafo único. No caso do inciso II, o ato será legítimo somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo.*

Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Se a pessoa lesada ou o dono da coisa não forem culpados do perigo, assitir-lhes-á direito à indenização do prejuízo que sofreram, a despeito de o causador ter agido em estado de necessidade e constituir este excludente do ato ilícito.
- (B) No caso de dano pessoal ou morte de pessoa, com absolvição criminal definitiva com fundamento no estado de necessidade, ainda que a vítima ou o lesado não sejam culpados pelo perigo, o causador da lesão ou da morte não responde civilmente porque, nesse caso, o fato não constitui ato ilícito.
- (C) No caso do estado de necessidade, porque o fato lesivo não constitui, por expressa disposição de lei, ato ilícito, não se pode cogitar, em nenhuma hipótese, de indenização em favor de quem quer que seja ou contra qualquer pessoa.
- (D) O estado de necessidade pode ser alegado em qualquer fase e em qualquer grau de jurisdição, mas sendo um direito personalíssimo daquele que atua no sentido da norma legal, isto é, destruição de coisa alheia ou lesão a pessoa a fim de remover perigo iminente, não se transmite a seus herdeiros no caso de falecimento.

63. Sobre compensação de dívidas, assinale a resposta correta.

- (A) São compensáveis, no caso de dívidas líquidas e vencidas, as oriundas de obrigações naturais e civis.
- (B) São compensáveis as dívidas recíprocas de alimentos, desde que líquidas e vencidas.
- (C) A diferença de causa nas dívidas impede a compensação, exceto se provierem ambas de título judicial definitivo.
- (D) Obrigando-se por terceiro uma pessoa, poderá compensar essa dívida com o que o credor dele lhe dever.

64. Sobre a constituição em mora do devedor, assinale a resposta correta.

- (A) Não havendo termo prefixo, nem se cuidando de obrigação positiva e líquida, a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial, decorrente do princípio da *mora ex re* e da aplicação da regra *dies interpellat pro homine*.
- (B) O inadimplemento de obrigação positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor, nos casos de *mora ex persona*.
- (C) Nas vendas a crédito com reserva de domínio, com cláusula resolutória expressa e termo prefixo de vencimento das parcelas correspondentes ao preço, o não pagamento de qualquer delas, na data e local estabelecidos no contrato, torna exigível a constituição em mora do devedor, através de interpelação judicial ou protesto, para ensejar procedimento judicial relativo ao *pactum reservati dominii*.
- (D) Não há, no ordenamento jurídico pátrio, válida constituição em mora do devedor, senão através de interpelação judicial ou da citação no âmbito do contencioso.

65.Relativamente a direitos reais, assinale a alternativa correta.

- (A) No caso do penhor agrícola e do penhor industrial, os bens empenhados terão a posse direta passada ao credor pignoratício, mas o penhor só se consolida uma vez levado ao Registro de Imóveis.
- (B) A posse de boa-fé constitui direito real, a fim de garantir a prescrição aquisitiva, isto é, o usucapião, após o decurso do tempo exigível na lei civil.
- (C) O usufruto pode recair sobre bens móveis e imóveis, mas em qualquer caso é necessário o Registro Imobiliário para a sua constituição e validade *erga omnes*.
- (D) Nas servidões de trânsito, havendo objeção do prédio serviente, é admissível a proteção possessória em prol do prédio dominante, ainda quando houver alienação ou divisão deste.

66.Assinale a alternativa correta a respeito de compromisso de compra e venda de imóvel, sem cláusula de arrependimento e com cláusula resolutória expressa de que o não pagamento de três prestações consecutivas do preço, nas datas e locais convencionados, acarretará a sua rescisão de pleno direito.

- (A) No caso de compromisso devidamente registrado, com cláusula resolutória expressa, considera-se rescindido de pleno direito o contrato após o decurso de 15 (quinze) dias do prazo do vencimento da última parcela, sem a purgação da mora pelo devedor.
- (B) A resolução do contrato, na hipótese descrita nesta questão, ocorre de pleno direito, independentemente de interpelação, notificação ou protesto, salvo apenas a exigência da citação na ação judicial de reintegração na posse do imóvel.

- (C) É indispensável, nos contratos com cláusula resolutiva expressa e não registrados, a interpelação prévia do promissário comprador, para fins de constituição em mora.
- (D) No caso de compromisso não registrado, mesmo com cláusula resolutória expressa, a constituição em mora do promissário comprador somente se configura validamente, com a sua citação regular para a ação de rescisão do contrato.

67. Sobre condomínio geral e edilício, assinale a resposta correta.

- (A) No condomínio edilício, os débitos contraídos por este, perante fornecedores e terceiros, consideram-se obrigação solidária, respondendo todos e cada qual dos condôminos pelo pagamento integral, ressalvado o direito regressivo, se a dívida foi ajuizada apenas em face de um ou alguns condôminos.
- (B) No condomínio indiviso pode o condômino, em nome próprio, mover ação judicial em defesa da propriedade comum, salvo contra outro condômino, hipótese em que será necessária a presença de todos os demais condôminos no pólo ativo, por si ou legalmente representados, em face da posição de igualdade entre todos os co-proprietários.
- (C) No condomínio edilício, cada condômino tem legitimidade concorrente para, em nome próprio, atuar em Juízo ou extrajudicialmente, contra terceiros, na defesa do condomínio.
- (D) No condomínio indiviso, é cabível a ação de usucapião extraordinário de um condômino em face dos demais, quando tem ele a posse integral do imóvel, sem oposição nem contestação, por tempo superior a 20 (vinte) anos.

68. Sobre a invalidade do casamento, assinale a resposta correta.

- (A) O prazo para propositura da ação de anulação do casamento, por erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge, é de decadência e opera-se em 02 (dois) anos.
- (B) A anulabilidade do casamento, por procuração, com mandato revogado ou invalidado pelo mandante, desconhecida pelo mandatário e pelo outro cônjuge, convalidar-se-á se houver coabitação ou se a ação não for movida em 180 (cento e oitenta) dias pelo mandante.
- (C) A sentença que decreta a nulidade do casamento retroage, para todos e quaisquer fins e efeitos, à data da sua celebração.
- (D) O cônjuge coacto ou que foi induzido em erro, uma vez ciente do vício, aquiescendo à coabitação, convalida o ato, não mais podendo alegar outra hipótese de erro essencial ignorado antes do casamento.

69. Sobre filiação, regime de bens no casamento e poder familiar, pode-se afirmar que

- (A) é imprescritível, mas também exclusiva do marido, a ação para contestar a paternidade dos filhos de sua mulher, na constância do casamento; no caso de impugná-la, seus herdeiros poderão prosseguir; mas se não o fizer em vida, subsistirá a presunção da paternidade sem que possa ser impugnada ou contestada por qualquer interessado de sua parte.
- (B) o casamento pelo regime da comunhão universal importa na comunicação de todos os bens e dívidas passivas dos cônjuges, havidos por qualquer deles e a qualquer título, antes e durante o casamento, exigindo-se, porém, o pacto antenupcial.
- (C) o pacto antenupcial é obrigatório nos regimes de separação total, da comunhão universal e no regime de ratificação final dos aqüestos, podendo ser levado a efeito por instrumento público ou particular, neste último caso, com sua transcrição no processo de habilitação de casamento, mas levado a registro, em ambas as hipóteses, obrigatoriamente, no Registro de Imóveis.
- (D) o poder familiar é exercido conjuntamente pelo pai e pela mãe, admitida a renúncia a ele por qualquer dos cônjuges em favor do outro consorte, quando a convivência entre os pais ou entre um destes e o filho se torne insuportável.

70. Sobre a sucessão em união estável, assinale a resposta correta.

- (A) Na união estável, nos termos do Código Civil, o companheiro supérstite não participa da sucessão do companheiro falecido, relativamente aos bens por este adquiridos a título gratuito ou próprios e exclusivos seus, quer deixando ou não deixando parentes sucessíveis.
- (B) O companheiro supérstite, que concorre na sucessão legítima do companheiro falecido, relativamente aos bens adquiridos pelo esforço comum durante a união estável, terá direito à metade da herança, além da sua própria meação, se os parentes sucessíveis deixados pelo falecido estiverem na linha colateral por consangüinidade e afinidade.
- (C) O companheiro supérstite que concorre com descendentes exclusivos do companheiro falecido, em qualquer hipótese e em quaisquer bens, terá direito a uma quota equivalente à que for atribuída àqueles.
- (D) Na sucessão testamentária, o companheiro falecido, deixando herdeiros colaterais, não poderá dispor além da metade dos seus bens exclusivos em favor do companheiro supérstite.

71. Sobre a sucessão legítima e a ordem da vocação hereditária, assinale a resposta correta.

- (A) Quando o cônjuge supérstite concorre à herança com ascendentes do falecido, cabe-lhe a metade da herança, mas se concorrer com um só

ascendente ou estiver no segundo grau na linha ascendente de parentesco, cabem-lhe 2/3 (dois terços) da herança.

- (B) O cônjuge supérstite concorre à herança com os descendentes do *de cuius*, salvo se o casamento se deu pelo regime da separação total de bens; ou, se o foi pelo regime da comunhão parcial, o cônjuge falecido não houver deixado bens particulares seus.
- (C) O cônjuge supérstite, quando concorre à herança com descendentes do *de cuius*, terá direito a quinhão hereditário correspondente a 50% (cinquenta por cento) do quinhão dos descendentes que sucederem por cabeça; a 1/4 (um quarto) da herança, quando a sucessão dos descendentes se der por stirpe.
- (D) O cônjuge supérstite, qualquer que seja o regime do casamento, concorre à herança com os ascendentes do *de cuius*.

72. Sobre sucessão testamentária, assinale a resposta correta.

- (A) Em testamento, pode o testador dispor livremente de seus bens, dentro da quota do disponível e respeitada a legítima dos herdeiros necessários; mas, se a disposição testamentária extravasar, em valores ou bens, a quota do disponível, e alcançar a legítima dos herdeiros necessários, nulo será o testamento.
- (B) O legado de usufruto, sem fixação de tempo, entende-se vitalício para o legatário; mas, se ele falecer antes do testador, caducará o legado, sem que os herdeiros dele, legatário, possam sucedê-lo, recolhendo o legado por representação a qualquer título.
- (C) A pena cominada por sonegados, em que o herdeiro sonega bens da herança, não os descrevendo no inventário quando estejam em seu poder, ou omitindo-os à colação a que estiver obrigado a levá-los, é da perda, pelo herdeiro que assim proceder, da metade do seu quinhão hereditário, que lhe será aplicada, antes da partilha, nos próprios autos do inventário.
- (D) As doações em vida, como antecipação da legítima a algum herdeiro necessário, estão sujeitas à colação, a fim de igualar as legítimas dos herdeiros, só podendo ser dispensada em testamento e desde que expressamente assim disposto pelo testador.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

73. Sobre denunciação da lide, assinale a alternativa correta.

- (A) No processo de execução, a denunciação da lide só pode ser suscitada nos embargos do devedor se o processo de conhecimento correu à revelia do réu e não houve nomeação de curador à lide a seu favor.
- (B) Não é obrigatória para assegurar o direito regressivo no mesmo processo, porque o direito de regresso está assegurado na lei ou no contrato e as normas de direito material, bem como o negócio jurídico

perfeito, não são alcançados por normas do processo civil, que são independentes daquela de natureza material.

- (C) É obrigatória para assegurar o direito regressivo no mesmo processo, em favor do perdedor da demanda, quando o direito de regresso estiver assegurado na lei ou no contrato.
- (D) É admissível, em face da União Federal, quando a ação de indenização decorre de acidente de trânsito provocado por veículo oficial licenciado pelo Departamento de Trânsito Estadual e o veículo esteja a serviço de Empresa Pública Federal localizada na capital do Estado.

74. Em relação ao chamamento ao processo, assinale a alternativa correta.

- (A) É admissível, no processo de execução, nos casos de solidariedade passiva e a dívida for exigida de um só dos devedores solidários.
- (B) No processo de execução, somente é admissível nos embargos do devedor quando este for executado na condição de fiador do devedor principal.
- (C) Só é admissível, no processo de execução, nos embargos do devedor e se a execução versar sobre cambial ou título executivo extrajudicial.
- (D) Não é admissível no processo de execução.

75. Na modificação da competência por conexão ou continência, pode-se afirmar que

- (A) a conexão e a continência serão sempre admitidas, com a reunião dos processos para decisões simultâneas pelo Juízo prevento, quando entre as ações ocorra tríplice identidade: partes, pedido e causa de pedir.
- (B) o reconhecimento da conexão pelo objeto ou pela causa de pedir, sendo de ordem pública, constitui imperativo legal, irrecusável e indeclinável; impõe-se, por isso, a reunião dos processos para julgamentos conjuntos pelo Juízo prevento, evitando-se assim decisões eventualmente conflitantes, sendo irrelevante a circunstância de uma das ações inserir-se na competência da Justiça Federal e a outra, na competência da Justiça Estadual, pois o princípio maior que a conexão visa resguardar é o da dignidade da Justiça, que seria desrespeitada no caso de decisões conflitantes.
- (C) a conexão entre duas ações, pelo objeto ou pela causa de pedir, conquanto se trate de matéria de ordem pública, não ensejará a reunião dos processos para julgamentos conjuntos pelo Juízo prevento, a fim de evitar decisões conflitantes, no caso de uma delas ser de competência da Justiça Federal e a outra, da Justiça Estadual, porquanto a competência absoluta (material ou funcional ou em razão da pessoa) não pode ser modificada pela conexão.

- (D) a conexão pode ser alegada a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição, impondo-se a reunião dos processos mesmo que uma das ações já tenha sido julgada, pendendo recurso no segundo grau.

76.Relativamente ao litisconsórcio, assinale a alternativa correta.

- (A) No litisconsórcio em que os direitos ou as obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato ou de direito, a participação de todos os litisconsortes ativos, tal como a citação de todos os litisconsortes passivos, são indispensáveis, sob pena de ineficácia da sentença de mérito.
- (B) No litisconsórcio passivo necessário, a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo, salvo no litisconsórcio unitário, em que a presença de um dos litisconsortes dispensa a dos demais.
- (C) No litisconsórcio unitário, o recurso adesivo interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita.
- (D) No litisconsórcio decorrente de afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito, assim como naquele em que entre as causas houver conexão pelo objeto ou pela causa de pedir, a não inclusão de qualquer litisconsorte, no pólo passivo ou no pólo ativo, leva à extinção do processo, porque a lide haverá de ser decidida uniformemente em relação a todos.

77.Sobre alteração voluntária das partes, do pedido ou da causa de pedir, no curso do processo, assinale a alternativa correta.

- (A) Proposta a ação, não é admissível a alteração voluntária das partes, salvo no caso de alienação da coisa ou do direito sobre os quais incida o litígio, face ao princípio da estabilidade da relação processual e da garantia do devido processo legal em relação a todos os integrantes deste.
- (B) O pedido e a causa de pedir são inalteráveis, mesmo com o consentimento do réu, após o saneamento do processo.
- (C) A alteração no pólo ativo ou passivo não é admissível, salvo com a concordância de ambas as partes, no caso de alienação da coisa ou do direito sobre o qual incide o litígio, por instrumento público, devidamente registrado no Registro Imobiliário, em se tratando de imóvel; ou no Departamento de Trânsito, cuidando-se de veículo, sem que tenha sido tal alienação objeto de impugnação judicial ou extrajudicial.
- (D) A alteração do pedido e o pleito de declaração incidente são sempre admissíveis em qualquer fase do processo de conhecimento, desde que feita nova citação do réu, não sendo esta necessária no caso de revelia.

78.No que se refere à extinção do processo, sem julgamento de mérito, com base no art. 267 e incisos do CPC, assinale a alternativa correta.

- (A) Rejeitada preliminar de carência da ação (por ilegitimidade de parte, falta de interesse processual ou impossibilidade jurídica do pedido), sem interposição de recurso, poderá o juiz, na sentença, reapreciar a questão e acolher a carência da ação, porque nesse caso não se dá a preclusão *pró-judicata*.
- (B) Rejeitada preliminar de carência da ação, por ausência de qualquer das condições da ação, é indispensável a interposição de recurso, sob pena de preclusão consumativa para as partes e para o órgão jurisdicional respectivo.
- (C) A paralisação do processo de inventário por mais de 1 (um) ano, mesmo após regular intimação do inventariante, herdeiros e outros eventuais interessados, sem dar o devido andamento, acarreta a sua extinção, sem qualquer exame de mérito da sucessão propriamente, com a ressalva da instauração de outro, sob pena de perenização dos processos em Juízo, o que contraria, no caso de inventário, o disposto no art. 983 do CPC: *O inventário e a partilha devem ser requeridos dentro de 30 (trinta) dias a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 06 (seis) meses subseqüentes.*
- (D) A parte que, por duas vezes, deu causa à extinção do processo por abandono e falta de andamento por mais de 30 (trinta) dias, não poderá mover outra ação, com base na mesma causa de pedir, pelo princípio da perempção.

79. Em relação à ação de alimentos com base na Lei n.º 5.478/68, assinale a alternativa correta na hipótese em que o autor-alimentando, devidamente intimado, não comparece à audiência de conciliação, instrução e julgamento.

- (A) Acarreta a extinção do processo sem julgamento do mérito, com base no art. 267 do CPC, aplicável a todos os processos e procedimentos judiciais.
- (B) Acarreta arquivamento do pedido sem a sua extinção.
- (C) Prosseguir-se-á na audiência, com representação dos alimentandos menores de idade ou incapazes, pelo Ministério Público.
- (D) Prosseguir-se-á na audiência, com aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato, em relação aos alimentandos maiores e capazes, se houver requerimento do alimentante de depoimento pessoal do alimentando.

80. Na ação de alimentos, com fundamento na Lei n.º 5.478/68, na hipótese de prévia fixação de alimentos provisórios, assinale a alternativa correta.

- (A) Julgada improcedente a ação de alimentos, os alimentos provisórios ficam suspensos, porque o recurso nesse caso será recebido em ambos os efeitos, suspensivo e devolutivo.

- (B) Julgada improcedente a ação, cessam de pleno direito os alimentos provisórios, com base no art. 808, inciso III, do CPC, *verbis*: *Cessa a eficácia da medida cautelar: se o juiz declarar extinto o processo principal, com ou sem julgamento do mérito.*
- (C) Julgada parcialmente procedente a ação, com fixação de alimentos definitivos em quantia inferior àquela fixada para os alimentos provisórios, o recurso interposto contra a sentença será recebido no efeito devolutivo, cuja execução provisória incidirá sobre a quantia correspondente aos alimentos definitivos, nos termos do art. 808, inciso III, do CPC.
- (D) Julgada improcedente a ação, os alimentos provisórios são devidos até que a decisão final se torne definitiva.

81.Relativamente à ação de nunciação de obra nova, assinale a resposta correta.

- (A) A ação de nunciação de obra nova, não cumulada com a ação demolitória, mesmo julgada procedente, não enseja a demolição da edificação, na parte irregular, mas tão-somente a indenização pecuniária.
- (B) O embargo judicial ou extrajudicial, na ação de nunciação de obra nova, insere-se num pressuposto processual, quer da ação de nunciação, quer da ação demolitória, somente podendo ser suprido se houver medida cautelar de produção antecipada de provas.
- (C) Nessa modalidade de ação, estando concluída a edificação da obra nova, não cabe o embargo judicial ou extrajudicial, pelo nunciante prejudicado, em face do nunciado proprietário, porquanto, juridicamente, não é o caso de nunciar.
- (D) A ação de nunciação de obra nova é imprescritível, mas a demolitória prescreve no prazo de 1 (um) ano, enquanto a de indenização, em 20 (vinte) anos.

82.Em relação à citação, assinale a alternativa correta.

- (A) Declarada a absoluta incompetência, daí decorre a nulidade *ex-radice* do processo, renovando-se os atos no Juízo competente, notadamente a citação.
- (B) Na execução por quantia certa, contra devedor solvente, citado o executado por carta precatória, o prazo de 10 (dez) dias para oferecimento de embargos à execução conta-se da juntada da carta precatória ao processo de execução.
- (C) Na citação com hora certa, tornando-se concretamente evidenciado que o réu está se ocultando para não receber a citação, assim informado o oficial de justiça por morador da casa, de pronto o oficial intimará pessoa da família de que voltará no dia seguinte para proceder à citação, a qual se haverá por regular se o citando não se encontrar na hora designada

pelo oficial, desde que o Escrivão lhe remeta, na seqüência, carta ou telegrama ou radiograma dando-lhe de tudo ciência.

(D) A citação pelo correio não é admitida no processo de execução.

83. Transitada em julgado a sentença condenatória e iniciado o processo de execução, ficará este suspenso em face da interposição de embargos do devedor, com alegação de inexigibilidade do título executivo judicial. Rejeitados ou julgados improcedentes os embargos, no entanto, o recurso será recebido no efeito apenas devolutivo, nos termos do art. 520, V, do CPC. Nesse caso, assinale a resposta correta, dentre as alternativas.

(A) A execução será provisória.

(B) A execução prosseguirá na forma definitiva.

(C) A execução ficará suspensa até o julgamento do recurso dos embargos.

(D) O prosseguimento da execução, na pendência do julgamento do recurso dos embargos, dependerá da prestação de caução real ou fidejussória, ou da concessão de tutela antecipada.

84. Relativamente à fraude de execução, assinale a resposta correta.

(A) A alienação de bem em fraude de execução não será declarada nula nem ineficaz, se o executado alienante demonstrar, em Juízo, que o produto da venda do bem foi integralmente utilizado no pagamento de débito alimentar.

(B) A alienação de bem em fraude de execução é nula de pleno direito, podendo ser declarada de ofício pelo juiz, porque o ato é viciado desde a origem e constitui atentado à dignidade da Justiça.

(C) A alienação de bem em fraude de execução não é nula nem anulável, subsistindo seus efeitos entre o alienante e o adquirente.

(D) A alienação de bem em fraude de execução, para ser reconhecida e declarada, requer procedimento judicial próprio e específico, a fim de assegurar as garantias constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal ao adquirente e ao alienante.

85. Em relação a embargos de terceiro, assinale a resposta correta dentre as alternativas.

(A) Aquele que figura como parte no processo, no seu pólo ativo ou passivo, não poderá em hipótese nenhuma opor embargos de terceiro, porque estes são destinados àquele que não figurar como parte no processo e vier de sofrer constrição judicial em bens de sua propriedade ou sua posse legítima.

(B) O cônjuge do devedor executado, uma vez intimado da penhora, torna-se devedor solidário e litisconsorte necessário do executado, cabendo nesse caso a via dos embargos à execução para a defesa de sua meação; ou, após o decurso do prazo para ajuizamento destes, optar pelo direito de remição após a arrematação.

(C) Os embargos de terceiro podem ser opostos pelo proprietário, pelo possuidor, pelo credor com garantia real e pelo detentor quando este detém a coisa em nome de outrem, desde que o façam, no processo de

conhecimento, até o trânsito em julgado da sentença, e, no processo de execução, até 05 (cinco) dias depois da arrematação.

- (D) O cônjuge do devedor executado, mesmo intimado regularmente da penhora, pode opor embargos de terceiro, visando defender sua meação, no processo de execução, até o momento anterior à assinatura da carta de arrematação.

86. Em relação a prazos no processo civil, assinale a resposta correta, dentre as alternativas.

- (A) O processo cível sobrestado por questão prejudicial de natureza criminal permanecerá sobrestado, em qualquer hipótese, até a decisão definitiva na esfera criminal, face à autonomia entre a jurisdição civil e a criminal.
- (B) O prazo para exercício da ação penal, após o sobrestamento do processo cível por questão prejudicial de natureza criminal, é de 6 (seis) meses, prorrogável por mais 6 meses, findos os quais, sem que a ação penal seja exercida, cessará o sobrestamento, decidindo o juiz cível a questão prejudicial.
- (C) O prazo para exercício da ação penal, após o sobrestamento do processo cível por questão prejudicial de natureza criminal, é de 30 (trinta) dias, contados da decisão de sobrestamento, findos os quais, sem que a ação penal seja exercida, cessará o efeito de sobrestamento, decidindo o juiz cível a questão prejudicial.
- (D) Questão de natureza criminal não constitui prejudicial externa no campo do contencioso cível, porque ambas as jurisdições – civil e criminal – são autônomas e independentes uma da outra, não cabendo ao Juízo cível ficar jungido ao criminal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

87. Denegada a apelação no Juízo *a quo*, qual é o recurso cabível a ser interposto pelo apelante frustrado?

- (A) Recurso em sentido estrito.
- (B) Carta testemunhável.
- (C) Correição parcial.
- (D) Agravo de instrumento.

88. Assinale a alternativa que não corresponde, necessariamente, a uma hipótese de continência.

- (A) Concurso formal.
- (B) Concurso material.
- (C) *Aberratio ictus* com duplo resultado.

(D) Concurso de agentes praticantes do mesmo fato delituoso.

89.Praticado crime doloso contra a vida, não sendo conhecido o lugar da infração, como será definida, preferencialmente, a competência jurisdicional?

(A) Regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.

(B) Regular-se-á pela prevenção.

(C) Regular-se-á pelo domicílio ou residência da vítima.

(D) Decorrerá de livre escolha do titular da ação penal.

90.Em ocorrendo concurso formal entre um delito de ação penal pública incondicionada e outro de ação penal de iniciativa exclusivamente privada, como deve ser instaurada a ação penal?

(A) Por denúncia única do Ministério Público.

(B) Por denúncia do Ministério Público, no primeiro caso; e por queixa-crime do particular, no segundo.

(C) Por única queixa-crime do particular.

(D) Por denúncia única do Ministério Público, mas desde que haja representação do ofendido quanto ao segundo delito.

91.Dentre as alternativas relacionadas, assinale aquela que é incorreta, no que se refere ao procedimento penal adotado pela nova Lei de Falências (Lei n.º 11.101/2005) para os crimes nela definidos.

(A) Intimado da sentença que decreta a falência, o representante do Ministério Público, verificando a ocorrência de algum desses crimes, poderá oferecer a denúncia ou requisitar a abertura de inquérito policial.

(B) Esses crimes são de ação penal pública incondicionada, mas admite-se a ação penal privada subsidiária da pública se a denúncia não for oferecida no prazo legal.

(C) Esses crimes são de ação penal pública incondicionada e não se admite a ação penal privada subsidiária da pública, mesmo que a denúncia não seja oferecida no prazo legal.

(D) Compete ao juiz criminal da jurisdição onde tenha sido decretada a falência, concedida a recuperação judicial ou homologado o plano de recuperação extrajudicial, conhecer da ação penal nesses casos.

92.Réu denunciado por homicídio foi pronunciado para ser julgado pelo Tribunal do Júri. Procurado para ser intimado pessoalmente da decisão de pronúncia, não foi encontrado nos endereços que havia nos autos. Nesse caso, qual é o procedimento correto a ser adotado pelo Juiz?

- (A) Se se tratar de defensor constituído, determinar a sua intimação para que apresente o réu a fim de ser intimado da decisão de pronúncia.
- (B) Determinar a expedição de edital para proceder-se à intimação que não pôde ser feita pessoalmente.
- (C) Determinar a intimação do defensor para possibilitar-lhe a interposição do recurso cabível.
- (D) Suspender o andamento do feito até a intimação pessoal do réu.

93. Em ação penal de iniciativa privada, respondendo o querelado por crime contra a honra em que as penas cominadas são de detenção e multa, terminada a inquirição de todas as testemunhas arroladas, o juiz deve

- (A) determinar que as partes ofereçam alegações finais.
- (B) designar audiência de instrução e julgamento.
- (C) sentenciar o feito.
- (D) determinar o cumprimento do art. 499 do Código de Processo Penal.

94. Qual é o prazo para apelação da sentença prolatada nos feitos sujeitos ao rito procedimental da Lei n.º 9.099/95 (Infrações Penais de Menor Potencial Ofensivo)?

- (A) 15 (quinze) dias.
- (B) 05 (cinco) dias.
- (C) 10 (dez) dias.
- (D) 03 (três) dias.

95. Assinale a alternativa correta.

- (A) A prisão temporária só pode ser decretada em se tratando de investigação policial referente à prática de crime hediondo.
- (B) A prisão temporária não pode ser decretada de ofício pelo juiz, uma vez que não há previsão legal para tanto.
- (C) A prisão temporária pode ser decretada pela autoridade policial em regime de urgência e em situações de comprovada necessidade, com ratificação judicial no prazo de 24 horas.
- (D) A prisão temporária de réu denunciado por crime hediondo pode ser decretada pelo juiz em qualquer fase da ação penal.

96. Assinale a alternativa que corresponde somente aos recursos privativos da defesa em matéria penal.

- (A) Protesto por novo júri e embargos infringentes e de nulidade.
- (B) Desaforamento e protesto por novo júri.
- (C) Agravo e embargos infringentes e de nulidade.

(D) Correição parcial e desaforamento.

97. Processado por infração do art. 16 da Lei n.º 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), sob acusação de manter sob sua guarda arma de fogo de uso proibido sem autorização legal ou regulamentar, certo trabalhador rural foi, ao final, absolvido por falta de provas e, com o trânsito em julgado da sentença, requereu a restituição da arma apreendida, alegando que já não mais interessava ao processo. Qual deve ser, nessa hipótese, a decisão judicial?

(A) Deferimento do pedido de restituição por haver sido decretada a absolvição.

(B) Indeferimento da pretendida restituição da arma, por se tratar de instrumento de uso proibido aos particulares.

(C) Deferimento do pedido, mas condicionada a restituição à regularização do registro da arma apreendida, perante a autoridade competente.

(D) Indeferimento da pretendida restituição da arma porque a absolvição foi decretada por falta de provas.

98. Tício foi denunciado como incurso no art. 180, § 3.º, do Código Penal (receptação culposa), a denúncia foi regularmente recebida e o feito correu normalmente até que, nas alegações finais, o titular da ação penal, entendendo procedente a denúncia, sustentou, todavia, tratar-se de receptação dolosa, pelo que pediu a condenação do réu por infração do art. 180, *caput*, do mesmo Código. Recebendo os autos para sentença, e entendendo, em tese, viável essa pretensão em consequência de prova existente nos autos, como deverá proceder o juiz?

(A) Sentenciará desde logo o feito, impondo condenação por receptação dolosa, com apoio no art. 383, do Código de Processo Penal.

(B) Determinará a abertura de vista à defesa para manifestação e eventual produção de prova testemunhal, nos termos do art. 384, *caput*, do Código de Processo Penal.

(C) Baixará o processo para que o Ministério Público adite a denúncia, com subsequente abertura de vista à defesa, na forma do art. 384, parágrafo único, do Código de Processo Penal.

(D) Sentenciará desde logo o feito, decretando a absolvição por falta de prova da acusação descrita na denúncia (art. 386, inciso VI, do Código de Processo Penal).

99. Assinale a alternativa correta.

(A) O seqüestro de bens imóveis adquiridos com os proventos da infração só pode ser ordenado pelo juiz a pedido da vítima.

(B) O seqüestro de bens imóveis adquiridos com os proventos da infração só pode ser ordenado pelo juiz depois de instaurada a ação penal e atendendo a requerimento do Ministério Público.

- (C) O seqüestro de bens imóveis adquiridos com os proventos da infração não pode ser ordenado pelo juiz atendendo à representação da autoridade policial no curso do inquérito.
- (D) O seqüestro de bens imóveis adquiridos com os proventos da infração pode ser ordenado de ofício pelo juiz em qualquer fase da ação penal e até mesmo antes de oferecida a denúncia.

100. É correto afirmar que a sentença de pronúncia é decisão interlocutória

- (A) mista não terminativa.
- (B) mista terminativa.
- (C) simples não terminativa.
- (D) simples terminativa.

GABARITO - VERSÃO 3

1 - D	2 - C	3 - B	4 - A	5 - B	6 - C	7 - D	8 - B	9 - A	10 - C
11 - D	12 - B	13 - D	14 - C	15 - A	16 - D	17 - A	18 - C	19 - C	20 - A
21 - B	22 - D	23 - A	24 - A	25 - B	26 - D	27 - C	28 - A	29 - C	30 - B
31 - D	32 - D	33 - C	34 - B	35 - A	36 - B	37 - D	38 - C	39 - C	40 - B
41 - A	42 - D	43 - A	44 - D	45 - A	46 - D	47 - C	48 - B	49 - C	50 - D
51 - B	52 - A	53 - C	54 - B	55 - D	56 - A	57 - D	58 - C	59 - D	60 - C
61 - B	62 - A	63 - B	64 - C	65 - D	66 - C	67 - D	68 - B	69 - A	70 - A
71 - D	72 - B	73 - C	74 - D	75 - C	76 - C	77 - B	78 - A	79 - B	80 - D
81 - C	82 - D	83 - B	84 - C	85 - D	86 - C	87 - A	88 - B	89 - A	90 - B
91 - C	92 - D	93 - D	94 - C	95 - B	96 - A	97 - B	98 - C	99 - D	100 - A

Prova de Seleção – Versão 4

DIREITO TRIBUTÁRIO

- 01.** O tributo cujo fato gerador é sempre ligado a uma atividade estatal, e que deve ser instituído e cobrado pela entidade estatal competente para o desempenho da respectiva atividade, é
- (A) a Taxa.
- (B) a Contribuição de melhoria.
- (C) o Imposto.
- (D) nenhuma das alternativas acima.
- 02.** A Constituição Federal autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a instituírem contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio do regime previdenciário respectivo. Pode-se afirmar que tais contribuições

- (A) sujeitando-se, porém, ao princípio da anterioridade, têm por função suprir, de recursos financeiros, os órgãos ou entidades do Poder Público respectivo com atribuições especificamente previdenciárias.
- (B) não se sujeitam ao princípio da anterioridade e têm por função simplesmente aumentar a receita geral do Poder Público respectivo, sem se vincular a qualquer órgão ou entidade.
- (C) sujeitando-se, porém, ao princípio da anterioridade, têm por função simplesmente aumentar a receita geral do Poder Público respectivo, sem se vincular a qualquer órgão ou entidade do regime previdenciário.
- (D) não se sujeitam ao princípio da anterioridade, e têm por função suprir, de recursos financeiros, os órgãos ou entidades do Poder Público respectivo com atribuições especificamente previdenciárias.

03. Nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, o contribuinte faz o pagamento respectivo com base em apuração feita

- (A) por ele próprio.
- (B) por ele próprio, após confirmada pelo fisco.
- (C) pelo fisco.
- (D) pelo fisco, e aprovada pelo sujeito passivo.

04. A alienação de bens pelo sujeito passivo considera-se (presume-se) fraudulenta se ocorrida depois de inscrito

- (A) o débito como dívida ativa, proposta a ação de execução e citado o sujeito passivo executado.
- (B) o débito como dívida ativa e já proposta a ação de execução.
- (C) o débito tributário como dívida ativa.
- (D) o débito tributário, e mesmo que o devedor haja reservado bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida.

05. Extinta a pessoa jurídica de direito privado, um dos sócios deu continuidade à mesma atividade, no mesmo local, por meio de outra razão social. Nesse caso, pode-se afirmar que

- (A) inexistente responsabilidade da nova sociedade, pois a atividade é continuada pelo sócio sob outra razão social.
- (B) a nova sociedade criada pelo sócio remanescente apenas responde por metade dos tributos devidos pela sociedade extinta.
- (C) a sociedade constituída pelo sócio remanescente é responsável pelos tributos devidos pela sociedade extinta, independentemente de sua razão social.
- (D) a nova sociedade é responsável pela totalidade dos tributos devidos pela extinta, desde que já tenham sido lançados.

06. Quando a lei autoriza a autoridade administrativa a conceder, por decisão fundamentada, a dispensa do crédito tributário, beneficiando o sujeito passivo, diz-se que ocorreu

- (A) remissão.
- (B) anistia.
- (C) compensação.
- (D) transação.

07. O princípio da não-cumulatividade é um atributo do

- (A) imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativo a títulos ou valores mobiliários.
- (B) imposto sobre produto industrializado e imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços.
- (C) imposto sobre veículos automotores e do imposto sobre serviços de qualquer natureza.
- (D) imposto sobre propriedade territorial rural e do imposto sobre propriedade territorial urbana.

08. O princípio da imunidade recíproca não beneficia, em regra,

- (A) as autarquias e fundações mantidas pelo Poder Público.
- (B) a União, Estados e Distrito Federal.
- (C) os Municípios.
- (D) os concessionários de serviços públicos, nem as empresas públicas e sociedades de economia mista.

09. São espécies do gênero tributo, previstas na Constituição Federal:

- (A) impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições sociais.
- (B) impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- (C) impostos, taxas e empréstimos compulsórios.
- (D) impostos, taxas e contribuições sociais.

10. Base de cálculo do IPTU – Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – é o valor

- (A) venal do imóvel.
- (B) de mercado do bem.
- (C) histórico.

(D) histórico corrigido monetariamente.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

11. Denegada a apelação no Juízo *a quo*, qual é o recurso cabível a ser interposto pelo apelante frustrado?
- (A) Recurso em sentido estrito.
 - (B) Carta testemunhável.
 - (C) Correição parcial.
 - (D) Agravo de instrumento.
12. Assinale a alternativa que não corresponde, necessariamente, a uma hipótese de continência.
- (A) Concurso formal.
 - (B) Concurso material.
 - (C) *Aberratio ictus* com duplo resultado.
 - (D) Concurso de agentes praticantes do mesmo fato delituoso.
13. Praticado crime doloso contra a vida, não sendo conhecido o lugar da infração, como será definida, preferencialmente, a competência jurisdicional?
- (A) Regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.
 - (B) Regular-se-á pela prevenção.
 - (C) Regular-se-á pelo domicílio ou residência da vítima.
 - (D) Decorrerá de livre escolha do titular da ação penal.
14. Em ocorrendo concurso formal entre um delito de ação penal pública incondicionada e outro de ação penal de iniciativa exclusivamente privada, como deve ser instaurada a ação penal?
- (A) Por denúncia única do Ministério Público.
 - (B) Por denúncia do Ministério Público, no primeiro caso; e por queixa-crime do particular, no segundo.
 - (C) Por única queixa-crime do particular.
 - (D) Por denúncia única do Ministério Público, mas desde que haja representação do ofendido quanto ao segundo delito.

15. Dentre as alternativas relacionadas, assinale aquela que é incorreta, no que se refere ao procedimento penal adotado pela nova Lei de Falências (Lei n.º 11.101/2005) para os crimes nela definidos.

- (A) Intimado da sentença que decreta a falência, o representante do Ministério Público, verificando a ocorrência de algum desses crimes, poderá oferecer a denúncia ou requisitar a abertura de inquérito policial.
- (B) Esses crimes são de ação penal pública incondicionada, mas admite-se a ação penal privada subsidiária da pública se a denúncia não for oferecida no prazo legal.
- (C) Esses crimes são de ação penal pública incondicionada e não se admite a ação penal privada subsidiária da pública, mesmo que a denúncia não seja oferecida no prazo legal.
- (D) Compete ao juiz criminal da jurisdição onde tenha sido decretada a falência, concedida a recuperação judicial ou homologado o plano de recuperação extrajudicial, conhecer da ação penal nesses casos.

16. Réu denunciado por homicídio foi pronunciado para ser julgado pelo Tribunal do Júri. Procurado para ser intimado pessoalmente da decisão de pronúncia, não foi encontrado nos endereços que havia nos autos. Nesse caso, qual é o procedimento correto a ser adotado pelo Juiz?

- (A) Se se tratar de defensor constituído, determinar a sua intimação para que apresente o réu a fim de ser intimado da decisão de pronúncia.
- (B) Determinar a expedição de edital para proceder-se à intimação que não pôde ser feita pessoalmente.
- (C) Determinar a intimação do defensor para possibilitar-lhe a interposição do recurso cabível.
- (D) Suspender o andamento do feito até a intimação pessoal do réu.

17. Em ação penal de iniciativa privada, respondendo o querelado por crime contra a honra em que as penas cominadas são de detenção e multa, terminada a inquirição de todas as testemunhas arroladas, o juiz deve

- (A) determinar que as partes ofereçam alegações finais.
- (B) designar audiência de instrução e julgamento.
- (C) sentenciar o feito.
- (D) determinar o cumprimento do art. 499 do Código de Processo Penal.

18. Qual é o prazo para apelação da sentença prolatada nos feitos sujeitos ao rito procedimental da Lei n.º 9.099/95 (Infrações Penais de Menor Potencial Ofensivo)?

- (A) 15 (quinze) dias.

- (B) 05 (cinco) dias.
- (C) 10 (dez) dias.
- (D) 03 (três) dias.

19. Assinale a alternativa correta.

- (A) A prisão temporária só pode ser decretada em se tratando de investigação policial referente à prática de crime hediondo.
- (B) A prisão temporária não pode ser decretada de ofício pelo juiz, uma vez que não há previsão legal para tanto.
- (C) A prisão temporária pode ser decretada pela autoridade policial em regime de urgência e em situações de comprovada necessidade, com ratificação judicial no prazo de 24 horas.
- (D) A prisão temporária de réu denunciado por crime hediondo pode ser decretada pelo juiz em qualquer fase da ação penal.

20. Assinale a alternativa que corresponde somente aos recursos privativos da defesa em matéria penal.

- (A) Protesto por novo júri e embargos infringentes e de nulidade.
- (B) Desaforamento e protesto por novo júri.
- (C) Agravo e embargos infringentes e de nulidade.
- (D) Correição parcial e desaforamento.

21. Processado por infração do art. 16 da Lei n.º 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), sob acusação de manter sob sua guarda arma de fogo de uso proibido sem autorização legal ou regulamentar, certo trabalhador rural foi, ao final, absolvido por falta de provas e, com o trânsito em julgado da sentença, requereu a restituição da arma apreendida, alegando que já não mais interessava ao processo. Qual deve ser, nessa hipótese, a decisão judicial?

- (A) Deferimento do pedido de restituição por haver sido decretada a absolvição.
- (B) Indeferimento da pretendida restituição da arma, por se tratar de instrumento de uso proibido aos particulares.
- (C) Deferimento do pedido, mas condicionada a restituição à regularização do registro da arma apreendida, perante a autoridade competente.
- (D) Indeferimento da pretendida restituição da arma porque a absolvição foi decretada por falta de provas.

22. Tício foi denunciado como incurso no art. 180, § 3.º, do Código Penal (receptação culposa), a denúncia foi regularmente recebida e o feito correu normalmente até que, nas alegações finais, o titular da ação penal, entendendo procedente a denúncia, sustentou, todavia, tratar-se de receptação dolosa, pelo que pediu a condenação do réu por infração do art. 180, *caput*, do mesmo Código. Recebendo os autos para sentença, e entendendo, em tese, viável essa pretensão em consequência de prova existente nos autos, como deverá proceder o juiz?

- (A) Sentenciará desde logo o feito, impondo condenação por receptação dolosa, com apoio no art. 383, do Código de Processo Penal.
- (B) Determinará a abertura de vista à defesa para manifestação e eventual produção de prova testemunhal, nos termos do art. 384, *caput*, do Código de Processo Penal.
- (C) Baixará o processo para que o Ministério Público adite a denúncia, com subsequente abertura de vista à defesa, na forma do art. 384, parágrafo único, do Código de Processo Penal.
- (D) Sentenciará desde logo o feito, decretando a absolvição por falta de prova da acusação descrita na denúncia (art. 386, inciso VI, do Código de Processo Penal).

23. Assinale a alternativa correta.

- (A) O seqüestro de bens imóveis adquiridos com os proventos da infração só pode ser ordenado pelo juiz a pedido da vítima.
- (B) O seqüestro de bens imóveis adquiridos com os proventos da infração só pode ser ordenado pelo juiz depois de instaurada a ação penal e atendendo a requerimento do Ministério Público.
- (C) O seqüestro de bens imóveis adquiridos com os proventos da infração não pode ser ordenado pelo juiz atendendo à representação da autoridade policial no curso do inquérito.
- (D) O seqüestro de bens imóveis adquiridos com os proventos da infração pode ser ordenado de ofício pelo juiz em qualquer fase da ação penal e até mesmo antes de oferecida a denúncia.

24. É correto afirmar que a sentença de pronúncia é decisão interlocutória

- (A) mista não terminativa.
- (B) mista terminativa.
- (C) simples não terminativa.
- (D) simples terminativa.

25. Quanto ao cheque, é correto afirmar que

- (A) nele lançadas, em algarismos e por extenso, indicações distintas de quantias para pagamento, prevalecerá a primeira.
- (B) indicada a quantia mais de uma vez, quer por extenso, quer por algarismos, prevalecerá, no caso de divergência, a indicação da menor quantia.
- (C) prescreve em 12 meses, contados da expiração do prazo de apresentação, a execução do cheque pelo portador contra o emitente e seu avalista.
- (D) aquele pagável a pessoa nomeada é transmissível por via de endosso apenas quando contiver cláusula expressa à *ordem*.

26. A Lei Federal n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005,

- (A) inovou ao ditar que a decretação da falência das concessionárias de serviços públicos não implica a extinção da concessão, na forma da lei.
- (B) quanto à existência de pedido de concordata anterior à sua vigência, obsta o pedido de recuperação judicial pelo devedor que não houver descumprido obrigação no âmbito da concordata.
- (C) não se aplica a instituição financeira pública, consórcio, cooperativa de crédito e sociedade de economia mista.
- (D) aplica-se a sociedade operadora de plano de assistência à saúde.

27. Quanto à recuperação judicial prevista na Lei Federal n.º 11.101, de 2005,

- (A) ocorrendo objeção de menos de um terço deles ao plano de recuperação judicial, o juiz não convocará a assembléia geral de credores.
- (B) a respectiva petição inicial será obrigatoriamente instruída com a relação dos bens particulares de todos os sócios.
- (C) deferindo-lhe o processamento, no mesmo ato o juiz determinará ao devedor que apresente contas demonstrativas trimestrais, até a apresentação do plano de recuperação judicial.
- (D) constituem-se em seus meios, dentre outros, a redução salarial mediante acordo ou convenção coletiva e o trespasse de estabelecimento.

28. No Código de Proteção e Defesa do Consumidor, quanto à responsabilidade pelo fato do produto e do serviço,

- (A) o fabricante, o produtor, o construtor, o importador e os profissionais liberais responderão, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores pelos defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, ou de acondicionamento de seus produtos, ou por defeitos na prestação de serviços.

- (B) o comerciante é responsável, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores, por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção ou acondicionamento dos produtos que comercializa, quando o fabricante, o produtor, o construtor ou o importador não puderem ser identificados.
- (C) ocorrendo defeito no serviço prestado, o fornecedor dos serviços será responsabilizado, mesmo se provar a culpa exclusiva de terceiro.
- (D) independentemente da existência de culpa, o fornecedor de serviços responde pela apresentação de informações insuficientes ou inadequadas, mesmo inexistindo danos aos consumidores.

29. Na sociedade limitada,

- (A) todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- (B) mesmo sem previsão no contrato social, aplicam-se supletivamente as normas referentes às sociedades anônimas.
- (C) a administração deverá ser exercida por sócio, designado no contrato social ou em ato separado.
- (D) sempre que o número de sócios for igual ou superior a oito, as deliberações sociais deverão ser obrigatoriamente tomadas em assembléia convocada pelos administradores.

30. Quanto à patenteabilidade, é correto afirmar que

- (A) são patenteáveis as técnicas e os métodos operatórios ou cirúrgicos, bem como métodos terapêuticos ou de diagnóstico para aplicação no corpo humano ou animal.
- (B) são patenteáveis como invenção, mas não como modelo de utilidade, as descobertas relevantes, as teorias científicas, os métodos matemáticos e as concepções concretas.
- (C) como modelo de utilidade, é patenteável o objeto de uso prático, ou parte dele, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação.
- (D) são patenteáveis os materiais biológicos encontrados na natureza, ainda que dela isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural.

31. No mútuo de dinheiro, quando não expressamente convencionado, o seu prazo será:

- (A) aquele que for fixado em decreto legislativo previamente submetido ao Banco Central.
- (B) aquele que o mutuante declarar.
- (C) aquele que for livremente fixado, em resolução, pelo Conselho Monetário Nacional.

- (D) de trinta dias, pelo menos.
- 32.** É requisito essencial da nota promissória, a ser lançado por extenso, no contexto,
- (A) a data de emissão, não se presumindo, na sua falta, ter o portador mandato para inseri-la.
 - (B) a denominação de *nota promissória*, ou termo correspondente na língua em que for emitida.
 - (C) o lugar da emissão, não se presumindo, na sua falta, ter o portador mandato para inseri-lo.
 - (D) a menção ao lugar de pagamento.
- 33.** A abertura de cadastro, ficha, com registro e com dados pessoais e de consumo
- (A) admite vedar ao consumidor cadastrado o acesso às fontes de informação, quando estas forem órgãos públicos.
 - (B) não deverá ser comunicada ao consumidor, mesmo quando não solicitada por ele, quando promovida pelo Banco Central ou por banco de dados da Administração Direta.
 - (C) não poderá conter informações negativas referentes a período superior a dez anos.
 - (D) deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.
- 34.** Segundo a Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, no fornecimento de serviços é nula a cláusula contratual que
- (A) proíba ao fornecedor, se pessoa natural, a opção de não concluir o contrato, embora não obrigando o consumidor.
 - (B) possibilite a renúncia ao direito de indenização por benfeitorias úteis.
 - (C) determine a utilização compulsória da arbitragem.
 - (D) proíba ao fornecedor, se pessoa jurídica, modificar a qualidade do contrato, após a sua celebração.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 35.** Sobre denunciação da lide, assinale a alternativa correta.
- (A) No processo de execução, a denunciação da lide só pode ser suscitada nos embargos do devedor se o processo de conhecimento correu à revelia do réu e não houve nomeação de curador à lide a seu favor.
 - (B) Não é obrigatória para assegurar o direito regressivo no mesmo processo, porque o direito de regresso está assegurado na lei ou no

contrato e as normas de direito material, bem como o negócio jurídico perfeito, não são alcançados por normas do processo civil, que são independentes daquela de natureza material.

- (C) É obrigatória para assegurar o direito regressivo no mesmo processo, em favor do perdedor da demanda, quando o direito de regresso estiver assegurado na lei ou no contrato.
- (D) É admissível, em face da União Federal, quando a ação de indenização decorre de acidente de trânsito provocado por veículo oficial licenciado pelo Departamento de Trânsito Estadual e o veículo esteja a serviço de Empresa Pública Federal localizada na capital do Estado.

36. Em relação ao chamamento ao processo, assinale a alternativa correta.

- (A) É admissível, no processo de execução, nos casos de solidariedade passiva e a dívida for exigida de um só dos devedores solidários.
- (B) No processo de execução, somente é admissível nos embargos do devedor quando este for executado na condição de fiador do devedor principal.
- (C) Só é admissível, no processo de execução, nos embargos do devedor e se a execução versar sobre cambial ou título executivo extrajudicial.
- (D) Não é admissível no processo de execução.

37. Na modificação da competência por conexão ou continência, pode-se afirmar que

- (A) a conexão e a continência serão sempre admitidas, com a reunião dos processos para decisões simultâneas pelo Juízo prevento, quando entre as ações ocorra tríplex identidade: partes, pedido e causa de pedir.
- (B) o reconhecimento da conexão pelo objeto ou pela causa de pedir, sendo de ordem pública, constitui imperativo legal, irrecusável e indeclinável; impõe-se, por isso, a reunião dos processos para julgamentos conjuntos pelo Juízo prevento, evitando-se assim decisões eventualmente conflitantes, sendo irrelevante a circunstância de uma das ações inserir-se na competência da Justiça Federal e a outra, na competência da Justiça Estadual, pois o princípio maior que a conexão visa resguardar é o da dignidade da Justiça, que seria desrespeitada no caso de decisões conflitantes.
- (C) a conexão entre duas ações, pelo objeto ou pela causa de pedir, conquanto se trate de matéria de ordem pública, não ensejará a reunião dos processos para julgamentos conjuntos pelo Juízo prevento, a fim de evitar decisões conflitantes, no caso de uma delas ser de competência da Justiça Federal e a outra, da Justiça Estadual, porquanto a competência absoluta (material ou funcional ou em razão da pessoa) não pode ser modificada pela conexão.

- (D) a conexão pode ser alegada a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição, impondo-se a reunião dos processos mesmo que uma das ações já tenha sido julgada, pendendo recurso no segundo grau.

38.Relativamente ao litisconsórcio, assinale a alternativa correta.

- (A) No litisconsórcio em que os direitos ou as obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato ou de direito, a participação de todos os litisconsortes ativos, tal como a citação de todos os litisconsortes passivos, são indispensáveis, sob pena de ineficácia da sentença de mérito.
- (B) No litisconsórcio passivo necessário, a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo, salvo no litisconsórcio unitário, em que a presença de um dos litisconsortes dispensa a dos demais.
- (C) No litisconsórcio unitário, o recurso adesivo interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita.
- (D) No litisconsórcio decorrente de afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito, assim como naquele em que entre as causas houver conexão pelo objeto ou pela causa de pedir, a não inclusão de qualquer litisconsorte, no pólo passivo ou no pólo ativo, leva à extinção do processo, porque a lide haverá de ser decidida uniformemente em relação a todos.

39.Sobre alteração voluntária das partes, do pedido ou da causa de pedir, no curso do processo, assinale a alternativa correta.

- (A) Proposta a ação, não é admissível a alteração voluntária das partes, salvo no caso de alienação da coisa ou do direito sobre os quais incida o litígio, face ao princípio da estabilidade da relação processual e da garantia do devido processo legal em relação a todos os integrantes deste.
- (B) O pedido e a causa de pedir são inalteráveis, mesmo com o consentimento do réu, após o saneamento do processo.
- (C) A alteração no pólo ativo ou passivo não é admissível, salvo com a concordância de ambas as partes, no caso de alienação da coisa ou do direito sobre o qual incide o litígio, por instrumento público, devidamente registrado no Registro Imobiliário, em se tratando de imóvel; ou no Departamento de Trânsito, cuidando-se de veículo, sem que tenha sido tal alienação objeto de impugnação judicial ou extrajudicial.
- (D) A alteração do pedido e o pleito de declaração incidente são sempre admissíveis em qualquer fase do processo de conhecimento, desde que feita nova citação do réu, não sendo esta necessária no caso de revelia.

40.No que se refere à extinção do processo, sem julgamento de mérito, com base no art. 267 e incisos do CPC, assinale a alternativa correta.

- (A) Rejeitada preliminar de carência da ação (por ilegitimidade de parte, falta de interesse processual ou impossibilidade jurídica do pedido), sem interposição de recurso, poderá o juiz, na sentença, reapreciar a questão e acolher a carência da ação, porque nesse caso não se dá a preclusão *pró-judicata*.
- (B) Rejeitada preliminar de carência da ação, por ausência de qualquer das condições da ação, é indispensável a interposição de recurso, sob pena de preclusão consumativa para as partes e para o órgão jurisdicional respectivo.
- (C) A paralisação do processo de inventário por mais de 1 (um) ano, mesmo após regular intimação do inventariante, herdeiros e outros eventuais interessados, sem dar o devido andamento, acarreta a sua extinção, sem qualquer exame de mérito da sucessão propriamente, com a ressalva da instauração de outro, sob pena de perenização dos processos em Juízo, o que contraria, no caso de inventário, o disposto no art. 983 do CPC: *O inventário e a partilha devem ser requeridos dentro de 30 (trinta) dias a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 06 (seis) meses subseqüentes.*
- (D) A parte que, por duas vezes, deu causa à extinção do processo por abandono e falta de andamento por mais de 30 (trinta) dias, não poderá mover outra ação, com base na mesma causa de pedir, pelo princípio da perempção.

41. Em relação à ação de alimentos com base na Lei n.º 5.478/68, assinale a alternativa correta na hipótese em que o autor-alimentando, devidamente intimado, não comparece à audiência de conciliação, instrução e julgamento.

- (A) Acarreta a extinção do processo sem julgamento do mérito, com base no art. 267 do CPC, aplicável a todos os processos e procedimentos judiciais.
- (B) Acarreta arquivamento do pedido sem a sua extinção.
- (C) Prosseguir-se-á na audiência, com representação dos alimentandos menores de idade ou incapazes, pelo Ministério Público.
- (D) Prosseguir-se-á na audiência, com aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato, em relação aos alimentandos maiores e capazes, se houver requerimento do alimentante de depoimento pessoal do alimentando.

42. Na ação de alimentos, com fundamento na Lei n.º 5.478/68, na hipótese de prévia fixação de alimentos provisórios, assinale a alternativa correta.

- (A) Julgada improcedente a ação de alimentos, os alimentos provisórios ficam suspensos, porque o recurso nesse caso será recebido em ambos os efeitos, suspensivo e devolutivo.

- (B) Julgada improcedente a ação, cessam de pleno direito os alimentos provisórios, com base no art. 808, inciso III, do CPC, *verbis*: *Cessa a eficácia da medida cautelar: se o juiz declarar extinto o processo principal, com ou sem julgamento do mérito.*
- (C) Julgada parcialmente procedente a ação, com fixação de alimentos definitivos em quantia inferior àquela fixada para os alimentos provisórios, o recurso interposto contra a sentença será recebido no efeito devolutivo, cuja execução provisória incidirá sobre a quantia correspondente aos alimentos definitivos, nos termos do art. 808, inciso III, do CPC.
- (D) Julgada improcedente a ação, os alimentos provisórios são devidos até que a decisão final se torne definitiva.

43.Relativamente à ação de nunciação de obra nova, assinale a resposta correta.

- (A) A ação de nunciação de obra nova, não cumulada com a ação demolitória, mesmo julgada procedente, não enseja a demolição da edificação, na parte irregular, mas tão-somente a indenização pecuniária.
- (B) O embargo judicial ou extrajudicial, na ação de nunciação de obra nova, insere-se num pressuposto processual, quer da ação de nunciação, quer da ação demolitória, somente podendo ser suprido se houver medida cautelar de produção antecipada de provas.
- (C) Nessa modalidade de ação, estando concluída a edificação da obra nova, não cabe o embargo judicial ou extrajudicial, pelo nunciante prejudicado, em face do nunciado proprietário, porquanto, juridicamente, não é o caso de nunciar.
- (D) A ação de nunciação de obra nova é imprescritível, mas a demolitória prescreve no prazo de 1 (um) ano, enquanto a de indenização, em 20 (vinte) anos.

44.Em relação à citação, assinale a alternativa correta.

- (A) Declarada a absoluta incompetência, daí decorre a nulidade *ex-radice* do processo, renovando-se os atos no Juízo competente, notadamente a citação.
- (B) Na execução por quantia certa, contra devedor solvente, citado o executado por carta precatória, o prazo de 10 (dez) dias para oferecimento de embargos à execução conta-se da juntada da carta precatória ao processo de execução.
- (C) Na citação com hora certa, tornando-se concretamente evidenciado que o réu está se ocultando para não receber a citação, assim informado o oficial de justiça por morador da casa, de pronto o oficial intimará pessoa da família de que voltará no dia seguinte para proceder à citação, a qual se haverá por regular se o citando não se encontrar na hora designada

pelo oficial, desde que o Escrivão lhe remeta, na seqüência, carta ou telegrama ou radiograma dando-lhe de tudo ciência.

(D) A citação pelo correio não é admitida no processo de execução.

45. Transitada em julgado a sentença condenatória e iniciado o processo de execução, ficará este suspenso em face da interposição de embargos do devedor, com alegação de inexigibilidade do título executivo judicial. Rejeitados ou julgados improcedentes os embargos, no entanto, o recurso será recebido no efeito apenas devolutivo, nos termos do art. 520, V, do CPC. Nesse caso, assinale a resposta correta, dentre as alternativas.

(A) A execução será provisória.

(B) A execução prosseguirá na forma definitiva.

(C) A execução ficará suspensa até o julgamento do recurso dos embargos.

(D) O prosseguimento da execução, na pendência do julgamento do recurso dos embargos, dependerá da prestação de caução real ou fidejussória, ou da concessão de tutela antecipada.

46. Relativamente à fraude de execução, assinale a resposta correta.

(A) A alienação de bem em fraude de execução não será declarada nula nem ineficaz, se o executado alienante demonstrar, em Juízo, que o produto da venda do bem foi integralmente utilizado no pagamento de débito alimentar.

(B) A alienação de bem em fraude de execução é nula de pleno direito, podendo ser declarada de ofício pelo juiz, porque o ato é viciado desde a origem e constitui atentado à dignidade da Justiça.

(C) A alienação de bem em fraude de execução não é nula nem anulável, subsistindo seus efeitos entre o alienante e o adquirente.

(D) A alienação de bem em fraude de execução, para ser reconhecida e declarada, requer procedimento judicial próprio e específico, a fim de assegurar as garantias constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal ao adquirente e ao alienante.

47. Em relação a embargos de terceiro, assinale a resposta correta dentre as alternativas.

(A) Aquele que figura como parte no processo, no seu pólo ativo ou passivo, não poderá em hipótese nenhuma opor embargos de terceiro, porque estes são destinados àquele que não figurar como parte no processo e vier de sofrer constrição judicial em bens de sua propriedade ou sua posse legítima.

(B) O cônjuge do devedor executado, uma vez intimado da penhora, torna-se devedor solidário e litisconsorte necessário do executado, cabendo nesse caso a via dos embargos à execução para a defesa de sua meação; ou, após o decurso do prazo para ajuizamento destes, optar pelo direito de remição após a arrematação.

(C) Os embargos de terceiro podem ser opostos pelo proprietário, pelo possuidor, pelo credor com garantia real e pelo detentor quando este detém a coisa em nome de outrem, desde que o façam, no processo de

conhecimento, até o trânsito em julgado da sentença, e, no processo de execução, até 05 (cinco) dias depois da arrematação.

- (D) O cônjuge do devedor executado, mesmo intimado regularmente da penhora, pode opor embargos de terceiro, visando defender sua meação, no processo de execução, até o momento anterior à assinatura da carta de arrematação.

48. Em relação a prazos no processo civil, assinale a resposta correta, dentre as alternativas.

- (A) O processo cível sobrestado por questão prejudicial de natureza criminal permanecerá sobrestado, em qualquer hipótese, até a decisão definitiva na esfera criminal, face à autonomia entre a jurisdição civil e a criminal.
- (B) O prazo para exercício da ação penal, após o sobrestamento do processo cível por questão prejudicial de natureza criminal, é de 6 (seis) meses, prorrogável por mais 6 meses, findos os quais, sem que a ação penal seja exercida, cessará o sobrestamento, decidindo o juiz cível a questão prejudicial.
- (C) O prazo para exercício da ação penal, após o sobrestamento do processo cível por questão prejudicial de natureza criminal, é de 30 (trinta) dias, contados da decisão de sobrestamento, findos os quais, sem que a ação penal seja exercida, cessará o efeito de sobrestamento, decidindo o juiz cível a questão prejudicial.
- (D) Questão de natureza criminal não constitui prejudicial externa no campo do contencioso cível, porque ambas as jurisdições – civil e criminal – são autônomas e independentes uma da outra, não cabendo ao Juízo cível ficar jungido ao criminal.

LÍNGUA PORTUGUESA

49. Assinale a alternativa que completa corretamente a oração.

Viajamos _____ horas e ainda estamos _____ quilômetros de distância.

- (A) a ... a
- (B) há ... a
- (C) a ... há
- (D) à ... a

50. Analise as sentenças.

- I. O crime porque foi o réu condenado é hediondo.
- II. Vimos, agora, nesta oportunidade, manifestar nosso apoio ao autor.
- III. Condenou o acusado a dois anos ao invés de três.
- IV. Proibido entrada com armas de fogo a tiracolo.

Pode-se afirmar que apenas

- (A) II e IV são corretas.

- (B) I é correta.
- (C) I e IV são corretas.
- (D) II e III são corretas.

CONHECIMENTOS GERAIS

51. *Jus est realis ac personalis proportio homine ad hominem quae servata servat societate corrupta corrumpit* (O Direito é uma proporção real e pessoal de homem para homem que, conservada, conserva a sociedade que corrompida a corrompe.) Trata-se de uma definição de Direito de autoria de

- (A) Suetônio.
- (B) Pitigrilli.
- (C) São Tomás de Aquino.
- (D) Dante Alighieri.

52. Para efeito de cidadania, quem nasce na República da Índia é

- (A) indiano e hindu.
- (B) indiano ou hindu.
- (C) indiano.
- (D) hindu.

DIREITO CIVIL

53. Relativamente à responsabilidade civil por atos jurisdicionais, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas no âmbito penal, poderá o juiz ser responsabilizado civilmente, caso tenha agido dolosa e fraudulentamente.
- (B) A responsabilização pessoal do juiz por danos causados às partes, no exercício de suas funções jurisdicionais, não é admissível em nenhuma hipótese, porque toda decisão judicial seria questionada pelo vencido, visando à responsabilização civil-indenizatória contra o juiz.
- (C) Não há responsabilidade civil estatal por atos judiciais em nenhuma hipótese, pois, sendo a responsabilidade civil do Estado de natureza objetiva, na qual não se discute culpa, a parte que perder a demanda poderia sempre pleitear reparação indenizatória por ineficiência da atividade judiciária, ou negligente desempenho ou má atuação pessoal ou funcional do juiz e dos serviços forenses.
- (D) O juiz responde civilmente pelos danos causados, no exercício de suas funções jurisdicionais, quando agir com dolo ou fraude; o Estado responde nas hipóteses de condenação por erro judiciário ou de prisão além do tempo fixado na sentença.

54.Relativamente à fraude contra credores, assinale a resposta correta.

- (A) A alienação de bem imóvel mediante compromisso de compra e venda não registrado, anteriormente à constituição da dívida pelo promissário vendedor, configura fraude contra credores, porque o compromisso não registrado não presume nem assegura conhecimento da alienação dos bens a terceiros, enquanto a constituição da dívida se deu na suposição de que ele tinha bens para garantir o débito.
- (B) Fiador em contrato de locação que vende seus bens logo após a assinatura do contrato, se vier a ser acionado para responder pelo pagamento de locativos devidos e não pagos pelo locatário, se sujeitará à anulação, por fraude contra credores, da venda de seus bens que o reduziu à insolvência, porque, ao tempo da transmissão, a fiança já havia sido constituída.
- (C) Fiador em contrato de locação que, logo após a assinatura do contrato, faz doação de seus bens aos filhos, não se sujeita à anulação do ato por fraude contra credores, ainda que seja reduzido à insolvência.
- (D) A alienação de bem em fraude contra credores que, sucessivamente, é transmitido pelo adquirente para terceiro e deste para quarto adquirente, rende ensejo à anulação, porque a fraude nesse caso se presume e não é tolerada pelo ordenamento jurídico pátrio.

55.Relativamente a negócio jurídico celebrado com erro do contratado e com dolo do contratante, tendo por objeto escuta telefônica de concorrente comercial, assinale a alternativa correta.

- (A) É anulável se o erro for substancial e o dolo essencial e a escuta telefônica não for de conhecimento da Polícia.
- (B) É negócio jurídico nulo de pleno direito.
- (C) Não é negócio jurídico nulo nem anulável se o dolo é acidental, isto é, com ou sem ele o contrato se realizaria, e se o erro não for substancial.
- (D) O negócio jurídico é válido, porque o dolo e o erro são recíprocos, caso em que um dos contratantes não pode alegar a má-fé do outro, e o objeto do contrato é o que há de mais corriqueiro e diz respeito à livre concorrência assegurada na Constituição.

56.Relativamente ao estado de necessidade, como excludente de ato ilícito, estabelece o art. 188, inciso II e parágrafo único, do Código Civil: *Não constituem atos ilícitos: II – a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente. Parágrafo único. No caso do inciso II, o ato será legítimo somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo.*

Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Se a pessoa lesada ou o dono da coisa não forem culpados do perigo, assiste-lhes-á direito à indenização do prejuízo que sofreram, a despeito

de o causador ter agido em estado de necessidade e constituir este excludente do ato ilícito.

- (B) No caso de dano pessoal ou morte de pessoa, com absolvição criminal definitiva com fundamento no estado de necessidade, ainda que a vítima ou o lesado não sejam culpados pelo perigo, o causador da lesão ou da morte não responde civilmente porque, nesse caso, o fato não constitui ato ilícito.
- (C) No caso do estado de necessidade, porque o fato lesivo não constitui, por expressa disposição de lei, ato ilícito, não se pode cogitar, em nenhuma hipótese, de indenização em favor de quem quer que seja ou contra qualquer pessoa.
- (D) O estado de necessidade pode ser alegado em qualquer fase e em qualquer grau de jurisdição, mas sendo um direito personalíssimo daquele que atua no sentido da norma legal, isto é, destruição de coisa alheia ou lesão a pessoa a fim de remover perigo iminente, não se transmite a seus herdeiros no caso de falecimento.

57. Sobre compensação de dívidas, assinale a resposta correta.

- (A) São compensáveis, no caso de dívidas líquidas e vencidas, as oriundas de obrigações naturais e civis.
- (B) São compensáveis as dívidas recíprocas de alimentos, desde que líquidas e vencidas.
- (C) A diferença de causa nas dívidas impede a compensação, exceto se provierem ambas de título judicial definitivo.
- (D) Obrigando-se por terceiro uma pessoa, poderá compensar essa dívida com o que o credor dele lhe dever.

58. Sobre a constituição em mora do devedor, assinale a resposta correta.

- (A) Não havendo termo prefixo, nem se cuidando de obrigação positiva e líquida, a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial, decorrente do princípio da *mora ex re* e da aplicação da regra *dies interpellat pro homine*.
- (B) O inadimplemento de obrigação positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor, nos casos de *mora ex persona*.
- (C) Nas vendas a crédito com reserva de domínio, com cláusula resolutória expressa e termo prefixo de vencimento das parcelas correspondentes ao preço, o não pagamento de qualquer delas, na data e local estabelecidos no contrato, torna exigível a constituição em mora do devedor, através de interpelação judicial ou protesto, para ensejar procedimento judicial relativo ao *pactum reservati dominii*.
- (D) Não há, no ordenamento jurídico pátrio, válida constituição em mora do devedor, senão através de interpelação judicial ou da citação no âmbito do contencioso.

59.Relativamente a direitos reais, assinale a alternativa correta.

- (A) No caso do penhor agrícola e do penhor industrial, os bens empenhados terão a posse direta passada ao credor pignoratício, mas o penhor só se consolida uma vez levado ao Registro de Imóveis.
- (B) A posse de boa-fé constitui direito real, a fim de garantir a prescrição aquisitiva, isto é, o usucapião, após o decurso do tempo exigível na lei civil.
- (C) O usufruto pode recair sobre bens móveis e imóveis, mas em qualquer caso é necessário o Registro Imobiliário para a sua constituição e validade *erga omnes*.
- (D) Nas servidões de trânsito, havendo objeção do prédio serviente, é admissível a proteção possessória em prol do prédio dominante, ainda quando houver alienação ou divisão deste.

60.Assinale a alternativa correta a respeito de compromisso de compra e venda de imóvel, sem cláusula de arrependimento e com cláusula resolutória expressa de que o não pagamento de três prestações consecutivas do preço, nas datas e locais convencionados, acarretará a sua rescisão de pleno direito.

- (A) No caso de compromisso devidamente registrado, com cláusula resolutória expressa, considera-se rescindido de pleno direito o contrato após o decurso de 15 (quinze) dias do prazo do vencimento da última parcela, sem a purgação da mora pelo devedor.
- (B) A resolução do contrato, na hipótese descrita nesta questão, ocorre de pleno direito, independentemente de interpelação, notificação ou protesto, salvo apenas a exigência da citação na ação judicial de reintegração na posse do imóvel.
- (C) É indispensável, nos contratos com cláusula resolutiva expressa e não registrados, a interpelação prévia do promissário comprador, para fins de constituição em mora.
- (D) No caso de compromisso não registrado, mesmo com cláusula resolutória expressa, a constituição em mora do promissário comprador somente se configura validamente, com a sua citação regular para a ação de rescisão do contrato.

61.Sobre condomínio geral e edilício, assinale a resposta correta.

- (A) No condomínio edilício, os débitos contraídos por este, perante fornecedores e terceiros, consideram-se obrigação solidária, respondendo todos e cada qual dos condôminos pelo pagamento integral, ressalvado o direito regressivo, se a dívida foi ajuizada apenas em face de um ou alguns condôminos.
- (B) No condomínio indiviso pode o condômino, em nome próprio, mover ação judicial em defesa da propriedade comum, salvo contra outro condômino, hipótese em que será necessária a presença de todos os

demais condôminos no pólo ativo, por si ou legalmente representados, em face da posição de igualdade entre todos os co-proprietários.

- (C) No condomínio edilício, cada condômino tem legitimidade concorrente para, em nome próprio, atuar em Juízo ou extrajudicialmente, contra terceiros, na defesa do condomínio.
- (D) No condomínio indiviso, é cabível a ação de usucapião extraordinário de um condômino em face dos demais, quando tem ele a posse integral do imóvel, sem oposição nem contestação, por tempo superior a 20 (vinte) anos.

62. Sobre a invalidade do casamento, assinale a resposta correta.

- (A) O prazo para propositura da ação de anulação do casamento, por erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge, é de decadência e opera-se em 02 (dois) anos.
- (B) A anulabilidade do casamento, por procuração, com mandato revogado ou invalidado pelo mandante, desconhecida pelo mandatário e pelo outro cônjuge, convalidar-se-á se houver coabitação ou se a ação não for movida em 180 (cento e oitenta) dias pelo mandante.
- (C) A sentença que decreta a nulidade do casamento retroage, para todos e quaisquer fins e efeitos, à data da sua celebração.
- (D) O cônjuge coacto ou que foi induzido em erro, uma vez ciente do vício, aquiescendo à coabitação, convalida o ato, não mais podendo alegar outra hipótese de erro essencial ignorado antes do casamento.

63. Sobre filiação, regime de bens no casamento e poder familiar, pode-se afirmar que

- (A) é imprescritível, mas também exclusiva do marido, a ação para contestar a paternidade dos filhos de sua mulher, na constância do casamento; no caso de impugná-la, seus herdeiros poderão prosseguir; mas se não o fizer em vida, subsistirá a presunção da paternidade sem que possa ser impugnada ou contestada por qualquer interessado de sua parte.
- (B) o casamento pelo regime da comunhão universal importa na comunicação de todos os bens e dívidas passivas dos cônjuges, havidos por qualquer deles e a qualquer título, antes e durante o casamento, exigindo-se, porém, o pacto antenupcial.
- (C) o pacto antenupcial é obrigatório nos regimes de separação total, da comunhão universal e no regime de ratificação final dos aqüestos, podendo ser levado a efeito por instrumento público ou particular, neste último caso, com sua transcrição no processo de habilitação de casamento, mas levado a registro, em ambas as hipóteses, obrigatoriamente, no Registro de Imóveis.
- (D) o poder familiar é exercido conjuntamente pelo pai e pela mãe, admitida a renúncia a ele por qualquer dos cônjuges em favor do outro consorte,

quando a convivência entre os pais ou entre um destes e o filho se torne insuportável.

64. Sobre a sucessão em união estável, assinale a resposta correta.

- (A) Na união estável, nos termos do Código Civil, o companheiro supérstite não participa da sucessão do companheiro falecido, relativamente aos bens por este adquiridos a título gratuito ou próprios e exclusivos seus, quer deixando ou não deixando parentes sucessíveis.
- (B) O companheiro supérstite, que concorre na sucessão legítima do companheiro falecido, relativamente aos bens adquiridos pelo esforço comum durante a união estável, terá direito à metade da herança, além da sua própria meação, se os parentes sucessíveis deixados pelo falecido estiverem na linha colateral por consangüinidade e afinidade.
- (C) O companheiro supérstite que concorre com descendentes exclusivos do companheiro falecido, em qualquer hipótese e em quaisquer bens, terá direito a uma quota equivalente à que for atribuída àqueles.
- (D) Na sucessão testamentária, o companheiro falecido, deixando herdeiros colaterais, não poderá dispor além da metade dos seus bens exclusivos em favor do companheiro supérstite.

65. Sobre a sucessão legítima e a ordem da vocação hereditária, assinale a resposta correta.

- (A) Quando o cônjuge supérstite concorre à herança com ascendentes do falecido, cabe-lhe a metade da herança, mas se concorrer com um só ascendente ou estiver no segundo grau na linha ascendente de parentesco, cabem-lhe 2/3 (dois terços) da herança.
- (B) O cônjuge supérstite concorre à herança com os descendentes do *de cuius*, salvo se o casamento se deu pelo regime da separação total de bens; ou, se o foi pelo regime da comunhão parcial, o cônjuge falecido não houver deixado bens particulares seus.
- (C) O cônjuge supérstite, quando concorre à herança com descendentes do *de cuius*, terá direito a quinhão hereditário correspondente a 50% (cinquenta por cento) do quinhão dos descendentes que sucederem por cabeça; a 1/4 (um quarto) da herança, quando a sucessão dos descendentes se der por stirpe.
- (D) O cônjuge supérstite, qualquer que seja o regime do casamento, concorre à herança com os ascendentes do *de cuius*.

66. Sobre sucessão testamentária, assinale a resposta correta.

- (A) Em testamento, pode o testador dispor livremente de seus bens, dentro da quota do disponível e respeitada a legítima dos herdeiros necessários; mas, se a disposição testamentária extravasar, em valores

ou bens, a quota do disponível, e alcançar a legítima dos herdeiros necessários, nulo será o testamento.

- (B) O legado de usufruto, sem fixação de tempo, entende-se vitalício para o legatário; mas, se ele falecer antes do testador, caducará o legado, sem que os herdeiros dele, legatário, possam sucedê-lo, recolhendo o legado por representação a qualquer título.
- (C) A pena cominada por sonegados, em que o herdeiro sonega bens da herança, não os descrevendo no inventário quando estejam em seu poder, ou omitindo-os à colação a que estiver obrigado a levá-los, é da perda, pelo herdeiro que assim proceder, da metade do seu quinhão hereditário, que lhe será aplicada, antes da partilha, nos próprios autos do inventário.
- (D) As doações em vida, como antecipação da legítima a algum herdeiro necessário, estão sujeitas à colação, a fim de igualar as legítimas dos herdeiros, só podendo ser dispensada em testamento e desde que expressamente assim disposto pelo testador.

DIREITO PENAL

67. Assinale a alternativa correta.

- (A) A pena de multa aplicada não pode ser convertida em privativa de liberdade.
- (B) A pena de multa pode ser convertida em privativa de liberdade caso não seja paga depois de transitada em julgado a sentença que a tenha aplicado.
- (C) A pena de multa aplicada pode ser convertida em privativa de liberdade se, no curso da execução, sobrevier nova condenação ao sentenciado.
- (D) A pena de multa aplicada pode ser convertida em privativa de liberdade caso não seja paga no curso da execução e o condenado seja solvente.

68. Ao tipificar o crime de “lesão corporal seguida de morte”, o art. 129, § 3.º, do Código Penal (*Se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo*) contempla:

- (A) uma hipótese exclusiva de crime culposos.
- (B) uma forma exclusiva de dolo direto.
- (C) uma forma exclusiva de dolo eventual.
- (D) uma forma autenticamente preterdolosa.

69. Político de expressão nacional, mas de índole controvertida, em visita a grande cidade do interior paulista, desfila por vias públicas urbanas em carro aberto. Em determinado local, durante esse desfile, Pedro e Paulo, cada um desconhecendo a conduta do outro, efetuam disparos de arma de fogo na direção do político, coincidentemente ao mesmo tempo, com a intenção de matá-lo, e o evento morte realmente é alcançado. Apura-se, no curso das investigações, com forte e convincente apoio em prova pericial regularmente produzida, que o evento letal foi provocado pelo disparo

efetuado por Pedro, ao passo que o disparo efetuado por Paulo só atingiu a vítima superficialmente, em um dos membros superiores. Nesse caso, como se define a responsabilidade criminal de cada um desses agentes?

- (A) Paulo não responde por crime algum, porque sua conduta, nessa hipótese, foi atípica, uma vez que o resultado morte, embora querido, não foi provocado por ele, com relação a quem houve crime impossível.
- (B) Pedro e Paulo respondem por homicídio, porque agiram em co-autoria dolosa, visando ao mesmo resultado que foi alcançado.
- (C) Pedro responde por homicídio e Paulo responde por tentativa de homicídio, por se tratar de autoria colateral.
- (D) Pedro e Paulo respondem por homicídio, como autor e partícipe, respectivamente, por terem agido com dolo, visando ao mesmo resultado que foi alcançado.

70. Em se tratando de furto de coisa comum (art. 156 do Código Penal), é correto afirmar-se que a ação penal

- (A) é pública incondicionada.
- (B) é pública condicionada à representação da vítima ou de quem tenha qualidade para representá-la.
- (C) é exclusivamente de iniciativa privada.
- (D) pode ser intentada indiferentemente pelo Ministério Público ou pela vítima.

71. Indivíduo com 19 (dezenove) anos de idade, na data do fato ocorrido em 05.01.1999, foi denunciado como incurso no art. 168, *caput*, do Código Penal (apropriação indébita), a denúncia foi recebida em 06.01.2001 e o processo correu seus termos regulares, sem alguma suspensão, estando hoje na fase do art. 500 do Código de Processo Penal. Considerando-se que as penas cominadas em abstrato para esse crime são de um a quatro anos de reclusão e multa, pergunta-se: Já ocorreu a prescrição ou não? Em caso afirmativo, em que data?

- (A) Não. A prescrição ainda não ocorreu.
- (B) Sim. A prescrição ocorreu em 05.01.2001.
- (C) Sim. A prescrição ocorreu em 06.01.2005.
- (D) Sim. A prescrição ocorreu em 06.01.2003.

72. Paulo foi agente de agressão violenta e dolosa contra Pedro, que em seguida veio a falecer. Mas, esse resultado letal foi decorrente de caso fortuito. Nesse caso, é correto afirmar-se que Paulo praticou crime de

- (A) lesão corporal seguida de morte.
- (B) homicídio doloso.
- (C) homicídio culposo.
- (D) lesão corporal.

- 73.**Empregada doméstica, durante o trabalho em casa alheia, dali tomou para si certo objeto que, todavia, supunha ser seu. Esse fato configura
- (A) erro de proibição.
 - (B) erro de tipo.
 - (C) causa de exclusão da ilicitude.
 - (D) crime impossível.
- 74.**Indique o dispositivo do Código Penal em que está prevista a autoria mediata.
- (A) Art. 22 – Coação irresistível e obediência hierárquica.
 - (B) Art. 23 – Exclusão de ilicitude.
 - (C) Art. 29 – Do concurso de pessoas.
 - (D) Art. 30 – Circunstâncias incomunicáveis.
- 75.**Tício, agindo com *animus necandi*, desfecha tiros contra seu desafeto, Mélvio, dando causa a sua morte. Mas, um dos projéteis, por erro na execução, também atinge Caio, que, igualmente, vem a falecer. Aplica-se, nesse caso, a regra do
- (A) crime continuado.
 - (B) concurso material.
 - (C) concurso formal.
 - (D) crime único.
- 76.**Assinale a alternativa que corresponde a um caso de ação privada personalíssima, considerando o Código Penal na sua redação atual.
- (A) Art. 235, *caput*: *Contrair alguém, sendo casado, novo casamento.*
 - (B) Art. 236, *caput*: *Contrair casamento, induzindo em erro essencial o outro contraente, ou ocultando-lhe impedimento que não seja casamento anterior.*
 - (C) Art. 140, *caput*: *Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro.*
 - (D) Art. 237: *Contrair casamento, conhecendo a existência de impedimento que lhe cause a nulidade absoluta.*
- 77.**Tendo em vista os crimes definidos na nova Lei de Falências (Lei n.º 11.101/2005), assinale a alternativa correta.
- (A) A inabilitação para o exercício de atividade empresarial é efeito automático da condenação pela prática dos crimes definidos nessa Lei.
 - (B) A prescrição, independentemente da quantidade das penas cominadas ou aplicadas, ocorre sempre em 2 anos, mas são cabíveis as causas de interrupção previstas no Código Penal.

- (C) A decretação da falência do devedor não interrompe a prescrição cuja contagem tenha iniciado com a concessão da recuperação judicial ou com a homologação do plano de recuperação extrajudicial.
- (D) Na falência, na recuperação judicial e na recuperação extrajudicial de sociedades, seus administradores de fato equiparam-se ao devedor ou falido para os efeitos penais, na medida de sua culpabilidade.

78. Ao sair do trabalho, durante a noite, jovem adolescente dirigiu-se a um ponto de ônibus em via pública urbana, onde determinado indivíduo dela se aproximou e, agindo de inopino, sem que ela pudesse esquivar-se, beijou-a na boca de forma lasciva. Esse fato constitui infração penal? Em caso positivo, qual?

- (A) Constitui a contravenção penal do art. 61: *Importunação ofensiva ao pudor.*
- (B) Constitui a infração do art. 214 do Código Penal: *Atentado violento ao pudor.*
- (C) Não constitui infração penal.
- (D) Constitui a contravenção penal do art. 65: *Perturbação da tranqüilidade.*

79. Dentre as alternativas, assinale aquela que, corretamente, relaciona apenas crimes que não admitem a tentativa.

- (A) Crimes omissivos próprios, crimes de perigo, crimes progressivos.
- (B) Crimes preterdolosos, crimes plurissubsistentes, crimes omissivos próprios.
- (C) Crimes plurissubsistentes, crimes omissivos próprios, crimes culposos.
- (D) Crimes preterdolosos, crimes unissubsistentes, crimes omissivos próprios.

80. Mediante encenação, um curandeiro convence mulher de dezenove anos de idade, acometida de certa moléstia, a permitir que ele a submetesse a determinado tratamento, em ambiente isolado, com promessa de cura. Ao ver-se sozinho na companhia da jovem, ele lhe explica que esse tratamento deve ser feito por meio de relações sexuais que, todavia, segundo ele, são orientadas por entidade sobrenatural que toma o corpo do curandeiro, servindo este como simples instrumento, sem participação volitiva. Agindo dessa forma, o varão consegue manter conjunção carnal completa com a jovem, com o consentimento dela. Qual foi o crime por ele cometido?

- (A) Estupro – art. 213, CP.
- (B) Curandeirismo – art. 284, CP.
- (C) Posse sexual mediante fraude – art. 215, CP.
- (D) Corrupção de menores – art. 218, CP.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 81.** O princípio que autoriza a Administração a anular o ato ilegal e revogar o ato inconveniente ou inoportuno (Súmula 473 do STF) é o da
- (A) Razoabilidade.
 - (B) Autotutela.
 - (C) Legalidade.
 - (D) Segurança jurídica.
- 82.** A ocupação ilícita de um imóvel particular pelo Poder Público, que nele dá início à construção de uma praça pública, enseja ao proprietário, que pretende a reparação de seu direito lesado, o uso da ação de
- (A) Reintegração de Posse.
 - (B) Retrocessão.
 - (C) Desapropriação.
 - (D) Desapropriação indireta.
- 83.** A modalidade de licitação necessária para a alienação de bens imóveis é
- (A) a Tomada de Preço.
 - (B) o Convite.
 - (C) a Concorrência Pública.
 - (D) o Leilão.
- 84.** A ação civil pública por improbidade administrativa contra Prefeito Municipal, visando ao ressarcimento de dano causado ao Erário,
- (A) é imprescritível.
 - (B) prescreve em 10 (dez) anos, a partir do ato.
 - (C) prescreve em 5 (cinco) anos, a partir do ato.
 - (D) prescreve em 5 (cinco) anos, a partir do fim do mandato.
- 85.** Assinale a alternativa correta.
- (A) A prescrição administrativa inibe a apreciação judicial apenas em relação aos efeitos criminais.
 - (B) A prescrição administrativa inibe a apreciação judicial apenas em relação aos efeitos civis.
 - (C) A prescrição administrativa não inibe a apreciação judicial.

(D) A prescrição administrativa inibe a apreciação judicial, seja para efeitos civis ou criminais.

86. Na esfera federal, a extinção de cargos públicos, quando vagos, dá-se por meio de

(A) Lei de iniciativa do Presidente da República.

(B) Decreto do Presidente da República.

(C) Lei de iniciativa parlamentar.

(D) Resolução do Senado Federal.

87. Pessoa jurídica de direito público, com autonomia, com patrimônio e receita próprios, criada por lei para executar atividades típicas da Administração Pública, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada, constitui conceito de

(A) Sociedade de economia mista.

(B) Empresa Pública.

(C) Fundação governamental.

(D) Autarquia.

88. Assinale a alternativa incorreta.

(A) Os bens públicos que integram o patrimônio de um Município só podem ser afetados ou desafetados pelo próprio Município e não pela União ou Estado.

(B) Os bens públicos, qualquer que seja sua espécie ou natureza, não podem ser usucapidos.

(C) Os bens públicos adquiridos para um fim específico (implantação de uma praça) ditado por uma lei, integram os chamados *bens afetados*.

(D) Os bens públicos somente serão objeto de penhora, em execução contra a Fazenda Pública, quando houver autorização por meio de decreto do Executivo.

89. Um veículo oficial que fica à disposição do Presidente da Câmara Municipal causa dano a terceiro. Em ação de indenização (reparação de danos) movida por este, quem deverá figurar no pólo passivo é

(A) a Câmara Municipal e seu Presidente.

(B) a Câmara Municipal.

(C) o Município respectivo.

(D) a Câmara Municipal e o Prefeito.

90. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) É nula a dispensa de servidor público estável, sem o regular processo administrativo.
- (B) É nula a simples dispensa de servidor titular de cargo de provimento em comissão, de livre nomeação, sem o regular processo administrativo.
- (C) É nula a dispensa de servidor público em estágio probatório, sem o regular processo administrativo.
- (D) É nula a dispensa de servidor público estável pelo único fato de sua eleição e posse para exercer mandato eletivo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

91. O princípio da inviolabilidade da casa, segundo o qual ninguém nela pode penetrar sem o consentimento do morador, é excetado na seguinte hipótese:

- (A) para prestar socorro ou, durante o dia, por determinação judicial.
- (B) em caso de flagrante delito ou, em qualquer período horário, por determinação judicial.
- (C) em caso de desastre ou, em qualquer período horário, por determinação judicial.
- (D) na vigência do estado de defesa, em qualquer ponto do território nacional.

92. A liberdade de reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, e desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local,

- (A) está condicionada à autorização prévia da autoridade competente, caso programada para município com mais de um milhão de habitantes.
- (B) independe de autorização, mas exige prévio aviso à autoridade competente.
- (C) na vigência do estado de defesa, não poderá sofrer restrições caso não exercida no seio de associação profissional.
- (D) na vigência do estado de sítio, poderá ser suspensa por decisão do Conselho da República e do Senado Federal.

93. O sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas e telefônicas

- (A) não poderá sofrer restrições durante a vigência do estado de sítio, mas poderá sofrê-las na vigência do estado de defesa, mediante prévia autorização do Conselho da República.
- (B) é inviolável, quanto à correspondência, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

- (C) não poderá sofrer restrições durante a vigência do estado de defesa, mas poderá sofrê-las durante a vigência do estado de sítio.
- (D) é inviolável, quanto às comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal.

94. As medidas provisórias

- (A) terão a sua votação iniciada no Senado Federal.
- (B) podem versar sobre partidos políticos, direito eleitoral e a organização do Ministério Público.
- (C) não podem versar sobre nacionalidade, direitos políticos, direito penal, direito processual penal e direito processual civil.
- (D) visando à carreira do Ministério Público, e atendidos os pressupostos da urgência e relevância, poderão ser adotadas pelo Presidente da República.

95. A intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal

- (A) exigirá decreto de intervenção que será submetido ao Congresso Nacional, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- (B) quando fundada em descumprimento de ordem ou decisão judiciais, dependerá de requisição do Conselho Nacional de Justiça.
- (C) poderá ocorrer para repelir invasão estrangeira ou para garantir o livre exercício do Poder Judiciário Estadual.
- (D) poderá ocorrer para pôr termo a qualquer comprometimento da ordem pública ou para reorganizar as finanças da unidade da Federação que, salvo motivo de força maior, suspenda o pagamento da dívida fundada por mais de 03 (três) anos consecutivos.

96. O Conselho Nacional de Justiça

- (A) é composto por 15 (quinze) membros com mais de 30 (trinta) e menos de 66 (sessenta e seis) anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- (B) será presidido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, que votará em caso de empate.
- (C) terá competência, caso a isso provocado, para rever os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de 02 (dois) anos.
- (D) será composto, dentre outros, por 02 (dois) membros do Ministério Público Estadual, escolhidos pelo Procurador-Geral da República entre aqueles indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual.

97.Relativamente à exploração da atividade econômica pelo Estado,

- (A) ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- (B) as empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado, desde que previstos em lei.
- (C) quanto aos direitos e obrigações trabalhistas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista sujeitar-se-ão ao regime jurídico próprio das empresas privadas de pequeno porte.
- (D) a lei estabelecerá o estatuto jurídico das sociedades de economia mista, dele todavia excluída a disciplina da responsabilidade dos administradores.

98.No âmbito da União, a iniciativa das leis complementares também compete

- (A) ao Ministro de Estado da Defesa.
- (B) ao Conselho Nacional de Justiça.
- (C) ao Conselho da República.
- (D) aos Tribunais Superiores.

99.Quanto aos ministros do Superior Tribunal de Justiça,

- (A) um terço deles, em partes iguais, será composto por advogados e membros do Ministério Público, alternadamente.
- (B) um quinto deles, em partes iguais, será composto por advogados e membros do Ministério Público, alternadamente, com mais de 15 (quinze) anos de efetiva atividade profissional ou de carreira.
- (C) um terço deles será composto por desembargadores dos Tribunais de Justiça indicados em lista tríplice elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça.
- (D) um terço deles será composto por juízes dos Tribunais Regionais Federais indicados em lista sêxtupla elaborada pelo Conselho da Justiça Federal.

100. Compete

- (A) ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, o mandado de segurança decidido, em única instância, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, quando concessiva a decisão.
- (B) aos Tribunais de Justiça, nos crimes comuns e de responsabilidade, processar e julgar os membros dos Tribunais de Conta de seus respectivos Estados.

(C) ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o *habeas corpus* impetrado quando o coator for Ministro de Estado, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

(D) aos tribunais, privativamente, propor a criação de novas varas judiciárias.

GABARITO - VERSÃO 4

1 - A	2 - D	3 - A	4 - C	5 - C	6 - A	7 - B	8 - D	9 - A	10 - A
11 - A	12 - B	13 - A	14 - B	15 - C	16 - D	17 - D	18 - C	19 - B	20 - A
21 - B	22 - C	23 - D	24 - A	25 - B	26 - C	27 - D	28 - B	29 - A	30 - C
31 - D	32 - B	33 - D	34 - C	35 - C	36 - D	37 - C	38 - C	39 - B	40 - A
41 - B	42 - D	43 - C	44 - D	45 - B	46 - C	47 - D	48 - C	49 - B	50 - A
51 - D	52 - C	53 - D	54 - C	55 - B	56 - A	57 - B	58 - C	59 - D	60 - C
61 - D	62 - B	63 - A	64 - A	65 - D	66 - B	67 - A	68 - D	69 - C	70 - B
71 - C	72 - D	73 - B	74 - A	75 - C	76 - B	77 - D	78 - A	79 - D	80 - C
81 - B	82 - D	83 - C	84 - A	85 - C	86 - B	87 - D	88 - D	89 - C	90 - B
91 - A	92 - B	93 - D	94 - C	95 - C	96 - B	97 - A	98 - D	99 - A	100 - D